



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO, PATRIMÔNIO E
ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES

PERFIL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA -
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Volume III
(2014-2018)

PERFIL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA
VOLUME III

Copyright by Superintendência de Organização, Normas e Procedimentos Administrativos

GOVERNADOR DO ESTADO

Flávio Dino Castro e Costa

SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL

Marcelo Tavares Silva

SECRETÁRIA DE ESTADO DA GESTÃO, PATRIMÔNIO E ASSISTÊNCIA DOS
SERVIDORES

Flávia Alexandrina Coelho Almeida Moreira

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO, MODERNIZAÇÃO E PATRIMÔNIO

Artur Valério Boueres Sobrinho

SUPERINTENDENTE DE ORGANIZAÇÃO, NORMAS E PROCEDIMENTOS
ADMINISTRATIVOS

Rosa Maria Mourão Abreu

Endereço: Av. Jerônimo de Albuquerque, s/n - Calhau.

CEP: 65.051-200 São Luís - Maranhão

Fone: (098) 3131.4177

3ª Edição - SONPAD/2019

CRÉDITOS

Elaboração:

Supervisão de Normalização e Métodos Administrativos

Ary Borges Filho

Dalvefran Teixeira Correa

Geycianne Mendes dos Santos

Hilka Fernanda Mendonça Gomes

APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores por meio da Secretaria-Adjunta de Gestão, Modernização e Patrimônio apresentam o Perfil da Administração Pública – Administração Direta Volume III com o intuito de orientar na forma objetiva os elementos históricos correspondentes ao período de 2014 a 2018.

Este Perfil é um manual prático que engloba as legislações baseadas no Diário Oficial do Estado do Maranhão de criações, alterações e extinções dos órgãos que constituem a estrutura organizacional da Administração Direta do Estado do Maranhão.

A Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores espera oferecer as devidas orientações, de acordo com a necessidade do seu público alvo.

Esta Secretaria ficará responsável pela atualização de cada exemplar deste periódico.

Flávia Alexandrina Coelho Almeida Moreira

Secretária de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores

SUMÁRIO

	P.
1 CASA CIVIL – CC.....	6
Secretaria de Estado Extraordinária de Relação Institucional.....	10
2 SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO – SEGOV.....	15
Secretaria de Estado Extraordinária de Articulação de Políticas Públicas.....	17
3 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO – PGE.....	20
4 SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL – SECOM.....	23
5 SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS POLÍTICOS E FEDERATIVOS – SEAP.....	26
6 SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E ASSUNTOS POLÍTICOS – SECAP.....	29
7 SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE – STC.	32
8 COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL.....	37
9 SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – SEPLAN.....	42
10 SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA – SEFAZ.....	47
11 SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO, PATRIMÔNIO E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES – SEGEP.....	56
12 SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA – SSP.....	68
13 SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA – SEAP.....	78
14 SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR – SEDIHPOP.....	84
Secretaria de Estado Extraordinária da Juventude.....	86
Secretaria de Estado Extraordinária da Igualdade Racial.....	86
15 SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – SECTI.....	95
16 SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA – SECMA.....	102
17 SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO – SETUR.....	105
18 SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO – SECTUR.....	107
19 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEDUC.....	112

20	SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA – SINFRA.....	124
21	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA.....	129
22	SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER – SEMU.....	133
23	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES.....	137
24	SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO – SECID.....	146
25	SECRETARIA DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA – SEPAQ.....	151
26	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA – SAGRIMA.....	154
27	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR – SAF.....	159
28	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRICULTURA FAMILIAR – SEDES.....	164
29	SECRETARIA DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA – SEME.....	170
30	SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO E ENERGIA– SEINC.....	173
31	SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E LAZER – SEDEL.....	178
32	SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA – SETRES.....	182
33	SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS – SEAE.....	186





1 CASA CIVIL – CC

1.1 NATUREZA

Administração Direta.

1.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Decreto nº 153, de 01 de julho de 1912.

1.3 FINALIDADE

A CASA CIVIL, por meio da Medida Provisória nº 214, de 2 de fevereiro de 2016, convertida na Lei nº 10.416, de 10 de março de 2016 passa ter a finalidade de articulação com órgãos e entidades das outras esferas de governo, na coordenação da atuação dos órgãos regionais, relações com a sociedade, representação governamental, relações institucionais e políticas com os Poderes Legislativo e Judiciário do Estado do Maranhão, bem como o Tribunal de Contas do Estado e o Ministério Público Estadual, gestão do Diário Oficial e outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Governador do Estado.

1.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

2014

A Lei nº 10.106, de 25 de junho de 2014 aprova o Regimento da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Maranhão (ARSEMA), constituída nos termos da Lei nº 8.915, de 23 de dezembro de 2008, alterada pelas Leis nº 9.449, de 30 de agosto de 2011 e nº 9.861, de 1º de julho de 2013, autarquia estadual, sob regime especial, dotada de personalidade jurídica de direito público, vinculada à Casa Civil (CC) do Governo do Estado, revestida do poder de polícia, com finalidade a regulação, fiscalização e controle dos serviços públicos de

competência do Estado do Maranhão ou os delegados pela União e os Municípios.

O Regimento da Casa Civil (CC) é aprovado por meio do Decreto nº 30.304, de 4 de setembro de 2014 com finalidade assistir direta e imediatamente o Governador do Estado no desempenho de suas atribuições, especialmente na coordenação e integração das Secretarias de Estado e suas entidades vinculadas, nos atos de gestão dos negócios públicos, no monitoramento e avaliação da ação governamental, na coordenação de programas e projetos estratégicos, na gestão do Diário Oficial do Estado, na articulação com órgãos e entidades das outras esferas de Governo, na coordenação da atuação dos órgãos regionais, na promoção de eventos, relações com a sociedade, cerimonial público, ação militar do Governo e representação governamental e outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Governador do Estado.

A estrutura da Casa Civil (CC) passa por alteração, sendo acrescentado o Arquivo na Supervisão Administrativa e excluído os Conselhos de Articulação Regional no nível Administração Superior e a Assessoria de Programas Especiais.

2015

A Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e a Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, extinguem a Secretaria de Estado Extraordinária de Articulação Institucional, Secretaria de Estado Extraordinária de Articulação Políticas Públicas e o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

As Gerências de Articulação Regional, subordinadas administrativamente à Casa Civil, passam



a ser denominadas Superintendências Regionais, subordinadas à Secretaria de Estado de Assuntos Políticos e Federativos (SEAP).

A Casa Civil passa ter a finalidade de assistir direta e imediatamente o Governador do Estado no desempenho de suas atribuições, especialmente na coordenação e integração das Secretarias de Estado e suas entidades vinculadas, nos atos de gestão dos negócios públicos, no monitoramento e avaliação da ação governamental, na coordenação de programas e projetos estratégicos, na gestão do Diário Oficial do Estado, na articulação com órgãos e entidades das outras esferas de governo, na coordenação da atuação dos órgãos regionais, na promoção de eventos, relações com a sociedade, cerimonial público, ação militar do governo e representação governamental e outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Governador do Estado.

A Agência Reguladora de Serviços Públicos (ARSEMA), autarquia passa a ser vinculada à Casa Civil.

Ficam mantidos o Conselho Estadual de Regulação dos Serviços Públicos e o Conselho de Gestão Estratégica das Políticas Públicas de Governo (CONGEP).

Os bens, os direitos e as obrigações da Secretaria Extraordinária de Articulação Institucional e da Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para a Secretaria de Estado da Casa Civil.

Os servidores efetivos lotados na Secretaria Extraordinária de Articulação Institucional e da Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas ficam redistribuídos para a Secretaria de Estado da Casa Civil.

Os cargos em comissão e as funções gratificadas das Secretarias Extraordinárias extintas ficam redistribuídos à Casa Civil.

As Secretarias de Estado Extraordinárias de Programas Especiais e de Assuntos Estratégicos não dispõem de orçamento próprio e de quadro de pessoal efetivo e funcionam como suporte técnico e operacional da Secretaria de Estado da Casa Civil.

Integram a Casa Civil, além das unidades que lhe forem acrescentadas por decreto do Governador, o Gabinete do Governador, a Representação do Vice-Governador, a Assessoria de Programas Especiais e o Gabinete Militar.

Fica revogada a Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências.

O Decreto nº 30.635, de 26 de janeiro de 2015 reorganiza a estrutura da Casa Civil e revoga o Decreto nº 28.898, de 22 de fevereiro de 2013.

Ficam excluídos da estrutura da Casa Civil o Conselho Estadual da Juventude, o Conselho Estadual da Política da Igualdade Étnica Racial, o Conselho Estadual de Regulação dos Serviços Públicos e a Assessoria Jurídica. A Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas passa a ser Assessoria de Ações Estratégicas. A Secretaria-Adjunta de Expediente, Documentação e Atos Oficiais passará a se chamar Secretaria-Adjunta de Assuntos Jurídicos e Legislativos.

Conforme Medida Provisória nº 203, de 24 de junho de 2015, convertida na



Lei nº 10.282, de 15 de julho de 2015, a Assessoria de Programas Especiais deixa de ser integrante da Casa Civil e as Secretarias de Estado Extraordinárias de Programas Especiais e Articulação de Políticas Públicas passam a funcionar como suporte técnico e operacional da Casa Civil.

O Decreto nº 30.923, de 7 de julho de 2015 atribui competência à Secretaria de Estado Extraordinária de Programas Especiais.

A Medida Provisória nº 208, de 23 de julho de 2015, convertida na Lei nº 10.298, de 19 de agosto de 2015, regulamenta a estrutura administrativa do Estado do Maranhão, com isso a Secretaria de Estado Extraordinária de Articulação de Políticas Públicas passa ter a finalidade de coordenar, acompanhar e executar o monitoramento do sistema de metas administrativas dos órgãos e entes do Governo do Estado e a Secretaria de Estado Extraordinária de Programas Especiais a finalidade de coordenar e acompanhar os projetos estratégicos de investimentos públicos e privados que envolvam empresas estrangeiras e organismos supranacionais de fomento e crédito.

O Decreto nº 30.977, de 29 de julho de 2015 reorganiza a Casa Civil e a Chefia de Gabinete do Governador. Fica excluído da estrutura a Supervisão de Residências Oficiais, o Cerimonial e a Curadoria de Bens Culturais. Fica composto na estrutura o Gabinete do Governador, a Assessoria de Programas Especiais e o Gabinete Militar. A Secretaria-Adjunta de Expediente, Documentação e Atos Oficiais passará a se chamar Secretaria-Adjunta de Assuntos Jurídicos e Legislativos. A Agência Reguladora de Serviços Públicos

(ARSEMA), autarquia continua vinculada a Casa Civil.

O Decreto nº 31.059, de 1º de setembro de 2015 reorganiza a estrutura da Casa Civil e revoga o Decreto nº 30.635, de 26 de janeiro de 2015 e os arts. 1º, 2º, 3º e 6º, do Decreto nº 30.977, de 29 de julho de 2015.

Fica acrescentado na estrutura o Conselho Estadual de Regulação de Serviços Públicos, o Conselho de Gestão Estratégica das Políticas Públicas de Governo (CONGEP), a Representação do Vice-Governador, a Secretaria de Estado Extraordinária de Articulação de Políticas Públicas, a Secretaria de Estado Extraordinária de Programas Especiais e o Apoio Institucional. A Agência Reguladora de Serviços Públicos (ARSEMA), autarquia continua vinculada à Casa Civil.

2016

Por meio da Medida Provisória nº 214, de 2 de fevereiro de 2016, convertida na Lei nº 10.416, de 10 de março de 2016 a Casa Civil passa ter a finalidade de articulação com órgãos e entidades das outras esferas de governo, na coordenação da atuação dos órgãos regionais, relações com a sociedade, representação governamental, relações institucionais e políticas com os Poderes Legislativo e Judiciário do Estado do Maranhão, bem como o Tribunal de Contas do Estado e o Ministério Público Estadual, gestão do Diário Oficial e outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Governador do Estado.

O Decreto nº 31.520, de 29 de fevereiro de 2016 altera o Decreto nº 31.435, de 29 de dezembro de 2015, que regulamenta a Medida Provisória nº 212,



que cria o Programa de Educação Integral (PROEIN) no Sistema Estadual de Ensino.

2017

A Medida Provisória nº 229, de 2 de fevereiro de 2017, convertida na Lei nº 10.567, de 15 de março de 2017 extingue a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Maranhão (ARSEMA) e transfere os recursos humanos, os bens materiais, os orçamentários e financeiros da ARSEMA para a Agência Estadual de Mobilidade Urbana (MOB).

A Agência Estadual de Mobilidade Urbana (MOB) passa a denominar-se Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos (MOB) e passa a ser vinculada à Casa Civil.

Fica criada a Agência Executiva Metropolitana, autarquia estadual vinculada à Casa Civil, na forma da Lei Complementar nº 174, de 25 de março de 2015.

Ficam revogadas a Lei nº 8.915, de 23 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a criação da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Maranhão (ARSEP) e a Lei nº 9.861, de 1º de julho de 2013, que dispõe sobre a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Maranhão (ARSEMA).

O Decreto nº 32.627, de 8 de fevereiro de 2017 institui, no âmbito da Casa Civil, a Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais (SRI), com a finalidade de articulação com órgãos e entidades da sociedade civil e de outras esferas de Governo, coordenando projetos em parceria, especialmente visando à execução de políticas sociais, consoante

prioridades fixadas pelo Governador do Estado.

O Decreto nº 32.733, de 22 de março de 2017 organiza a Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos (MOB), autarquia estadual vinculada à Casa Civil.

O Decreto nº 32.874, de 3 de maio de 2017 organiza a Agência Executiva Metropolitana, autarquia estadual vinculada à Casa Civil.

O Decreto nº 32.975, de 6 de junho de 2017 reorganiza a estrutura da Casa Civil e revoga o Decreto nº 31.059, de 1º de setembro de 2015.

Fica acrescentada na estrutura da Casa Civil a Supervisão de Expediente e Documentação e a Supervisão de Registro, Controle e Publicação de Atos Oficiais na Secretaria-Adjunta de Assuntos Jurídicos e Legislativos, a Coordenação de Cálculos e Controle na Diretoria Geral do Diário Oficial.

Fica excluída da estrutura da Casa Civil a Diretoria Comercial, a Diretoria Executiva, a Coordenação de Publicação, a Supervisão de Expediente e Documentação e a Supervisão de Registro, Controle e Publicação de Atos Oficiais da Secretaria-Adjunta de Assuntos Jurídicos e Legislativos.

Fica criada, por meio da Medida Provisória nº 255, de 27 de outubro de 2017, convertida na Lei nº 10.724, de 29 de novembro de 2017, a Agência Executiva Metropolitana do Sudoeste Maranhense (AGEMSUL), autarquia estadual vinculada à Casa Civil.



O Decreto nº 33.622, de 10 de novembro de 2017 reorganiza a estrutura da Casa Civil. A Diretoria Geral do Diário Oficial passa a ter Coordenadoria de Atendimento, Coordenadoria de Revisão, Coordenadoria de Finanças, Coordenadoria de Biblioteca e Distribuição e Serviço de Diagramação. O Escritório de Representação da Casa Civil na Região Tocantina deixa de fazer parte da estrutura da Casa Civil.

O Decreto nº 33.624, de 10 de novembro de 2017 aprova o Regimento da Casa Civil.

A Lei nº 10.753, de 19 de dezembro de 2017 cria o Programa "Maranhão Solidário". O programa constitui-se em um conjunto de ações representadas pela mobilização e colaboração entre Governo e Sociedade Civil na luta por igualdade de direitos e justiça social, com o objetivo comum de criar uma grande rede de solidariedade destinada ao cuidado de pessoas.

O Programa "Maranhão Solidário" terá coordenação executiva exercida pela Casa Civil, por intermédio da Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais do Estado do Maranhão, ou órgão que a suceda.

2018

O Decreto nº 34.647, de 31 de dezembro de 2018 prorroga o prazo de duração da Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais (SRI), instituída, no âmbito da Casa Civil, por meio do Decreto nº 32.627, de 8 de fevereiro de 2017.

1.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.982, de 04 de fevereiro de 2014.** Cria o Conselho de Gestão Estratégica das Políticas Públicas de Governo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 26, de 6 de fevereiro de 2014, p.16.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.106, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Regimento da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Maranhão (ARSEMA) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 120, de 25 de junho de 2014, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.304, de 4 de setembro de 2014.** Aprova o Regimento da Casa Civil. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 171, de 4 de setembro de 2014, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 02 de janeiro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.635, de 26 de janeiro de 2015.** Dispõe sobre a reorganização da Casa Civil e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 19, de 28 de janeiro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração



Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 45, de 10 de março de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 203, de 24 de junho de 2015.** Altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão, bem como altera a Lei nº 9.479, de 21 de outubro de 2011, que instituiu a Fundação da Memória Republicana Brasileira. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 115, de 24 de junho de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.923, de 7 de julho de 2015.** Atribui competência à Secretaria de Estado Extraordinária de Programas Especiais. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 124, de 8 de julho de 2015, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.282, de 15 de julho de 2015.** Altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, que dispõe sobre a Estrutura Orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão, bem como altera a Lei nº 9.479, de 21 de outubro de 2011, que instituiu a Fundação da Memória Republicana Brasileira. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 131, de 17 de julho de 2015, p.62.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 208, de 23 de julho de 2015.** Regulamenta a estrutura administrativa do Estado do Maranhão e dá

outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 135, de 23 de julho de 2015, p.2. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 136, de 24 de julho de 2015, p.1. Republicado por Incorreção.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.977, de 29 de julho de 2015.** Dispõe sobre a reorganização da Casa Civil e da Chefia de Gabinete do Governador dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 138, de 29 de julho de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.298, de 19 de agosto de 2015.** Regulamenta a estrutura administrativa do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 156, de 24 de agosto de 2015, p.56.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.059, de 1º de setembro de 2015.** Dispõe sobre a reorganização da Casa Civil e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 162, de 01 de setembro de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 214, de 2 de fevereiro de 2016.** Altera estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 22, de 2 de fevereiro de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.520, de 29 de fevereiro de 2016.** Altera o Decreto nº 31.435, de 29 de dezembro de 2015, que regulamenta a Medida



Provisória nº 212, que cria o Programa de Educação Integral (PROEIN), no Sistema Estadual de Ensino e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 38, de 29 de fevereiro de 2016, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.416, de 10 de março de 2016.** Altera estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 46, de 10 de março de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 229, de 2 de fevereiro de 2017.** Altera a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 24, de 02 de fevereiro de 2017, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.627, de 8 de fevereiro de 2017.** Institui, no âmbito da Casa Civil, a Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais (SRI). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 29, de 9 de fevereiro de 2017, p.17.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.567, de 15 de março de 2017.** Altera a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 52, de 17 de março de 2017, p.24.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.733, de 22 de março de 2017.** Dispõe sobre a organização da Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos

(MOB), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 63, de 3 de abril de 2017, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.874, de 3 de maio de 2017.** Dispõe sobre a organização da Agência Executiva Metropolitana e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 82, de 4 de maio de 2017, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.975, de 6 de junho de 2017.** Dispõe sobre a reorganização da Casa Civil e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 106, de 07 de junho de 2017, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 255, de 27 de outubro de 2017.** Cria a Agência Executiva Metropolitana do Sudoeste Maranhense (AGEMSUL). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 201, de 27 de outubro de 2017, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 33.622, de 10 de novembro de 2017.** Dispõe sobre a reorganização da Casa Civil. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 210, de 10 de novembro de 2017, p.30.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 33.624, de 10 de novembro de 2017.** Aprova o Regimento da Casa Civil. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 210, de 10 de novembro de 2017, p.35.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.724, de 29 de novembro de 2017.** Cria a Agência Executiva Metropolitana do Sudoeste



Maranhense (AGEMSUL). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 224, de 01 de dezembro de 2017, p.47.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.753, de 19 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre a criação do Programa "Maranhão Solidário" e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 235, de 19 de dezembro de 2017, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 34.647, de 31 de dezembro de 2018.** Prorroga o prazo de duração da Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais (SRI), instituída, no âmbito da Casa Civil, por meio do Decreto nº 32.627, de 8 de fevereiro de 2017. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 245, de 31 de dezembro de 2018, p.6.

**SECRETARIA DE ESTADO
DE GOVERNO – SEGOV**

2 SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO (SEGOV)

2.1 NATUREZA

Administração Direta.

2.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Medida Provisória nº 208, de 23 de julho de 2015, convertida na Lei nº 10.298, de 19 de agosto de 2015.

2.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO (SEGOV), por meio da Medida Provisória nº 222, de 22 de abril de 2016, convertida na Lei nº 10.461, de 23 de maio de 2016, tem a finalidade de assistir direta e imediatamente o Governador do Estado no desempenho de suas atribuições, especialmente nos atos de gestão dos negócios públicos, no monitoramento e na avaliação da ação governamental; na coordenação de programas e projetos estratégicos, cerimonial público; assessoria militar do governo; atuação na gestão da tecnologia de informação e administração de dados, bem como outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Governador do Estado.

2.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

2015

Fica instituída, por meio do Decreto nº 30.616, de 02 de janeiro de 2015, a Força Estadual da Saúde do Maranhão (FESMA) como programa de cooperação voltado à execução de medidas de prevenção, assistência e combate a situações de risco epidemiológico.

A Medida Provisória nº 208, de 23 de julho de 2015, convertida na Lei nº 10.298, de 19 de agosto de 2015

regulamenta a estrutura administrativa do Estado do Maranhão, com isso a Chefia de Gabinete do Governador passa a compor a estrutura organizacional do Poder Executivo, como unidade gestora com autonomia administrativa e financeira, tendo por finalidade assistir direta e imediatamente o Governador do Estado no desempenho de suas atribuições, especialmente no que tange à promoção de eventos, cerimonial público, atividades administrativas e outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Governador do Estado relacionadas à sua competência específica.

O Decreto nº 30.977, de 29 de julho de 2015 reorganiza a Casa Civil e a Chefia de Gabinete do Governador.

O Decreto nº 31.076, de 4 de setembro de 2015 reorganiza a estrutura da a Chefia de Gabinete do Governador. Fica acrescentado na estrutura o Secretário Adjunto da Chefia de Gabinete do Governador e o Gabinete do Secretário-Chefe. O Chefe de Gabinete passa a ser Secretário-Chefe da Chefia de Gabinete do Governador e o serviço de Residências Oficiais passa a ser Supervisão de Residências Oficiais.

2016

A Medida Provisória nº 214, de 2 de fevereiro de 2016, convertida na Lei nº 10.416, de 10 de março de 2016, cria a Secretaria de Estado de Governo (SEGOV).

A Secretaria de Estado de Governo tem por finalidade assistir direta e imediatamente o Governador do Estado no desempenho de suas atribuições, especialmente nos atos de gestão dos negócios públicos, no monitoramento e

avaliação da ação governamental, na coordenação de programas e projetos estratégicos, cerimonial público, assessoria militar do governo e outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Governador do Estado.

Integram na estrutura da SEGOV, além das unidades administrativas que lhe forem acrescentadas por Decreto, o Gabinete do Governador, a Assessoria Especial do Governador e o Gabinete Militar.

A Chefia de Gabinete do Governador fica vinculada à SEGOV.

A Secretaria de Estado Extraordinária de Articulação de Políticas Públicas passa a ser vinculada à SEGOV.

Os encargos, direitos, obrigações, contratos e a titularidade de instrumentos formalizados pela Chefia de Gabinete do Governador serão titularizados pela SEGOV.

Fica criado, por meio do Decreto nº 31.553-A, de 16 de março de 2016, como parte integrante da Secretaria de Estado de Governo do Maranhão, o Núcleo de Programa e Projetos Estratégicos e o Núcleo de Monitoramento e Avaliação da Ação Governamental.

A Secretaria de Estado de Governo tem a finalidade, por meio da Medida Provisória nº 222, de 22 de abril de 2016, convertida na Lei nº 10.461, de 23 de maio de 2016, assistir direta e imediatamente o Governador do Estado no desempenho de suas atribuições, especialmente nos atos de gestão dos negócios públicos, no monitoramento e na avaliação da ação governamental; na coordenação de programas e projetos estratégicos,

cerimonial público; assessoria militar do governo; atuação na gestão da tecnologia de informação e administração de dados, bem como outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Governador do Estado.

Ficam transferidas para a Secretaria de Estado de Governo e seus respectivos titulares, as atribuições, competências e incumbências estabelecidas em atos normativos gerais ou específicos, contratos, convênios ou instrumentos congêneres inerentes à Secretaria-Adjunta de Tecnologia da Informação.

O Decreto nº 31.891, de 21 de junho de 2016 altera o Decreto nº 30.616/2015, que institui a Força Estadual da Saúde do Maranhão (FESMA).

A Lei nº 10.521, de 19 de outubro de 2016 institui o Programa de Parcerias Público-Privadas no Estado do Maranhão e cria o Conselho Gestor do Programa e o Fundo Garantidor.

O Decreto nº 32.356, de 9 de novembro de 2016 regulamenta a Lei nº 10.521, de 19 de outubro de 2016, que institui o Programa de Parcerias Público-Privadas no Estado do Maranhão e cria o Conselho Gestor do Programa e o Fundo Garantidor.

2017

O Decreto nº 32.790, de 10 de abril de 2017 institui o Núcleo de Gestão do Programa de Financiamento CEF/Estado do Maranhão - NGP e a Unidade de Execução do Programa Pró-Transporte e do Programa Maranhão Mais Justo e Competitivo - Infraestrutura - UEP.

2.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.616, de 02 de janeiro de 2015.** Institui a Força Estadual da Saúde do Maranhão (FESMA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 2 de janeiro de 2015, p.25.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 208, de 23 de julho de 2015.** Regulamenta a estrutura administrativa do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 135, de 23 de julho de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.977, de 29 de julho de 2015.** Dispõe sobre a reorganização da Casa Civil e da Chefia de Gabinete do Governador dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 138, de 29 de julho de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.298, de 19 de agosto de 2015.** Regulamenta a estrutura administrativa do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 156, de 24 de agosto de 2015, p.56.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.076, de 4 de setembro de 2015.** Dispõe sobre a reorganização da Chefia de Gabinete do Governador dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 165, de 04 de setembro de 2015, p.7.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 214, de 2 de fevereiro de**

2016. Altera estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 22, de 2 de fevereiro de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.416, de 10 de março de 2016.** Altera estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 46, de 10 de março de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.553-A, de 16 de março de 2016.** Cria o Núcleo de Programa e Projetos Estratégicos e o Núcleo de Monitoramento e Avaliação da Ação Governamental. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 50, de 16 de março de 2016, p.15.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 222, de 22 de abril de 2016.** Altera a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 74, de 22 de abril de 2016, p.12.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.461, de 23 de maio de 2016.** Altera a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 97, de 25 de maio de 2016, p.43.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.891, de 21 de junho de 2016.** Altera o Decreto nº 30.616/2015, que institui a

Força Estadual da Saúde do Maranhão (FESMA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 116, de 23 de junho de 2016, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.521, de 19 de outubro de 2016.** Institui o Programa de Parcerias Público-Privadas no Estado do Maranhão, cria o Conselho Gestor do Programa e o Fundo Garantidor, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 197, de 21 de outubro de 2016, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.356, de 9 de novembro de 2016.** Regulamenta a Lei n.º 10.521, de 19 de outubro de 2016, que institui o Programa de Parcerias Público-Privadas no Estado do Maranhão, cria o Conselho Gestor do Programa e o Fundo Garantidor, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 209, de 10 de novembro de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.790, de 10 de abril de 2017.** Institui o Núcleo de Gestão do Programa de Financiamento CEF/Estado do Maranhão - NGP e a Unidade de Execução do Programa Pró-Transporte e do Programa Maranhão Mais Justo e Competitivo - Infraestrutura - UEP. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 68, de 10 de abril de 2017, p.1.

**PROCURADORIA-GERAL
DO ESTADO - PGE**

3 PROCURADORIA - GERAL DO ESTADO - PGE

3.1 NATUREZA

Administração Direta

3.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei Delegada nº 39, de 28 de novembro de 1969.

3.3 FINALIDADE

A PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO (PGE), por meio da Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, tem a finalidade de representar o Estado judicial e extrajudicialmente, assessorar o Governador do Estado em assuntos de natureza jurídica, elaborando pareceres e estudos, ou propondo normas, medidas e diretrizes, assistindo-lhe quanto à legalidade dos atos da administração pública estadual; sugerir medidas de caráter jurídico, reclamados pelo interesse público e apresentar as informações a serem prestadas ao Poder Judiciário quando impugnado ato ou omissão governamental bem como exercer as funções de consultoria jurídica e assessoramento ao Governador do Estado e à administração pública em geral, na instauração de processos administrativo-disciplinares, na forma da legislação pertinente, dentre outras atribuições fixadas em lei complementar.

3.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

2015

Por meio da Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, a Procuradoria - Geral do Estado passa ter a finalidade de representar o Estado judicial e extrajudicialmente, assessorar o

Governador do Estado em assuntos de natureza jurídica, elaborando pareceres e estudos, ou propondo normas, medidas e diretrizes, assistindo-lhe quanto à legalidade dos atos da administração pública estadual; sugerir medidas de caráter jurídico, reclamados pelo interesse público e apresentar as informações a serem prestadas ao Poder Judiciário quando impugnado ato ou omissão governamental bem como exercer as funções de consultoria jurídica e assessoramento ao Governador do Estado e à administração pública em geral, na instauração de processos administrativo-disciplinares, na forma da legislação pertinente, dentre outras atribuições fixadas em lei complementar.

Fica mantido o Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado.

Fica revogada a Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo.

2016

A Lei Complementar nº 181, de 8 de abril de 2016 dá nova redação a Lei Complementar nº 020, de 30 de junho de 1994, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Estado, alterando a estrutura da PGE, a composição do Conselho Superior da PGE e da Corregedoria com suas atribuições.

2018

A Lei Complementar nº 206, de 29 de dezembro de 2017 altera a Lei Complementar nº 20, de 30 de junho de 1994, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado.

O Decreto nº 33.818, de 20 de fevereiro de 2018 aprova o Regimento Interno da Procuradoria-Geral do Estado do Maranhão.

3.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 02 de janeiro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 45, de 10 de março de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei Complementar nº 181, de 8 de abril de 2016.** Dá nova redação aos arts. 3º e 5º e §4º do art.7º, 8º, 8º-A, 11 e 62, altera os Anexos I e VI da Lei Complementar nº 020, de 30 de junho de 1994, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 65, de 8 de abril de 2016, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei Complementar nº 206, de 29 de dezembro de 2017.** Altera a Lei Complementar nº 20, de 30 de junho de 1994, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 2 de janeiro de 2018, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 33.818, de 20 de fevereiro de 2018.** Aprova o Regimento Interno da Procuradoria-Geral do Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 34, de 21 de fevereiro de 2018, p.6.

**SECRETARIA DE ESTADO
DA COMUNICAÇÃO
SOCIAL - SECOM**

4 SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – SECOM

4.1 NATUREZA

Administração Direta.

4.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei nº 4.052, de 22 de junho de 1979.

4.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (SECOM) por meio da Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015 passa ter a finalidade de assessorar o Governador nas áreas de comunicação social e relacionamento com a imprensa, promover a divulgação das ações do Governo bem como dos seus órgãos e entidades, disseminar informações de interesse público, coordenar e acompanhar a criação e veiculação da publicidade institucional relativa a planos, programas, projetos e ações, estabelecendo suas políticas e diretrizes, objetivando a manutenção de um fluxo permanente de informação à sociedade.

4.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

2015

Por meio da Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, a Secretaria de Estado da Comunicação Social passa ter a finalidade de assessorar o Governador nas áreas de comunicação social e relacionamento com a imprensa, promover a divulgação das ações do Governo bem como dos seus órgãos e entidades, disseminar informações de interesse público, coordenar e acompanhar a criação e veiculação da publicidade institucional relativa a planos, programas, projetos e ações, estabelecendo suas políticas e diretrizes, objetivando a manutenção de um

fluxo permanente de informação à sociedade.

Fica revogada a Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências.

2016

Por meio da Medida Provisória nº 214, de 2 de fevereiro de 2016, convertida na Lei nº 10.416, de 10 de março de 2016, a Secretaria de Estado de Assuntos Políticos e Federativos (SEAP) fica incorporada à Secretaria de Estado da Comunicação Social (SECOM) e passa a ser denominada Secretaria de Estado da Comunicação Social e Assuntos Políticos (SECAP).

A Representação Institucional no Distrito Federal passa a integrar a estrutura da Secretaria de Estado da Comunicação Social e Assuntos Políticos (SECAP).

4.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 02 de janeiro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 45, de 10 de março de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 214, de 2 de fevereiro de 2016.** Altera estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo

do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 22, de 2 de fevereiro de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.416, de 10 de março de 2016.** Altera estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 46, de 10 de março de 2016, p.1.

**SECRETARIA DE ESTADO
DE ASSUNTOS POLÍTICOS
E FEDERATIVOS- SEAP**



5 SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS POLÍTICOS E FEDERATIVOS - SEAP

5.1 NATUREZA

Administração Direta.

5.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Decreto nº 15.166, de 05 de agosto de 1996.

5.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS POLÍTICOS E FEDERATIVOS (SEAP) por meio da Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015 tem a finalidade de prestar assessoramento ao Governador no tocante ao relacionamento com a classe política; propor a agenda de atendimento político; coordenar as atividades de assessoria parlamentar; manter articulação político-institucional com a Assembleia Legislativa, Prefeituras e Câmaras Municipais bem como desenvolver estudos e análises da conjuntura da política nacional e estadual de interesse dos programas e projetos da administração estadual.

5.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

2015

Por meio da Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, a Secretaria de Estado de Assuntos Políticos (SEAP) passa a denominar Secretaria de Estado de Assuntos Políticos e Federativos (SEAP).

As Gerências de Articulação Regional, subordinadas administrativamente à Casa Civil, passam

a ser denominadas Superintendências Regionais, subordinadas à Secretaria de Estado de Assuntos Políticos e Federativos (SEAP).

A Secretaria de Estado de Assuntos Políticos e Federativos (SEAP) passa ter a finalidade de prestar assessoramento ao Governador no tocante ao relacionamento com a classe política; propor a agenda de atendimento político; coordenar as atividades de assessoria parlamentar; manter articulação político-institucional com a Assembleia Legislativa, Prefeituras e Câmaras Municipais bem como desenvolver estudos e análises da conjuntura da política nacional e estadual de interesse dos programas e projetos da administração estadual.

Os Conselhos de Articulação Regional, em número de trinta e um, são vinculados à Secretaria de Assuntos Políticos e Federativos com finalidade de propor a adequação de políticas públicas, programas e ações às demandas da sociedade e às necessidades do desenvolvimento regional, objetivando, inclusive, otimizar a aplicação do orçamento regionalizado; monitorar e avaliar os programas voltados para o desenvolvimento regional; promover a articulação entre o Governo e a sociedade civil.

A Representação Institucional no Distrito Federal passa a integrar a estrutura da Secretaria de Assuntos Políticos e Federativos.

Fica revogada a Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências.

O Decreto nº 30.682, de 18 de março de 2015 reorganiza a estrutura da



Secretaria de Estado de Assuntos Políticos e Federativos (SEAP) e revoga o Decreto nº 27.220, de 3 de janeiro de 2011.

Os trinta e um Conselhos de Articulação Regional são vinculados a Secretaria de Assuntos Políticos e Federativos e terão sua composição definida em Portaria.

As trinta e uma Superintendências de Articulação Regionais são vinculadas a Secretaria de Estado de Assuntos Políticos e Federativos.

A Secretaria de Representação Institucional no Distrito Federal (REBRAS) possui autonomia financeiro-orçamentária e disporá de ordenador de despesas próprio.

Fica acrescentada na estrutura da Secretaria de Estado de Assuntos Políticos e Federativos (SEAP), por meio do Decreto nº 30.927, de 10 de julho de 2015, a Secretaria-Adjunta de Articulação Institucional (SAAI).

2016

Por meio da Medida Provisória nº 214, de 2 de fevereiro de 2016, convertida na Lei nº 10.416, de 10 de março de 2016, a Secretaria de Estado de Assuntos Políticos e Federativos (SEAP) fica incorporada à Secretaria de Estado da Comunicação Social (SECOM) e passa a ser denominada Secretaria de Estado da Comunicação Social e Assuntos Políticos (SECAP).

5.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo

do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 02 de janeiro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 45, de 10 de março de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.682, de 18 de março de 2015.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado de Assuntos Políticos e Federativos (SEAP) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 52, de 19 de março de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.927, de 10 de julho de 2015.** Altera o Decreto nº 30.682, de 18 de março de 2015. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 126, de 10 de julho de 2015, p.10.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 214, de 2 de fevereiro de 2016.** Altera estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 22, de 2 de fevereiro de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.416, de 10 de março de 2016.** Altera estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 46, de 10 de março de 2016, p.1.

**SECRETARIA DE ESTADO
DA COMUNICAÇÃO
SOCIAL E ASSUNTOS
POLÍTICOS - SECAP**

6 SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E ASSUNTOS POLÍTICOS (SECAP)

6.1 NATUREZA

Administração Direta.

6.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Medida Provisória nº 214, de 2 de fevereiro de 2016 / Lei nº 10.416, de 10 de março de 2016.

6.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E ASSUNTOS POLÍTICOS (SECAP) por meio da Medida Provisória nº 214, de 2 de fevereiro de 2016, convertida na Lei nº 10.416, de 10 de março de 2016 tem a finalidade de manter articulação político institucional com as Prefeituras e Câmaras Municipais, desenvolver estudos e análises da conjuntura da política nacional e estadual de interesse dos programas e projetos da administração estadual, bem como assessorar o Governador nas áreas de comunicação social e relacionamento com a imprensa, promover a divulgação das ações do Governo e dos seus órgãos e entidades, disseminar informações de interesse público, coordenar e acompanhar a criação e veiculação da publicidade institucional relativa a planos, programas, projetos e ações, estabelecendo suas políticas e diretrizes, objetivando a manutenção de um fluxo permanente de informação à sociedade.

6.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

2016

Por meio da Medida Provisória nº 214, de 2 de fevereiro de 2016, convertida na Lei nº 10.416, de 10 de março de 2016, a

Secretaria de Estado de Assuntos Políticos e Federativos (SEAP) fica incorporada à Secretaria de Estado da Comunicação Social (SECOM) e passa a ser denominada Secretaria de Estado da Comunicação Social e Assuntos Políticos (SECAP).

A Secretaria de Estado da Comunicação Social e Assuntos Políticos tem por finalidade manter articulação político institucional com as Prefeituras e Câmaras Municipais, desenvolver estudos e análises da conjuntura da política nacional e estadual de interesse dos programas e projetos da administração estadual, bem como assessorar o Governador nas áreas de comunicação social e relacionamento com a imprensa, promover a divulgação das ações do Governo e dos seus órgãos e entidades, disseminar informações de interesse público, coordenar e acompanhar a criação e veiculação da publicidade institucional relativa a planos, programas, projetos e ações, estabelecendo suas políticas e diretrizes, objetivando a manutenção de um fluxo permanente de informação à sociedade.

Fica criada, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Comunicação e Articulação Política, por meio Decreto nº 33.710, de 14 de dezembro de 2017, a Superintendência de Articulação Política da Região do Médio Tocantins, com sede em Cidelândia, desmembrada da Superintendência Carajás (Açailândia).

6.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 214, de 2 de fevereiro de 2016.** Altera estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do

Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 22, de 2 de fevereiro de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.416, de 10 de março de 2016.** Altera estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 46, de 10 de março de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 33.710, de 14 de dezembro de 2017.** Cria a Superintendência Regional do Médio Tocantins, desmembrada da Região dos Carajás, define sua área de atuação e estrutura, na forma do parágrafo único do art. 13 da Lei nº 10.213, de 09 de março de 2015, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 233, de 15 de dezembro de 2017, p.33.

**SECRETARIA DE ESTADO
DA TRANSPARÊNCIA E
CONTROLE - STC**

7 SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE (STC)

7.1 NATUREZA

Administração Direta

7.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 / Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.

7.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE (STC), por meio da Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e a Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, assistirá direta e imediatamente ao Governador de Estado no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos e providências que, no âmbito do Poder Executivo, sejam atinentes à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correição, à prevenção e ao combate à corrupção, às atividades de ouvidoria e ao incremento da transparência da gestão no âmbito da administração direta e indireta.

7.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

2015

A Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e a Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, extingue o Conselho Superior da Controladoria-Geral do Estado e cria a Secretaria de Estado da Transparência e Controle (STC).

A Secretaria de Transparência e Controle, órgão central do Sistema de Controle Interno e de Controle Social do Poder Executivo, assistirá direta e imediatamente ao Governador de Estado

no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos e providências que, no âmbito do Poder Executivo, sejam atinentes à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correição, à prevenção e ao combate à corrupção, às atividades de ouvidoria e ao incremento da transparência da gestão no âmbito da administração direta e indireta.

O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo é composto pela Secretaria de Transparência e Controle, como órgão central, Comissão Central Permanente de Licitação, órgãos centrais e setoriais de finanças, contabilidade, planejamento e administração e auditorias internas, controladorias ou unidades assemelhadas das entidades da administração indireta.

Fica revogada a Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências.

A Medida Provisória nº 186, de 02 de janeiro de 2015, convertida na Lei nº 10.204, de 23 de fevereiro de 2015, cria a Secretaria de Transparência e Controle, altera a Lei nº 6.895, de 26 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a organização do Sistema de Controle Interno, a Lei nº 9.571, de 28 de março de 2012, que dispõe sobre a operação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo de que tratam os arts. 2º e 3º da Lei nº 6.895, de 26 de dezembro de 1996 e a Lei nº 6.107, de 27 de julho de 1994, que dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos civis do estado.

O Decreto nº 30.625, de 16 de janeiro de 2015 organiza a Secretaria de Estado da Transparência e Controle.

Fica instituída por meio do Decreto Nº 30.672, de 10 de março de 2015, no âmbito da Secretaria de Estado da Transparência e Controle, a Força Estadual de Transparência e Controle do Maranhão (FETRACON), como programa de fiscalização e controle dos gastos da Administração Pública para o combate e prevenção à corrupção.

A Lei nº 10.217, de 23 de março de 2015 dispõe sobre regras específicas para garantir o acesso a informações no âmbito do Estado do Maranhão e altera a Lei nº 6.107, de 27 de julho de 1994, que dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos civis do estado.

2016

O Decreto nº 31.482, de 29 de janeiro de 2016 disciplina o encaminhamento das demonstrações contábeis e demais relatórios que as suportam à Secretaria de Estado de Transparência e Controle, para análise e emissão de relatório e parecer de auditoria, e revoga o Decreto nº 30.637, de 26 de janeiro de 2015.

O Decreto nº 31.672, de 29 de abril de 2016 institui na estrutura administrativa da Secretaria de Estado da Transparência e Controle (STC) a Secretaria-Adjunta de Apoio Institucional (SAAI), como órgão de administração superior, subordinada ao Secretário de Estado da Transparência e Controle e chefiada pelo Secretário Adjunto de Apoio Institucional.

A Resolução CONSUCI-STC/MA nº 001, de 30 de agosto de 2016 aprova as normas para avaliação de desempenho do estágio probatório e o formulário de avaliação de desempenho dos servidores ocupantes do cargo de Auditor do Estado.

2017

O Decreto nº 32.592, de 17 de janeiro de 2017 altera o Decreto nº 31.482, de 29 de janeiro de 2016, que disciplina o encaminhamento das demonstrações contábeis e demais relatórios que as suportam à Secretaria de Estado de Transparência e Controle, para análise e emissão de relatório e parecer de auditoria.

O Decreto nº 32.661, de 24 de fevereiro de 2017 autoriza a emissão de carteiras funcionais pela Secretaria de Estado de Transparência e Controle (STC).

2018

O Decreto nº 34.286, de 3 de julho de 2018 organiza a Secretaria de Estado da Transparência e Controle. Na estrutura a Secretaria-Adjunta de Controle Interno passa a denominar-se Auditoria-Geral do Estado (AGE) e será chefiada pelo Auditor-Geral do Estado.

7.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 02 de janeiro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 186, de 02 de janeiro de 2015.** Cria a Secretaria de Transparência e Controle, altera as Leis nº 6.895, de 26 de dezembro de 1996, nº 9.571, de 28 de março de 2012 e a Lei nº 6.107, de 27 de julho de 1994, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão,

Poder Executivo, Maranhão, 1, de 02 de janeiro de 2015, p.11.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.625, de 16 de janeiro de 2015.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado da Transparência e Controle. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 12, de 19 de janeiro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.204, de 23 de fevereiro de 2015.** Cria a Secretaria de Transparência e Controle, altera as Leis nº 6.895, de 26 de dezembro de 1996, nº 9.571, de 28 de março de 2012 e a Lei nº 6.107, de 27 de julho de 1994, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 37, de 26 de fevereiro de 2015, p.10.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 45, de 10 de março de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.672, de 10 de março de 2015.** Institui a Força Estadual de Transparência e Controle do Maranhão (FETRACON), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 46, de 11 de março de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.217, de 23 de março de 2015.** Dispõe sobre regras específicas para garantir o acesso a informações no âmbito do Estado do Maranhão, altera a Lei nº 6.107, de 27 de julho de 1994, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão,

Poder Executivo, Maranhão, 55, de 24 de março de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.482, de 29 de janeiro de 2016.** Disciplina o encaminhamento das demonstrações contábeis e demais relatórios que as suportam à Secretaria de Estado de Transparência e Controle, para análise e emissão de relatório e parecer de auditoria, e revoga o Decreto nº 30.637, de 26 de janeiro de 2015. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 20, de 29 de janeiro de 2016, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.672, de 29 de abril de 2016.** Institui na estrutura administrativa da Secretaria de Estado da Transparência e Controle a Secretaria-Adjunta de Apoio Institucional e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 79, de 29 de abril de 2016, p.7. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 92, de 18 de maio de 2016, p.2. Republicado por Incorreção.

MARANHÃO (Estado). **Resolução CONSUCI-STC/MA Nº 001, de 30 de agosto de 2016.** Aprova as normas para avaliação de desempenho do estágio probatório e o formulário de avaliação de desempenho dos servidores ocupantes do cargo de Auditor do Estado. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 170, de 13 de setembro de 2016, p.17.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.592, de 17 de janeiro de 2017.** Altera o Decreto nº 31.482, de 29 de janeiro de 2016, que disciplina o encaminhamento das demonstrações contábeis e demais relatórios que as suportam à Secretaria de

Estado de Transparência e Controle, para análise e emissão de relatório e parecer de auditoria, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 12, de 17 de janeiro de 2017, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.661, de 24 de fevereiro de 2017.** Autoriza a emissão de carteiras funcionais pela Secretaria de Estado de Transparência e Controle (STC). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 43, de 6 de março de 2017, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 34.286, de 3 de julho de 2018.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado da Transparência e Controle. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 123, de 4 de julho de 2018, p.1.

**COMISSÃO CENTRAL
PERMANENTE DE
LICITAÇÃO - CCL**

8 COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL

8.1 NATUREZA

Administração Direta.

8.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei nº 6.303 de 22 de maio de 1995.

8.3 FINALIDADE

A COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO (CCL) por meio da Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015 tem a finalidade de realizar os procedimentos licitatórios de interesse dos órgãos e entidades da administração estadual, adjudicar o objeto dos certames, expedir normas específicas para a instauração dos processos e elaboração dos atos convocatórios, delegar competências às Comissões Setoriais de Licitação, supervisionando, avaliando e controlando os atos por elas praticados, dispensar e inexistir licitações na forma e nas hipóteses previstas na legislação pertinente bem como emitir parecer sobre a celebração de termos aditivos aos contratos administrativos.

8.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

2014

A Lei nº 9.990, de 13 de fevereiro de 2014, altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei nº 9.579, de 12 de abril de 2012, que institui o Código de Licitações e Contratos do Estado do Maranhão.

O Decreto nº 29.919, de 1º de abril de 2014 regulamenta o Sistema de Registro de Preços disciplinado no Código de Licitações e Contratos do Estado do Maranhão.

2015

Por meio da Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, a Comissão Central Permanente de Licitação passa ter a finalidade de realizar os procedimentos licitatórios de interesse dos órgãos e entidades da administração estadual, adjudicar o objeto dos certames, expedir normas específicas para a instauração dos processos e elaboração dos atos convocatórios, delegar competências às Comissões Setoriais de Licitação, supervisionando, avaliando e controlando os atos por elas praticados, dispensar e inexistir licitações na forma e nas hipóteses previstas na legislação pertinente bem como emitir parecer sobre a celebração de termos aditivos aos contratos administrativos.

Fica revogada a Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências.

A Lei nº 10.187, de 30 de dezembro de 2014 acrescenta os Artigos 78-A, 78-B e 78-C à Lei nº 9.579, de 12 de abril de 2012, que institui o Código de Licitações e Contratos do Estado do Maranhão.

O Decreto nº 30.669, de 10 de março de 2015 reorganiza a Comissão Central Permanente de Licitação (CCL) e revoga o Decreto nº 27.218, de 3 de janeiro de 2011.

Fica excluída da estrutura a Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas. Ficam acrescentadas a Assessoria Técnica, a Assessoria de Controle e o Serviço de Atividades Auxiliares. A Supervisão Administrativo-Financeira passa a ser Gerência Administrativo-Financeira, o Serviço de Material e Patrimônio e Serviços Gerais passa a ser Serviço de Material e Patrimônio, a Supervisão de Informática

passa a ser Gerência de Tecnologia da Informação, a Superintendência de Registro de Preços passa a ser Gerência de Registro de Preços e a Superintendência de Licitação e Contratos passa a ser Gerência de Licitação e Contratos.

A Medida Provisória nº 205, de 8 de julho de 2015, convertida na Lei nº 10.295, de 19 de agosto de 2015, revoga a Lei nº 9.579, de 12 de abril de 2012 que institui o Código de Licitações e Contratos do Estado do Maranhão.

A Medida Provisória nº 207, de 10 de julho de 2015, convertida na Lei nº 10.297, de 19 de agosto de 2015, regulamenta o Sistema Integrado de Licitações do Estado do Maranhão.

O Decreto nº 31.017, de 6 de agosto de 2015 regulamenta o Sistema de Registro de Preços no Estado do Maranhão disciplinando o art. 15, inciso II e § 3º, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

2016

O Decreto nº 31.553, de 16 de março de 2016 regulamenta o Sistema de Registro de Preços no Estado do Maranhão, disciplinando o art. 15, inciso II e § 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

O Decreto nº 31.607, de 8 de abril de 2016 organiza estrutura da Comissão Central Permanente de Licitação (CCL).

Ficam acrescentados o nível Órgão Colegiado com a Composição Plena, 1ª Câmara de Julgamento e 2ª Câmara de Julgamento, o Membro Secretário no nível Administração Superior, a Secretaria dos Membros no nível Unidade de Assessoramento ao Membro Secretário, a Coordenação de Planejamento de Compras, a Coordenação de Catálogo de Especificações, o Departamento de Especificação de Materiais, o Departamento

de Especificação de Serviços e a Coordenação de Banco de Preços no nível Unidade de Atuação Programática.

Fica excluído da estrutura o Departamento de Controle de Registro de Preços, o Departamento de Comunicação e Editoração, a Gerência de Licitação e Contratos com o Departamento de Normalização, o Departamento de Controle de Contratos e a Coordenação de Cadastro de Fornecedores no nível Unidades de Atuação Programática.

A Assessoria de Controle passa a denominar Assessoria de Controle e Licitações no nível Unidades de Assessoramento Direto ao Presidente.

A Lei nº 10.469, de 7 de junho de 2016 altera as Leis nºs 10.295, de 19 de agosto de 2015, que revoga a Lei nº 9.579, de 12 de abril de 2012, e 10.297, de 19 de agosto de 2015, que regulamenta o Sistema Integrado de Licitações do Estado do Maranhão.

O Decreto nº 32.296, de 27 de outubro de 2016 organiza a estrutura da Comissão Central Permanente de Licitação (CCL). Fica excluída a Assessoria Técnica do nível Unidades de Assessoramento Direto ao Presidente.

8.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.990, de 13 de fevereiro de 2014.** Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei nº 9.579, de 12 de abril de 2012 - Código de Licitações e Contratos do Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 34, de 18 de fevereiro de 2014, p.23.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 29.919, de 1º de abril de 2014.** Regulamenta o Sistema de Registro de Preços disciplinado no art. 39, § 1º, do

Código de Licitações e Contratos do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 66, de 04 de abril de 2014, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 02 de janeiro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.187, de 30 de dezembro de 2014.** Acrescenta os Artigos 78-A, 78-B e 78-C à Lei nº 9.579, de 12 de abril de 2012, que institui o Código de Licitações e Contratos do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 24, de 04 de fevereiro de 2015, p.21.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 45, de 10 de março de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.669, de 10 de março de 2015.** Dispõe sobre a reorganização da Comissão Central Permanente de Licitação (CCL) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 45, de 10 de março de 2015, p.35.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 205, de 8 de julho de 2015.** Revoga a Lei nº 9.579, de 12 de abril de 2012 e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 124, de 8 de julho de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 207, de 10 de julho de 2015.** Regulamenta o Sistema Integrado de Licitações do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 126, de 10 de julho de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.017, de 6 de agosto de 2015.** Regulamenta o Sistema de Registro de Preços no Estado do Maranhão disciplinando o art. 15, inciso II e § 3º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 144, de 6 de agosto de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.295 de 19 de agosto de 2015.** Revoga a Lei nº 9.579, de 12 de abril de 2012 e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 156, de 24 de agosto de 2015, p.53.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.297, de 19 de agosto de 2015.** Regulamenta o Sistema Integrado de Licitações do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 156, de 24 de agosto de 2015, p.54.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.553, de 16 de março de 2016.** Regulamenta o Sistema de Registro de Preços no Estado do Maranhão, disciplinando o art. 15, inciso II e § 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 50, de 16 de março de 2016, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.607, de 8 de abril de 2016.** Dispõe sobre a organização da Comissão Central Permanente de Licitação (CCL) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 66,

de 11 de abril de 2016, p.4. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 112, de 17 de junho de 2016, p.1. Republicado por Incorreção.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.469, de 7 de junho de 2016.** Altera as Leis nºs 10.295, de 19 de agosto de 2015, que revoga a Lei nº 9.579, de 12 de abril de 2012, e 10.297, de 19 de agosto de 2015, que regulamenta o Sistema Integrado de Licitações do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 105, de 8 de junho de 2016, p.7.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.296, de 27 de outubro de 2016.** Dispõe sobre a organização da Comissão Central Permanente de Licitação (CCL) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 202, de 31 de outubro de 2016, p.4.

**SECRETARIA DE ESTADO
DO PLANEJAMENTO E
ORÇAMENTO – SEPLAN**

9 SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SEPLAN

9.1 NATUREZA

Administração Direta.

9.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei nº 2.669, de 29 de julho de 1966.

9.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (SEPLAN) por meio da Medida Provisória nº 222, de 22 de abril de 2016, convertida na Lei nº 10.461, de 23 de maio de 2016, tem a finalidade de planejar, organizar e executar as políticas de governo relativas ao orçamento público; elaborar a programação orçamentária, o acompanhamento e o controle da execução orçamentária dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, a gestão do Tesouro, sua execução financeira e supervisão de dívida e encargos gerais; os serviços de contabilidade; apoio a estudos e pesquisas socioeconômicas e geográficas de interesse para o planejamento governamental; a formulação, o desenvolvimento, a implementação, a coordenação e a gestão de políticas públicas, diretrizes e estratégias de captação de recursos e de parcerias estratégicas; a cooperação e a assistência técnica, bem como a manutenção dos sistemas corporativos informatizados de sua área de competência.

9.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

2014

A Lei nº 10.101, de 17 de junho de 2014 institui o Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios do Maranhão (FUNDEMA), de natureza

financeira e contábil, vinculado à Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN, com prazo indeterminado de duração, objetivando promover o desenvolvimento dos municípios maranhenses, mediante apoio financeiro a planos de trabalhos municipais de investimento.

O Decreto nº 30.142, de 24 de junho de 2014 regulamenta o Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios do Maranhão (FUNDEMA), instituído pela Lei nº 10.101, de 17 de junho de 2014.

2015

Por meio da Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, a Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento, órgão de gestão instrumental e desenvolvimento institucional, passa ter a finalidade de planejar, organizar e executar as políticas de governo relativas ao orçamento público; elaborar a programação orçamentária; o acompanhamento e controle da execução orçamentária dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, a gestão do Tesouro, sua execução financeira e supervisão de dívida e encargos gerais; os serviços de contabilidade; gestão da tecnologia de informação e administração de dados; apoio a estudos e pesquisas socioeconômicas e geográficas de interesse para o planejamento governamental; a formulação, o desenvolvimento, a implementação, a coordenação e a gestão de políticas públicas, diretrizes e estratégias de captação de recursos e de parcerias estratégicas, a cooperação e a assistência técnica, manutenção dos sistemas corporativos informatizados de sua área de competência, bem como atuar na gestão da tecnologia de informação e administração de dados.

O Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômico e Cartográfico (IMESC), autarquia e a Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), sociedade de economia mista passam a ser vinculados à Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento.

Ficam mantidos o Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas do Estado do Maranhão e o Fundo Maranhense de Combate à Pobreza (FUMACOP).

Fica revogada a Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências.

O Decreto nº 30.630, de 22 de janeiro de 2015 estabelece normas para a programação e a execução orçamentária e financeira dos orçamentos fiscal e da seguridade social para 2015.

O Decreto nº 30.839, de 9 de junho de 2015 altera o Decreto nº 28.555, de 04 de fevereiro de 2013, revoga dispositivo do Decreto nº 28.186, de 18 de maio de 2012, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN).

Fica criada a Unidade Executora do Programa Viva Maranhão (UEP), vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN), que será responsável pela execução física e financeira dos projetos financiados com recursos oriundos das operações de crédito contratadas com o banco, na forma da Lei nº 9.711, de 1º de novembro de 2012.

A Lei nº 10.291, de 3 de agosto de 2015 revoga a Lei nº 10.101, de 17 de junho de 2014, que institui o Fundo

Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios do Maranhão (FUNDEMA).

O Decreto nº 31.135, de 21 de setembro de 2015 altera a redação do Decreto nº 30.839, de 10 de junho de 2015, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN).

A Unidade Executora do Programa Viva Maranhão (UEP) contará com a seguinte estrutura: Coordenador-Geral, Supervisão de Projetos e Obras e Supervisão Administrativo-Financeira. O Coordenador-Geral será designado pelo Governador do Estado.

2016

Por meio da Medida Provisória nº 222, de 22 de abril de 2016, convertida na Lei nº 10.461, de 23 de maio de 2016 a Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento, órgão de gestão instrumental e desenvolvimento institucional, tem a finalidade, de planejar, organizar e executar as políticas de governo relativas ao orçamento público; elaborar a programação orçamentária, o acompanhamento e o controle da execução orçamentária dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, a gestão do Tesouro, sua execução financeira e supervisão de dívida e encargos gerais; os serviços de contabilidade; apoio a estudos e pesquisas socioeconômicas e geográficas de interesse para o planejamento governamental; a formulação, o desenvolvimento, a implementação, a coordenação e a gestão de políticas públicas, diretrizes e estratégias de captação de recursos e de parcerias estratégicas; a cooperação e a assistência técnica, bem como a manutenção dos sistemas corporativos informatizados de sua área de competência.

9.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.101, de 17 de junho de 2014**. Institui o Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios do Maranhão - FUNDEMA e estabelece outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 115, de 17 de junho de 2014, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.142, de 24 de junho de 2014**. Regulamenta o Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios do Maranhão - FUNDEMA, instituído pela Lei nº 10.101, de 17 de junho de 2014, e estabelece outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 119, de 24 de junho de 2014, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015**. Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 02 de janeiro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.630, de 22 de janeiro de 2015**. Estabelece normas para a programação e a execução orçamentária e financeira dos orçamentos fiscal e da seguridade social para 2015 e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 16, de 23 de janeiro de 2015, p.13.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015**. Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário

Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 45, de 10 de março de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.839, de 9 de junho de 2015**. Altera o Decreto nº 28.555, de 04 de fevereiro de 2013, revoga dispositivo do Decreto nº 28.186, de 18 de maio de 2012, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 105, de 10 de junho de 2015, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.291, de 3 de agosto de 2015**. Revoga a Lei nº 10.101, de 17 de junho de 2014, que institui o Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios do Maranhão (FUNDEMA). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 142, de 04 de agosto de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.135, de 21 de setembro de 2015**. Altera a redação do Decreto nº 30.839, de 10 de junho de 2015, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 174, de 21 de setembro de 2015, p.5.

Decreto nº 31.135, de 21 de setembro de 2015. Altera a redação do Decreto nº 28.555, de 4 de fevereiro de 2013, que acrescenta dispositivo ao Decreto nº 28.186, de 18 de maio de 2012, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder

Executivo, Maranhão, 177, de 24 de setembro de 2015, p.1. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 179, de 28 de setembro de 2015, p.13. Republicado por Incorreção.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 222, de 22 de abril de 2016.** Altera a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 74, de 22 de abril de 2016, p.12.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.461, de 23 de maio de 2016.** Altera a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 97, de 25 de maio de 2016, p.43.

**SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA - SEFAZ**

10 SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ

10.1 NATUREZA

Administração Direta.

10.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei de 04 de outubro de 1831.

10.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA (SEFAZ) por meio da Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, tem a finalidade de assegurar o ingresso de receitas devidas, atendendo às necessidades da sociedade maranhense e de desenvolvimento do Estado, formulando e executando a política econômico-tributária; realizar a administração fazendária; dirigir, orientar e coordenar as atividades de arrecadação, fiscalização, recolhimento e controle dos tributos e demais rendas do Estado.

10.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

2015

Por meio da Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, a Secretaria de Estado da Fazenda passa ter a finalidade de assegurar o ingresso de receitas devidas, atendendo às necessidades da sociedade maranhense e de desenvolvimento do Estado, formulando e executando a política econômico-tributária; realizar a administração fazendária; dirigir, orientar e coordenar as atividades de arrecadação, fiscalização, recolhimento e controle dos tributos e demais rendas do Estado.

Fica mantido o Fundo de Fortalecimento da Administração Tributária (FUNAT).

Fica revogada a Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências.

A Lei nº 10.201, de 8 de janeiro de 2015 altera a Lei nº 7.799, de 19 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Sistema Tributário Estadual.

A Medida Provisória nº 188, de 20 de janeiro de 2015, convertida na Lei nº 10.208, de 25 de fevereiro de 2015, dispensa os juros e as multas punitivas e moratórias de débitos fiscais relacionados ao IPVA, conforme especifica.

A Medida Provisória nº 189, de 20 de janeiro de 2015, convertida na Lei nº 10.209, de 25 de fevereiro de 2015, dispensa ou reduz multas e juros e a concessão de parcelamento de débitos fiscais, relacionados com o ICMS.

A Medida Provisória nº 190, de 20 de janeiro de 2015, convertida na Lei nº 10.210, de 25 de fevereiro de 2015, institui o Domicílio Tributário Eletrônico.

O Decreto nº 30.663, de 9 de março de 2015 aprova o modelo da Representação Fiscal para Fins Penais.

O Decreto nº 30.708, de 6 de abril de 2015 regulamenta o pagamento do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis (ITCD).

A Lei nº 10.250, de 2 de junho de 2015 altera dispositivo da Lei nº 7.799, de 19 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Sistema Tributário do Estado do Maranhão.

A Lei nº 10.279, de 10 de julho de 2015 institui o Programa de Estímulo à Cidadania Tributária do Estado do Maranhão ("NOTA LEGAL"), com o

objetivo de incentivar os adquirentes de mercadorias, bens e serviços de transporte interestadual e intermunicipal a solicitar do fornecedor o documento fiscal hábil.

A Lei nº 10.283, de 17 de julho de 2015 institui, no âmbito do Estado do Maranhão, por intermédio do Departamento Estadual de Trânsito do Maranhão (DETRAN)/MA e da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), o Programa Moto Legal, direcionado para a conscientização e preservação da vida no trânsito, em especial para a redução de acidentes de trânsito envolvendo veículos automotores de duas rodas, mediante benefícios fiscais.

O Decreto nº 30.988, de 31 de julho de 2015 classifica local insalubre da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ).

O Decreto nº 30.989, de 31 de julho de 2015 regulamenta a Lei nº 10.279, de 10 de julho de 2015, que institui o Programa de Estímulo à Cidadania Tributária do Estado do Maranhão ("NOTA LEGAL").

O Decreto nº 31.064, de 3 de setembro de 2015 altera o Decreto nº 30.989, de 31 de julho de 2015, que regulamenta a Lei nº 10.279, de 10 de julho de 2015.

A Lei nº 10.308, de 10 de setembro de 2015 altera o art. 92 da Lei nº 7.799, de 19 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Sistema Tributário do Estado do Maranhão.

A Lei nº 10.384, de 21 de dezembro de 2015 dispõe sobre a dispensa dos juros e das multas punitivas e moratórias de débitos fiscais relacionados

ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

A Lei nº 10.389, de 22 de dezembro de 2015 acrescenta dispositivos à Lei nº 8.105, de 29 de abril de 2004, que criou o Fundo de Fortalecimento da Administração Tributária (FUNAT).

A Lei nº 10.390, de 22 de dezembro de 2015 acrescenta e modifica dispositivos da Lei nº 7.799, de 19 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Sistema Tributário do Estado do Maranhão.

2016

A Medida Provisória nº 217, de 22 de fevereiro de 2016, convertida na Lei nº 10.420, de 17 de março de 2016, altera dispositivo da Lei 10.384, de 21 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a dispensa dos juros e das multas punitivas e moratórias de débitos fiscais relacionados ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

A Lei nº 10.439, de 22 de abril de 2016 dispensa o pagamento dos tributos relacionados ao Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), por furto ou roubo do veículo.

O Decreto nº 31.865, de 14 de junho de 2016 regulamenta o Processo da Consulta, previsto nos artigos 215 a 225 da Lei nº 7.799/ 02, que dispõe sobre o Sistema Tributário do Estado do Maranhão.

A Lei nº 10.488, de 14 de julho de 2016 acrescenta e modifica dispositivos da Lei nº 7.799, de 19 de dezembro de

2002, que dispõe sobre o Sistema Tributário do Estado do Maranhão.

A Lei nº 10.522, de 25 de outubro de 2016 acrescenta dispositivo à Lei nº 7.799, de 19 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Sistema Tributário do Estado do Maranhão.

2017

A Lei nº 10.573, de 27 de março de 2017 o revoga § 7º do art. 9º da Lei nº 7.799/ 02, que dispõe sobre o Sistema Tributário do Estado, para derrogar a possibilidade de adoção de regime especial, pelo Secretário de Estado da Fazenda, para concessão de benefício fiscal.

Fica instituído, por meio da Lei nº 10.576, de 10 de abril de 2017, o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento dos Centros de Distribuição (CD), com objetivo de constituir no Maranhão vigoroso polo atacadista, fomentador da geração de emprego e renda em prol do desenvolvimento do Estado.

A Medida Provisória nº 233, de 11 de maio de 2017, convertida na Lei nº 10.603, de 21 de junho de 2017, institui o Programa Maranhão Juros Zero, que tem como objetivo incentivar o empreendedorismo, alavancar o investimento produtivo e promover a geração de emprego e renda no Estado.

O Decreto nº 32.908, de 11 de maio de 2017 regulamenta a Medida Provisória nº 233, de 11 de maio de 2017, que institui o Programa Maranhão Juros Zero e concede subsídio financeiro para o custeio dos juros remuneratórios incidentes nas operações de crédito

realizadas nas condições estabelecidas ali estabelecidas.

A Medida Provisória nº 251, de 25 de agosto de 2017, convertida na Lei nº 10.692, de 28 de setembro de 2017, institui o Programa de Parcelamento de Débitos Fiscais relacionados ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

2018

A Medida Provisória nº 283, de 26, de novembro de 2018, convertida na Lei nº 10.971 de 17 de dezembro de 2018, institui o Programa de Parcelamento de Débitos Fiscais relacionados ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

A Medida Provisória nº 284, de 26 de novembro de 2018, convertida na Lei nº 10.972 de 17 de dezembro de 2018, institui o Programa de Parcelamento de Débitos Fiscais relacionados ao Imposto sobre a Transmissão “Causa Mortis” e Doação, de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD).

A Medida Provisória nº 286, de 30 de novembro de 2018, convertida na Lei nº 10.974 de 17 de dezembro de 2018, institui Programa Especial de Parcelamento de Débitos Fiscais relacionados ao ICM e ao ICMS.

10.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo,

Maranhão, 1, de 02 de janeiro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.201, de 8 de janeiro de 2015.** Acrescenta os incisos IV e V no § 2º e o § 10 no art. 62 da Lei nº 7.799, de 19 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Sistema Tributário Estadual. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 7, de 12 de janeiro de 2015, p.11.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 188, de 20 de janeiro de 2015.** Dispõe sobre a dispensa dos juros e das multas punitivas e moratórias de débitos fiscais relacionados ao IPVA, conforme especifica. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 16, de 23 de janeiro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 189, de 20 de janeiro de 2015.** Dispõe sobre a dispensa ou redução de multas e juros, e a concessão de parcelamento de débitos fiscais, relacionados com o ICMS. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 16, de 23 de janeiro de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 190, de 20 de janeiro de 2015.** Institui o Domicílio Tributário Eletrônico. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 16, de 23 de janeiro de 2015, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.208, de 25 de fevereiro de 2015.** Dispõe sobre a dispensa dos juros e das multas punitivas e moratórias de débitos fiscais relacionados ao IPVA, conforme especifica. Diário Oficial do Estado do

Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 38, de 27 de fevereiro de 2015, p.15.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.209, de 25 de fevereiro de 2015.** Dispõe sobre a dispensa ou redução de multas e juros, e a concessão de parcelamento de débitos fiscais, relacionados com o ICMS. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 38, de 27 de fevereiro de 2015, p.15.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.210, de 25 de fevereiro de 2015.** Institui o Domicílio Tributário Eletrônico. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 38, de 27 de fevereiro de 2015, p.16.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 45, de 10 de março de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.663, de 9 de março de 2015.** Aprova o modelo da Representação Fiscal para Fins Penais e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 45, de 10 de março de 2015, p.12.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.708, de 6 de abril de 2015.** Regulamenta o pagamento do ITCD, nos termos do art. 113 da Lei nº 7.799/2002. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 63, de 7 de abril de 2015, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.250, de 2 de junho de 2015.** Altera dispositivo da

Lei nº 7.799, de 19 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Sistema Tributário do Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 102, de 3 de junho de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.279, de 10 de julho de 2015.** Dispõe sobre a criação do Programa de Estímulo à Cidadania Tributária do Estado do Maranhão ("NOTA LEGAL"). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 126, de 10 de julho de 2015, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.283, de 17 de julho de 2015.** Institui o Programa Moto Legal, altera regras relativas aos Impostos sobre a Propriedade de Veículos Automotores, a Transmissão Causa Mortis e a Doação de Quaisquer Bens e Direitos, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 131, de 17 de julho de 2015, p.18.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.988, de 31 de julho de 2015.** Dispõe sobre a classificação de local insalubre da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 141, de 3 de agosto de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.989, de 31 de julho de 2015.** Regulamenta a Lei nº 10.279, de 10 de julho de 2015, que institui o Programa de Estímulo à Cidadania Tributária do Estado do Maranhão ("NOTA LEGAL"). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 141, de 3 de agosto de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.064, de 3 de setembro de 2015.** Altera o Decreto nº 30.989, de 31 de julho de 2015, que regulamenta a Lei nº 10.279, de 10 de julho de 2015. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 164, de 3 de setembro de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.308, de 10 de setembro de 2015.** Altera o art. 92 da Lei nº 7.799, de 19 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Sistema Tributário do Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 168, de 11 de setembro de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.384, de 21 de dezembro de 2015.** Dispõe sobre a dispensa dos juros e das multas punitivas e moratórias de débitos fiscais relacionados ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 235, de 21 de dezembro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.389, de 22 de dezembro de 2015.** Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.105, de 29 de abril de 2004, que criou o Fundo de Fortalecimento da Administração Tributária (FUNAT) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 236, de 22 de dezembro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.390, de 22 de dezembro de 2015.** Acrescenta e modifica dispositivos da Lei nº 7.799, de 19 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Sistema Tributário do Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 236, de 22 de dezembro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 217, de 22 de fevereiro de 2016.** Altera dispositivo da Lei 10.384, de 21 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a dispensa dos juros e das multas punitivas e moratórias de débitos fiscais relacionados ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 33, de 22 de fevereiro de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.420, de 17 de março de 2016.** Altera dispositivo da Lei 10.384, de 21 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a dispensa dos juros e das multas punitivas e moratórias de débitos fiscais relacionados ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 54, de 22 de março de 2016, p.23.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.439, de 22 de abril de 2016.** Dispõe sobre a dispensa do pagamento dos tributos relacionados ao Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), por furto ou roubo do veículo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 81, de 3 de maio de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.865, de 14 de junho de 2016.** Regulamenta o Processo da Consulta, previsto nos artigos 215 a 225 da Lei nº 7.799/ 02, que dispõe sobre o Sistema Tributário do Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 111, de 16 de junho de 2016, p.7.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.488, de 14 de julho de 2016.** Acrescenta e

modifica dispositivos da Lei nº 7.799, de 19 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Sistema Tributário do Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 131, de 15 de julho de 2016, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.522, de 25 de outubro de 2016.** Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.799, de 19 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Sistema Tributário do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 200, de 26 de outubro de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.573, de 27 de março de 2017.** Revoga dispositivo da Lei nº 7.799/ 02, que dispõe sobre o Sistema Tributário do Estado, para derrogar a possibilidade de adoção de regime especial, pelo Secretário de Estado da Fazenda, para concessão de benefício fiscal. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 60, de 29 de março de 2017, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.576, de 10 de abril de 2017.** Institui o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento dos Centros de Distribuição no Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 71, de 17 de abril de 2017, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 233, de 11 de maio de 2017.** Institui o Programa Maranhão Juros Zero, que tem como objetivo incentivar o empreendedorismo, alavancar o investimento produtivo e promover a geração de emprego e renda no Estado. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 87, de 11 de maio de 2017, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.908, de 11 de maio de 2017.** Regulamenta a Medida Provisória nº 233, de 11 de maio de 2017, que institui o Programa Maranhão Juros Zero e concede subsídio financeiro para o custeio dos juros remuneratórios incidentes nas operações de crédito realizadas nas condições estabelecidas ali estabelecidas. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 87, de 11 de maio de 2017, p.7. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 88, de 12 de maio de 2017, p.1. Republicado por Incorreção.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.603, de 21 de junho de 2017.** Institui o Programa Maranhão Juros Zero, que tem como objetivo incentivar o empreendedorismo, alavancar o investimento produtivo e promover a geração de emprego e renda no Estado. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 116, de 23 de junho de 2017, p.58.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 251, de 25 de agosto de 2017.** Institui o Programa de Parcelamento de Débitos Fiscais relacionados ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 159, de 25 de agosto de 2017, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.692, de 28 de setembro de 2017.** Institui o Programa de Parcelamento de Débitos Fiscais relacionados ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 183, de 2 de outubro de 2017, p.34.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 283, de 26 de novembro de 2018.** Institui o Programa de Parcelamento de Débitos Fiscais relacionados ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 221, de 26 de novembro de 2018, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 284, de 26 de novembro de 2018.** Institui o Programa de Parcelamento de Débitos Fiscais relacionados ao Imposto sobre a Transmissão “Causa Mortis” e Doação, de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 221, de 26 de novembro de 2018, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 286, de 30 de novembro de 2018.** Institui Programa Especial de Parcelamento de Débitos Fiscais relacionados ao ICM e ao ICMS e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 225, de 30 de novembro de 2018, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.971 de 17 de dezembro de 2018.** Institui o Programa de Parcelamento de Débitos Fiscais relacionados ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 239, de 20 de dezembro de 2018, p.66.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.972 de 17 de dezembro de 2018.** Institui o Programa de Parcelamento de Débitos Fiscais relacionados ao Imposto sobre a Transmissão “Causa Mortis” e Doação, de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD).

Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 239, de 20 de dezembro de 2018, p.66.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.974 de 17 de dezembro de 2018.** Institui Programa Especial de Parcelamento de Débitos Fiscais relacionados ao ICM e ao ICMS e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 239, de 20 de dezembro de 2018, p.68.

**SECRETARIA DE ESTADO DA
GESTÃO, PATRIMÔNIO E
ASSISTÊNCIA DOS
SERVIDORES - SEGEP**

11. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO, PATRIMÔNIO E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES - SEGEp

11.1 NATUREZA

Administração Direta

11.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Decreto Lei nº 649, de 26 de setembro de 1942.

11.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO, PATRIMÔNIO E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES (SEGEp) tem por finalidade planejar, organizar, executar as políticas de governo relativas à gestão pública, abrangendo: recursos humanos, material, patrimônio, logística, modernização administrativa, organização e métodos, previdência e seguridade dos servidores públicos estaduais e manutenção dos sistemas corporativos informatizados de sua área de competência, conforme o disposto na Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e na Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.

11.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

2014

A Lei Complementar nº 165, de 8 de abril de 2014 altera dispositivo da Lei Complementar nº 73, de 4 de fevereiro de 2004.

A Medida Provisória nº 170, de 31 de março de 2014, convertida na Lei nº 10.075, de 29 de abril de 2014 altera o disposto no Quadro de Correlação das Referências constantes do Anexo VII da Lei nº 9.664, de 17 de julho de 2012, que

instituiu o Plano Geral de Carreiras e Cargos dos Servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Estadual.

A Lei nº 10.079, de 9 de maio de 2014 altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 7.374, de 31 de março de 1999, que institui o Fundo de Benefícios dos Servidores do Estado do Maranhão (FUBEN).

A Lei Complementar nº 166, de 9 de maio de 2014 altera e acrescenta dispositivos na Lei Complementar nº 073, de 4 de fevereiro de 2004, que reorganiza o Sistema de Seguridade Social dos Servidores Públicos Estadual.

O Decreto nº 30.229, de 18 de julho de 2014 institui o Sistema de Acompanhamento, Avaliação de Desempenho e Desenvolvimento na Carreira dos Servidores do Poder Executivo Estadual.

A Lei nº 10.119, de 17 de julho de 2014 institui no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo a Carteira de Identidade Funcional para todos servidores públicos civis, em atividade ou aposentados.

A Instrução Normativa nº 004, de 04 de novembro de 2014 define os critérios e os instrumentos da Avaliação Especial de Desempenho, destinada aos servidores públicos estaduais em estágio probatório, que integra o Sistema de Acompanhamento, Avaliação de Desempenho e Desenvolvimento na Carreira dos Servidores do Poder Executivo Estadual (SAAD).

A Instrução Normativa nº 005, de 11 de dezembro de 2014 define os

critérios e os instrumentos da Avaliação de Desempenho Funcional, aplicados aos servidores estáveis, ocupantes de cargos efetivos, que integram o Sistema de Acompanhamento, Avaliação de Desempenho e Desenvolvimento na Carreira dos Servidores do Poder Executivo Estadual (SAAD).

O Decreto nº 30.591, de 18 de dezembro de 2014 institui a Atualização Cadastral Anual Obrigatória de Dados dos Servidores Públicos Ativos, Cíveis e Militares da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, do Poder Executivo do Estado do Maranhão.

2015

Por meio da Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, a Secretaria de Estado da Gestão e Previdência, órgão de gestão instrumental e desenvolvimento institucional passa ter a finalidade de planejar, organizar, executar as políticas de governo relativas à gestão pública, abrangendo: recursos humanos, material, patrimônio, logística, modernização administrativa, organização e métodos, previdência e seguridade dos servidores públicos estaduais e manutenção dos sistemas corporativos informatizados de sua área de competência.

Ficam mantidos o Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria (FEPA), o Fundo de Benefícios dos Servidores do Estado do Maranhão (FUNBEN) e o Conselho Superior do Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria (CONSUP).

Fica revogada a Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre

a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências.

Fica revogada a Lei nº 9.633, de 19 de junho de 2012, que cria a Secretaria de Estado da Gestão e Previdência (SEGEP), modifica dispositivos da Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa do Poder Executivo, e dá outras providências.

A Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), sociedade de economia mista, passa a ser vinculada à Secretaria de Estado da Gestão e Previdência por meio da Medida Provisória nº 196, de 24 de março de 2015 convertida na Lei nº 10.226, de 15 de abril de 2015.

A Lei nº 10.236, de 13 de maio de 2015 institui, no âmbito do Poder Executivo Estadual, o Programa Clube de Desconto do Servidor, destinado a estabelecer uma política de parceria com empresas dos mais diversos ramos, com a finalidade de oferecer descontos ou condições vantajosas aos servidores públicos estaduais e seus respectivos dependentes na aquisição de produtos e serviços em diversos estabelecimentos comerciais.

A Lei Complementar nº 176, de 6 de julho de 2015 altera a Lei Complementar nº 073, de 4 de fevereiro de 2004, que dispõe sobre o Sistema de Seguridade Social dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão.

O Decreto nº 31.433, de 29 de dezembro de 2015 organiza a Secretaria de Estado da Gestão e Previdência (SEGEP). Fica acrescentado na estrutura a Assessoria de Projetos e o Setor de

Almoxarifado. A Escola de Governo do Maranhão passa ser um órgão desconcentrado. A Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP) continua uma entidade vinculada à SEGEP.

2016

Fica instituída por meio da Medida Provisória nº 219, de 28 de março de 2016 a premiação pecuniária aos policiais civis e militares do Estado do Maranhão, da ativa, que, no exercício de suas funções, apreendam arma de fogo em situação irregular, providenciando para que seja efetuado o respectivo flagrante, bem como a correspondente entrega formal dos objetos apreendidos ao órgão policial competente, para adoção dos procedimentos legais cabíveis.

O Decreto nº 31.564, de 28 de março de 2016 regulamenta a premiação pecuniária aos policiais civis e militares, da ativa, pela apreensão de armas de fogo em situações irregulares, no âmbito do Pacto pela Paz.

O Decreto nº 31.603, de 8 de abril de 2016 altera o Decreto nº 13.202, de 30 de julho de 1993, que cria o boletim informativo de atos relativos à administração de pessoal.

O Decreto nº 31.795, de 23 de maio de 2016 regulamenta a exoneração a pedido dos servidores da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual.

A Lei nº 10.464, de 7 de junho de 2016 dispõe sobre a licença-maternidade e a licença-paternidade dos servidores públicos estaduais.

O Decreto nº 31.864, de 14 de junho de 2016 reorganiza a estrutura da SEGEP.

Ficam acrescentados na estrutura da SEGEP a Assessoria de Comunicação nas Unidades de Assessoramento Direto ao Secretário de Estado, a Supervisão de Controle da Folha de Pagamento da Administração Indireta na Superintendência de Gestão da Folha de Pagamento da Secretaria-Adjunta de Gestão de Pessoas (SAGEP) e o Núcleo de Apoio à Comissão Central de Concurso Público.

Ficam alteradas as seguintes denominações: Superintendência de Logística para Superintendência de Gestão Documental e de Serviços Concessionários; Supervisão de Protocolo e Malote Oficial para Supervisão de Gestão Documental; Serviço de Malote Oficial para Serviço de Recepção e Distribuição de Documentos Oficiais; Superintendência de Gestão de Meios de Locomoção para Superintendência do Patrimônio Mobiliário e Meios de Locomoção da Secretaria-Adjunta de Gestão, Modernização e Patrimônio (SAMOP); e Superintendência de Programas e Projetos de Valorização do Servidor para Superintendência de Acompanhamento e Valorização do Servidor da Secretaria-Adjunta de Gestão de Pessoas (SAGEP).

Ficam acrescentados na Escola de Governo do Maranhão, órgão desconcentrado, a Diretoria, a Assessoria Jurídica, a Comissão Setorial de Licitação, a Supervisão Administrativa e Financeira com Departamento Administrativo e Departamento Financeiro, a Supervisão Pedagógica com Departamento de

Educação Presencial e Departamento de Educação à Distância.

O Decreto nº 31.958, de 8 de julho de 2016 altera o Decreto nº 31.564, de 28 de março de 2016, que regulamenta a premiação pecuniária aos policiais civis e militares, da ativa, pela apreensão de armas de fogo em situações irregulares, no âmbito do Pacto pela Paz. A Secretaria de Estado da Gestão e Previdência criará o código da verba da premiação pecuniária e remeterá os pedidos deferidos ao Setor de Recursos Humanos da respectiva instituição policial, para fins de inclusão da verba em Folha de Pagamento.

A Lei nº 10.487, de 14 de julho de 2016 dispõe sobre a política de arquivos públicos e privados do Estado do Maranhão.

O Decreto nº 32.060, de 5 de agosto de 2016 altera o Decreto 23.179, de 2 de julho de 2007, que disciplina a cessão ou disposição de servidores públicos.

Fica instituído, no âmbito do Poder Executivo Estadual, por meio do Decreto nº 32.297, de 27 de outubro de 2016, o Prêmio "Você Faz a Diferença", a ser concedido aos servidores públicos do Executivo Estadual, anualmente, pela autoria de ações e projetos que, conjugando o desenvolvimento social e econômico do Estado do Maranhão, destacarem-se quanto ao oferecimento de proposta dedicada à modernização da Gestão Pública.

O Decreto nº 32.356, de 9 de novembro de 2016 regulamenta a Lei n.º 10.521, de 19 de outubro de 2016, que institui o Programa de Parcerias Público-Privadas no Estado do Maranhão e cria o

Conselho Gestor do Programa e o Fundo Garantidor.

A Lei Complementar nº 186, de 11 de novembro de 2016 altera a Lei Complementar nº 40, de 29 de dezembro de 1998, que reorganizou o Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria do Estado do Maranhão (FEPA).

2017

O Decreto nº 32.588, de 11 de janeiro de 2017 altera o Decreto nº 30.591, de 18 de dezembro de 2014, que institui a Atualização Cadastral Anual Obrigatória de Dados dos Servidores Públicos Ativos, Civis e Militares da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, do Poder Executivo do Estado do Maranhão.

Fica criado, por meio Decreto nº 32.593, de 17 de janeiro de 2017, o Comitê de Investimentos do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Maranhão, no âmbito da Secretaria de Estado da Gestão e Previdência, vinculado à Secretaria-Adjunta de Seguridade Social dos Servidores Públicos Estaduais, como órgão auxiliar no processo decisório quanto à formulação e execução da Política de Investimentos.

O Decreto nº 32.594, de 17 de janeiro de 2017 estabelece normas e procedimentos relativos à destinação final e baixa de bens móveis integrantes do acervo patrimonial dos órgãos da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo do Estado do Maranhão.

O Decreto nº 32.606, de 25 de janeiro de 2017 regulamenta a Lei nº 10.487, de 14 de julho de 2016, que

dispõe sobre a Política de Arquivos Públicos e Privados do Estado do Maranhão.

O Decreto nº 32.607, de 25 de janeiro de 2017 dispõe sobre os documentos de arquivo e sua gestão, os planos de classificação, as tabelas de temporalidade de documentos da Administração Pública do Estado do Maranhão, as comissões de avaliação de documentos de arquivo e define normas para a avaliação, guarda e eliminação de documentos de arquivo.

O Decreto nº 32.617, de 3 de fevereiro de 2017 altera o Decreto nº 30.591, de 18 de dezembro de 2014, que institui a Atualização Cadastral Anual Obrigatória de Dados dos Servidores Públicos Ativos, Civis e Militares da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Estado do Maranhão.

Fica criado, por meio da Lei Complementar nº 196, de 27 de outubro de 2017, o Conselho Administrativo do Fundo de Benefícios dos Servidores do Estado do Maranhão como órgão consultivo e de supervisão integrante da estrutura da Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores (SEGEP).

A Lei Complementar nº 197, de 6 de novembro de 2017 altera a nomenclatura da Secretaria de Estado da Gestão e Previdência (SEGEP) para Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores (SEGEP) e cria o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão (IPREV), na forma de autarquia vinculada à SEGEP.

2018

A Lei Complementar nº 205, de 29 de dezembro de 2017 altera a Lei Complementar nº 197, de 6 de novembro de 2017, que dispõe sobre a criação do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão (IPREV).

Fica instituído, por meio do Decreto nº 33.799, de 8 de fevereiro de 2018, como órgão desconcentrado, sob regime especial de autonomia, o Núcleo de Assistência dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão (NASSP), unidade administrativa integrante da estrutura da Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores (SEGEP), que por sua peculiaridade de organização e fundamento, exige tratamento diverso do aplicável aos demais órgãos da Administração Direta.

O Decreto nº 33.845, de 28 de fevereiro de 2018 organiza a Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores (SEGEP).

O Decreto nº 33.853, de 2 de março de 2018 aprova o Regimento Interno da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos S/A (EMARHP).

O Decreto nº 33.897, de 20 de março de 2018 denomina de Dr. Humberto Coutinho o Hospital dos Servidores do Estado do Maranhão.

A Medida Provisória nº 273, de 03 de abril de 2018, convertida na Lei nº 10.878, de 04 de julho de 2018, altera a Lei Estadual nº 7.374, de 31 de março de 1999, que institui o Fundo de Benefícios dos Servidores do Estado do Maranhão (FUNBEN).

O Decreto nº 34.037, de 23 de abril de 2018 aprova o regimento interno do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Maranhão IPREV-MA.

A Medida Provisória nº 277, de 13 de junho de 2018, convertida na Lei nº 10.921 de 28 de agosto de 2018, cria o Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão (IASP)/MA, autarquia com personalidade jurídica de direito público, vinculado à Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores (SEGEP), que se regerá por esta Medida Provisória e pelos seus estatutos, a serem aprovados por Decreto.

O Decreto nº 34.359, de 30 de julho de 2018 estabelece a competência para análise e concessão de abono de permanência aos servidores públicos estaduais e altera o Regimento Interno do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão (IPREV)/MA, aprovado pelo Decreto nº 34.037, de 23 de abril de 2018.

11.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 170, de 31 de março de 2014.** Altera o disposto no Quadro de Correlação das Referências constantes do Anexo VII da Lei nº 9.664, de 17 de julho de 2012, que instituiu o Plano Geral de Carreiras e Cargos dos Servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Estadual e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 63, de 01 de abril de 2014, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei Complementar nº 165, de 08 de abril de 2014.** Altera dispositivo da Lei

Complementar nº 73, de 4 de fevereiro de 2004. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 68, de 08 de abril de 2014, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.075, de 29 de abril de 2014.** Altera o disposto no Quadro de Correlação das Referências constantes do Anexo VII da Lei nº 9.664, de 17 de julho de 2012, que instituiu o Plano Geral de Carreiras e Cargos dos Servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Estadual e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 83, de 02 de maio de 2014, p.13.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.079, de 9 de maio de 2014.** Altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 7.374, de 31 de março de 1999, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 88, de 09 de maio de 2014, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei Complementar nº 166, de 9 de maio de 2014.** Altera e acrescenta dispositivos na Lei Complementar nº 073, de 4 de fevereiro de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 88, de 09 de maio de 2014, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.229, de 18 de julho de 2014.** Institui o Sistema de Acompanhamento, Avaliação de Desempenho e Desenvolvimento na Carreira dos Servidores do Poder Executivo Estadual e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 137, de 18 de julho de 2014, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.119, de 17 de julho de 2014.** Institui no âmbito da Administração direta e indireta do Poder

Executivo a Carteira de Identidade Funcional, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 136, de 17 de julho de 2014, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Instrução Normativa nº 004, de 04 de novembro de 2014.** Diário Oficial do Estado do Maranhão, 216, de 06 de novembro de 2014, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Instrução Normativa nº 005, de 11 de dezembro de 2014.** Diário Oficial do Estado do Maranhão, 243, de 15 de dezembro de 2014, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.591, de 18 de dezembro de 2014.** Institui a Atualização Cadastral Anual Obrigatória de Dados dos Servidores Públicos Ativos, Civis e Militares da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 246, de 18 de dezembro de 2014, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 02 de janeiro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder

Executivo, Maranhão, 45, de 10 de março de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 196, de 24 de março de 2015.** Altera a Lei nº 9.732, de 19 de dezembro de 2012 e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 55, de 24 de março de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.226, de 15 de abril de 2015.** Altera a Lei nº 9.732, de 19 de dezembro de 2012 e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 71, de 17 de abril de 2015, p.32.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.236, de 13 de maio de 2015.** Institui o Programa Clube de Desconto do Servidor do Poder Executivo Estadual, e dá outras Providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 87, de 13 de maio de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei Complementar nº 176, de 6 de julho de 2015.** Altera a redação do § 2º e acrescenta o § 3º ao art. 59 da Lei Complementar nº 073, de 4 de fevereiro de 2004, que dispõe sobre o Sistema de Seguridade Social dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 123, de 7 de julho de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.433, de 29 de dezembro de 2015.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado da Gestão e Previdência (SEGEP) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder

Executivo, Maranhão, 239, de 29 de dezembro de 2015, p.14.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 219, de 28 de março de 2016.** Institui a premiação pecuniária aos policiais civis e militares, da ativa, do Estado do Maranhão, pela apreensão de arma de fogo. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 56, de 28 de março de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.564, de 28 de março de 2016.** Regulamenta a premiação pecuniária aos policiais civis e militares, da ativa, pela apreensão de armas de fogo em situações irregulares, no âmbito do Pacto pela Paz. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 56, de 28 de março de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.603, de 8 de abril de 2016.** Altera o Decreto nº 13.202, de 30 de julho de 1993, que cria o boletim informativo de atos relativos à administração de pessoal, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 66, de 11 de abril de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.795, de 23 de maio de 2016.** Regulamenta a exoneração a pedido dos servidores da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 97, de 25 de maio de 2016, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.464, de 7 de junho de 2016.** Dispõe sobre a licença-maternidade e a licença-paternidade dos servidores públicos estaduais, e dá outras providências. Diário

Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 105, de 8 de junho de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.958, de 8 de julho de 2016.** Altera o Decreto nº 31.564, de 28 de março de 2016, que regulamenta a premiação pecuniária aos policiais civis e militares, da ativa, pela apreensão de armas de fogo em situações irregulares, no âmbito do Pacto pela Paz. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 128, de 12 de julho de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.487, de 14 de julho de 2016.** Dispõe sobre a política de arquivos públicos e privados do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 131, de 15 de julho de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.060, de 5 de agosto de 2016.** Altera o Decreto 23.179, de 2 de julho de 2007, que disciplina a cessão ou disposição de servidores públicos, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 147, de 9 de agosto de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.297, de 27 de outubro de 2016.** Institui o Prêmio "Você Faz a Diferença", e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 202, de 31 de outubro de 2016, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.356, de 9 de novembro de 2016.** Regulamenta a Lei n.º 10.521, de 19 de outubro de 2016, que institui o Programa de Parcerias Público-Privadas no Estado

do Maranhão, cria o Conselho Gestor do Programa e o Fundo Garantidor, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 209, de 10 de novembro de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei Complementar nº 186, de 11 de novembro de 2016.** Altera a Lei Complementar nº 40, de 29 de dezembro de 1998, que reorganizou o Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria do Estado do Maranhão (FEPA) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 211, de 14 de novembro de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.588, de 11 de janeiro de 2017.** Altera o Decreto nº 30.591, de 18 de dezembro de 2014, que institui a Atualização Cadastral Anual Obrigatória de Dados dos Servidores Públicos Ativos, Civis e Militares da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, do Poder Executivo do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 8, de 11 de janeiro de 2017, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.593, de 17 de janeiro de 2017.** Cria o Comitê de Investimentos do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 14, de 19 de janeiro de 2017, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.594, de 17 de janeiro de 2017.** Estabelece normas e procedimentos relativos à destinação final e baixa de bens móveis integrantes do acervo patrimonial

dos órgãos da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 14, de 19 de janeiro de 2017, p.4. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 43, de 6 de março de 2017, p.1. Republicado por Incorreção.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.606, de 25 de janeiro de 2017.** Regulamenta a Lei nº 10.487, de 14 de julho de 2016, que dispõe sobre a Política de Arquivos Públicos e Privados do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 18, de 25 de janeiro de 2017, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.607, de 25 de janeiro de 2017.** Dispõe sobre os documentos de arquivo e sua gestão, os planos de classificação, as tabelas de temporalidade de documentos da Administração Pública do Estado do Maranhão, as comissões de avaliação de documentos de arquivo e define normas para a avaliação, guarda e eliminação de documentos de arquivo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 18, de 25 de janeiro de 2017, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.617, de 3 de fevereiro de 2017.** Altera o Decreto nº 30.591, de 18 de dezembro de 2014, que institui a Atualização Cadastral Anual Obrigatória de Dados dos Servidores Públicos Ativos, Civis e Militares da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder

Executivo, Maranhão, 27, de 7 de fevereiro de 2017, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei Complementar nº 196, de 27 de outubro de 2017.** Dispõe sobre a criação, composição e o funcionamento do Conselho Administrativo do Fundo de Benefícios dos Servidores do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 202, de 30 de outubro de 2017, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei Complementar nº 197, de 6 de novembro de 2017.** Dispõe sobre a criação do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão (IPREV) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 207, de 7 de novembro de 2017, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei Complementar nº 205, de 29 de dezembro de 2017.** Altera a Lei Complementar nº 197, de 6 de novembro de 2017, que dispõe sobre a criação do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão (IPREV) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 2 de janeiro de 2018, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 33.799, de 8 de fevereiro de 2018.** Institui a desconcentração do Núcleo de Assistência dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão (NASSP), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 28, de 8 de fevereiro de 2018, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 33.845, de 28 de fevereiro de 2018.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores (SEGEP), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 39, de 28 de fevereiro de 2018, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 33.853, de 2 de março de 2018.** Aprova o Regimento Interno da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos S/A - EMARHP, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 42, de 5 de março de 2018, p.31.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 33.897, de 20 de março de 2018.** Denomina de Dr. Humberto Coutinho o Hospital dos Servidores do Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 54, de 21 de março de 2018, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 273, de 03 de abril de 2018.** Altera a Lei Estadual nº 7.374, de 31 de março de 1999, que institui o Fundo de Benefícios dos Servidores do Estado do Maranhão (FUNBEN). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 61, de 3 de abril de 2018, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 34.037, de 23 de abril de 2018.** Aprova o regimento interno do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Maranhão IPREV/MA, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 76, de 24 de abril de 2018, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 277, de 13 de junho de 2018.** Cria o Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão (IASP)/MA e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 109, de 13 de junho de 2018, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.878, de 04 de julho de 2018.** Altera a Lei Estadual nº 7.374, de 31 de março de 1999, que institui o Fundo de Benefícios dos Servidores do Estado do Maranhão (FUNBEN). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 125, de 6 de julho de 2018, p.114.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 34.359, de 30 de julho de 2018.** Estabelece a competência para análise e concessão de abono de permanência aos servidores públicos estaduais e altera o Regimento Interno do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão (IPREV)/MA, aprovado pelo Decreto nº 34.037, de 23 de abril de 2018. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 142, de 31 de julho de 2018, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.921 de 28 de agosto de 2018.** Cria o Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão - IASP/MA e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 164, de 30 de agosto de 2018, p.25.

**SECRETARIA DE ESTADO
DA SEGURANÇA
PÚBLICA-SSP**

12 SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA - SSP

12.1 NATUREZA

Administração Direta.

12.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei Orçamentária nº 657, de 27 de dezembro de 1914.

12.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA (SSP) por meio da Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, tem a finalidade de preservação da ordem pública, incolumidade das pessoas e do patrimônio e a integração dos planos e programas de prevenção da violência e controle da criminalidade.

12.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

2014

A Medida Provisória nº 178, de 16 de junho de 2014, convertida na Lei nº 10.155, de 29 de outubro de 2014 transforma na estrutura da Polícia Militar as Companhias Independentes em Batalhões da Polícia Militar.

2015

Por meio da Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP) passa ter a finalidade da preservação da ordem pública, incolumidade das pessoas e do patrimônio e a integração dos planos e programas de prevenção da violência e controle da criminalidade.

Compete à Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP), órgão central do

Sistema Estadual de Segurança Pública de que trata o art. 112 da Constituição Estadual, a organização e coordenação dos órgãos responsáveis pela segurança pública integrantes da sua estrutura, a Polícia Militar do Estado, o Corpo de Bombeiros Militar e a Polícia Civil.

A Polícia Militar do Estado do Maranhão, organizada com base na hierarquia e disciplina, força auxiliar e reserva do Exército, é regida por lei especial, competindo-lhe o policiamento ostensivo, a segurança do trânsito urbano e rodoviário, de florestas e mananciais e as relacionadas com a prevenção, preservação e restauração da ordem pública.

O Corpo de Bombeiros Militar é o órgão central do Sistema de Defesa Civil do Estado, estruturado por lei especial, tendo como atribuições estabelecer e executar a política estadual de defesa civil, articulada com o Sistema Nacional de Defesa Civil, instituir e executar as medidas de prevenção e combate a incêndio.

A Polícia Civil, órgão integrante da estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública, incumbem às funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

O Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), autarquia passa a ser vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Ficam mantidos o Fundo Especial de Segurança Pública (FESP), o Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas (FEPOD), o Conselho Superior de Segurança Pública, o Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas, o Conselho Estadual de Trânsito, o Conselho Estadual de Defesa Civil do Maranhão e o Conselho - Junta Administrativa de Recursos de Infração de Trânsito.

Fica revogada a Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências.

A Medida Provisória nº 185, de 02 de janeiro de 2015 autoriza a representação judicial de membros das Polícias Civil, Militar e Corpo de Bombeiros Militar pela Procuradoria Geral do Estado nos casos que especifica.

O Decreto nº 30.617, de 02 de janeiro de 2015 cria Comissão Especial para elaboração de proposta visando à revisão das regras de ingresso, lotação, transferência e promoção dos membros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar.

O Decreto nº 30.626, de 19 de janeiro de 2015 altera o Decreto nº 27.244, de 26 de janeiro de 2011, que trata da estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP). Fica acrescentado no nível Administração Superior o Secretário-Adjunto de Estado e fica alterada a denominação da Secretaria-Adjunta de Desenvolvimento e Articulação Institucional para Unidade de Desenvolvimento e Articulação Institucional.

A Lei nº 10.212, de 9 de março de 2015 cria na estrutura da Polícia Militar do Maranhão a Diretoria de Saúde e Promoção Social (DSPS), subordinada diretamente ao Comando-Geral, órgão de direção setorial do sistema de saúde, responsável pelo desenvolvimento, coordenação, fiscalização, acompanhamento e controle das atividades técnico-administrativas relativas às políticas de saúde, assistência social e psicológica prestadas aos policiais militares da ativa, da reserva remunerada, reformados, servidores civis da Corporação e seus respectivos dependentes, bem como fomentar a melhoria da qualidade de vida

de seus membros, além de outras ações de interesse da Instituição.

A Lei nº 10.230, de 23 de abril de 2015 dispõe sobre a Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão.

A Medida Provisória nº 199, de 23 de abril de 2015 altera a Lei nº 8.508, de 27 de novembro de 2006, que dispõe sobre a reorganização da Polícia Civil do Estado do Maranhão. Fica alterada a estrutura do Conselho de Polícia Civil, órgão consultivo, deliberativo e fiscalizador das ações da Polícia Civil.

A Lei nº 10.238, de 13 de maio de 2015 dispõe sobre a organização administrativa da Polícia Civil do Estado do Maranhão, criação de unidades administrativas, cargos em comissão e funções gratificadas.

A Lei nº 10.252, de 2 de junho de 2015 altera a Lei nº 8.508, de 27 de novembro de 2006, que dispõe sobre a reorganização da Polícia Civil do Estado do Maranhão.

A Lei nº 10.257, de 11 de junho de 2015 cria o Programa de Auxílio Psicológico a Vítimas de Crimes de Violência Sexual.

O Decreto nº 30.986, de 31 de julho de 2015 altera dispositivos do Decreto nº 27.244, de 26 de janeiro de 2011 que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Segurança Pública. O Grupo Tático Aéreo passa a denominar Centro Tático Aéreo.

Fica aprovada, por meio do Decreto nº 31.077, de 4 de setembro de 2015, a classificação dos locais insalubres das unidades administrativas da estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Maranhão (SSP), conforme laudo nº

012/2015 - SPME, expedido pela Superintendência de Perícias Médicas da Secretaria de Estado da Gestão e Previdência, em 10 de julho de 2015.

O Decreto nº 31.188, de 9 de outubro de 2015 altera dispositivo do Decreto nº 30.617, de 02 de janeiro de 2015, que cria Comissão Especial para elaboração de proposta visando à revisão das regras de ingresso, lotação, transferência e promoção dos membros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar.

2016

Fica instituída, por meio da Medida Provisória nº 219, de 28 de março de 2016, a premiação pecuniária aos policiais civis e militares do Estado do Maranhão, da ativa, que, no exercício de suas funções, apreendam arma de fogo em situação irregular, providenciando para que seja efetuado o respectivo flagrante, bem como a correspondente entrega formal dos objetos apreendidos ao órgão policial competente, para adoção dos procedimentos legais cabíveis.

O Decreto nº 31.564, de 28 de março de 2016 regulamenta a premiação pecuniária aos policiais civis e militares, da ativa, pela apreensão de armas de fogo em situações irregulares, no âmbito do Pacto pela Paz.

Ficam redefinidas, por meio Decreto nº 31.593, de 5 de abril de 2016, as Áreas Integradas de Segurança Pública na Ilha de São Luís, com objetivo de articulação territorial no nível tático e operacional da Polícia Civil, da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Maranhão.

O Decreto nº 31.620, de 14 de abril de 2016 classifica os locais insalubres do

Departamento Estadual de Trânsito do Maranhão (DETRAN).

O Decreto nº 31.641, de 19 de abril de 2016 altera Decreto nº 31.105, de 10 de setembro de 2015, que dispõe sobre a competência, organização, composição e atribuições do Conselho Disciplinar Penitenciário e dá outras providências.

O Decreto nº 31.746, de 13 de maio de 2016 dispõe sobre os Conselhos Comunitários pela Paz (CCP), criados pela Lei nº 10.387, de 21 de dezembro de 2015, no âmbito do Pacto pela Paz, com composição modificada pela Lei nº 10.416, de 10 de março de 2016, ficarão vinculados administrativamente à Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Fica instituída, no âmbito do Estado do Maranhão, por meio do Decreto nº 31.763, de 20 de maio de 2016, a Patrulha Maria da Penha (PMP), destinada a conferir maior efetividade às medidas protetivas de urgência previstas no art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

A Instrução Normativa nº 02/2016 - DGPC/MA normatiza e disciplina, nas delegacias subordinadas à Superintendência de Polícia Civil do Interior, o serviço público policial civil dos Plantões das Delegacias Regionais da Polícia Civil, em observância aos princípios norteadores da administração pública, visando a satisfação da sociedade em geral.

A Lei nº 10.497, de 19 de julho de 2016 altera a Lei nº 6.513, de 30 de novembro de 1995, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Maranhão.

A Lei nº 10.499, de 25 de julho de 2016 designa policiais civis aposentados para a realização de tarefas por prazo certo.

A Medida Provisória nº 225, de 11 de agosto de 2016, convertida na Lei nº 10.507, de 14 de setembro de 2016, dispõe sobre a normalização, estruturação e o funcionamento do Colégio Militar Tiradentes - Unidade Caxias.

Fica criada, por meio do Decreto nº 32.110, de 25 de agosto de 2016, a Fiscalização Disciplinar Ostensiva para atuação sobre atividades de competência da Polícia Militar do Maranhão.

O Decreto nº 32.201, de 21 de setembro de 2016 regulamenta a Lei nº 10.499, de 25 de julho de 2016 que dispõe sobre a designação de policiais civis aposentados para a realização de tarefas por prazo certo.

O Decreto nº 32.441, de 24 de novembro de 2016 altera dispositivo do Decreto nº 31.564, de 28 de março de 2016 que regulamenta a premiação pecuniária aos policiais civis e militares, da ativa, pela apreensão de armas de fogo em situações irregulares, no âmbito do Pacto pela Paz.

2017

Fica instituído por meio Decreto nº 32.605, de 24 de janeiro de 2017 o Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro (LTCLD), subordinado ao Centro de Inteligência da Polícia Civil (CIPC), no âmbito da Polícia Civil do Estado do Maranhão, constituindo unidade de informação e apoio sobre lavagem de dinheiro e crimes que exijam investigação de cunho financeiro, com o objetivo de realizar a gestão estratégica de dados, informações e conhecimentos por meio do exercício metodológico da inteligência financeira.

Fica criada, por meio do Decreto nº 32.686, de 8 de março de 2017, na estrutura organizacional da Polícia Civil, da

Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Maranhão, a Coordenadoria das Delegacias de Atendimento e Enfrentamento à Violência contra a Mulher (CODEVIM), com subordinação imediata à Delegacia Geral de Polícia Civil.

A Lei nº 10.578, de 10 de abril de 2017 cria o Departamento de Feminicídio, no âmbito da estrutura organizacional da Polícia Civil do Estado do Maranhão.

A Medida Provisória nº 243, de 04 de agosto de 2017, convertida na Lei nº 10.670, de 31 de agosto de 2017, altera a Lei nº 6.513 (Estatuto dos Policiais e Bombeiros Militares), da Lei nº 4.717, de 17 de abril de 1986 que dispõe sobre o ingresso e promoções nos Quadros de Oficiais de Administração (QOA) e de Oficial Especialista (QOE) e da Lei nº 7.764, de 17 de julho de 2002, que dispõe sobre o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão, Lei nº 10.281 de 15 de julho de 2015, Lei de Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar, Lei nº 7.856 de 31 de janeiro de 2003, que dispõe sobre o efetivo da Polícia Militar do Maranhão.

A Medida Provisória nº 244, de 04 de agosto de 2017, convertida na Lei nº 10.680, de 14 de setembro de 2017, altera a Lei nº 6.513, de 30 de novembro de 1995, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Maranhão.

A Lei nº 10.669, de 29 de agosto de 2017 dispõe sobre a criação e transformação de Organização Policial Militar (OPM) da Polícia Militar.

A Medida Provisória nº 264, de 18 de dezembro de 2017 cria e transforma as Organizações Policiais Militares da Polícia Militar do Maranhão.

2018

Fica criado, por meio do Decreto nº 33.791, de 6 de fevereiro de 2018, o Núcleo de Equoterapia da Polícia Militar do Maranhão (NEPM), com sede na cidade de Bacabal, com a finalidade de implantação de um método terapêutico e educacional que utiliza o cavalo no âmbito de uma abordagem interdisciplinar, nas áreas de saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiência.

A Lei nº 10.824, de 28 de março de 2018 altera a Lei nº 8.058, de 27 de novembro de 2006 e a Lei nº 10.238, de 13 de maio de 2015, que dispõe sobre a organização administrativa da Polícia Civil do Estado do Maranhão, criação de unidades administrativas, cargos em comissão e funções gratificadas.

A Medida Provisória nº 280, de 15 de junho de 2018, convertida na Lei nº 10.938, de 23 de outubro de 2018, dispõe sobre a criação e transformação de Organizações Policiais Militares da Polícia Militar do Maranhão.

12.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 178, de 16 de junho de 2014.** Dispõe sobre a transformação de Companhias Independentes em Batalhões da Polícia Militar e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 114, de 16 de junho de 2014, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.155, de 29 de outubro de 2014.** Dispõe sobre a transformação de Companhias Independentes em Batalhões da Polícia Militar e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder

Executivo, Maranhão, 212, de 31 de outubro de 2014, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 02 de janeiro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 185, de 02 de janeiro de 2015.** Autoriza a representação judicial de membros das Polícias Civil, Militar e Corpo de Bombeiros Militar pela Procuradoria Geral do Estado nos casos que especifica e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 02 de janeiro de 2015, p.11.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.617, de 02 de janeiro de 2015.** Cria Comissão Especial para elaboração de proposta visando à revisão das regras de ingresso, lotação, transferência e promoção dos membros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 02 de janeiro de 2015, p.26.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.626, de 19 de janeiro de 2015.** Altera o Decreto nº 27.244, de 26 de janeiro de 2011, que trata da estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Segurança Pública. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 13, de 20 de janeiro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.212, de 9 de março de 2015.** Dispõe sobre a criação da Diretoria de Saúde e Promoção Social na Estrutura Básica da Polícia Militar do Maranhão e dá outras

providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 45, de 10 de março de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 45, de 10 de março de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.230, de 23 de abril de 2015.** Dispõe sobre a Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 75, de 24 de abril de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 199, de 23 de abril de 2015.** Altera a Lei nº 8.508, de 27 de novembro de 2006, que dispõe sobre a reorganização da Polícia Civil do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 75, de 24 de abril de 2015, p.1

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.238, de 13 de maio de 2015.** Dispõe sobre a organização administrativa da Polícia Civil do Estado do Maranhão, criação de unidades administrativas, cargos em comissão e funções gratificadas e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 87, de 13 de maio de 2015, p.4. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 131, de 17 de julho de 2015, p.1. Republicado por Incorreção. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 201, de 29 de outubro de 2015, p.1. Republicado por Incorreção.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.252, de 2 de junho de 2015.** Altera a Lei nº 8.508,

de 27 de novembro de 2006, que dispõe sobre a reorganização da Polícia Civil do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 102, de 03 de junho de 2015, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.257, de 11 de junho de 2015.** Dispõe sobre a criação de Programa de Auxílio Psicológico a Vítimas de Crimes de Violência Sexual. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 107, de 12 de junho de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.986, de 31 de julho de 2015.** Altera dispositivos do Decreto nº 27.244, de 26 de janeiro de 2011 que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Segurança Pública e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 141, de 3 de agosto de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.077, de 4 de setembro de 2015.** Dispõe sobre a classificação de locais insalubres da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 165, de 4 de setembro de 2015, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.188, de 9 de outubro de 2015.** Altera dispositivo do Decreto nº 30.617, de 02 de janeiro de 2015, que cria Comissão Especial para elaboração de proposta visando à revisão das regras de ingresso, lotação, transferência e promoção dos membros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 188, de 9 de outubro de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 219, de 28 de março de**

2016. Institui a premiação pecuniária aos policiais civis e militares, da ativa, do Estado do Maranhão, pela apreensão de arma de fogo. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 56, de 28 de março de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.564, de 28 de março de 2016.** Regulamenta a premiação pecuniária aos policiais civis e militares, da ativa, pela apreensão de armas de fogo em situações irregulares, no âmbito do Pacto pela Paz. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 56, de 28 de março de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.593, de 5 de abril de 2016.** Dispõe sobre a redefinição de Áreas Integradas de Segurança Pública e circunscrições integradas para os Municípios da Ilha de São Luís. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 62, de 5 de abril de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.620, de 14 de abril de 2016.** Dispõe sobre a classificação de locais insalubres do Departamento Estadual de Trânsito do Maranhão (DETRAN). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 69, de 14 de abril de 2016, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.641, de 19 de abril de 2016.** Acrescenta dispositivo ao Decreto nº 31.105, de 10 de setembro de 2015, que dispõe sobre a competência, organização, composição e atribuições do Conselho Disciplinar Penitenciário e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 72, de 19 de abril de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.746, de 13 de maio de 2016.** Dispõe sobre os Conselhos Comunitários pela Paz

(CCP). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 90, de 16 de maio de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.763, de 20 de maio de 2016.** Cria a Patrulha Maria da Penha (PMP), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 96, de 24 de maio de 2016, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Instrução Normativa nº 02/2016 - DGPC/MA.** Normatiza e disciplina, nas delegacias subordinadas à Superintendência de Polícia Civil do Interior, o serviço público policial civil dos Plantões das Delegacias Regionais da Polícia Civil, em observância aos princípios norteadores da administração pública, visando a satisfação da sociedade em geral. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 101, de 02 de junho de 2016, p.46.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.497, de 19 de julho de 2016.** Altera dispositivos da Lei nº 6.513, de 30 de novembro de 1995, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 133, de 19 de julho de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.499, de 25 de julho de 2016.** Dispõe sobre a designação de policiais civis aposentados para a realização de tarefas por prazo certo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 138, de 26 de julho de 2016, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 225, de 11 de agosto de 2016.** Dispõe sobre a normalização, estruturação e o funcionamento do Colégio Militar Tiradentes - Unidade Caxias, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 149, de 11 de agosto de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.110, DE 25 de agosto de 2016.** Dispõe sobre a Fiscalização Disciplinar Ostensiva do Policiamento. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 160, de 26 de agosto de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.507, de 14 de setembro de 2016.** Dispõe sobre a normalização, estruturação e o funcionamento do Colégio Militar Tiradentes - Unidade Caxias, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 173, de 16 de setembro de 2016, p.47.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.201, de 21 de setembro de 2016.** Regulamenta a Lei nº 10.499/2016 que dispõe sobre a designação de policiais civis aposentados para a realização de tarefas por prazo certo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 177, de 22 de setembro de 2016, p.11.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.441, de 24 de novembro de 2016.** Altera dispositivo do Decreto nº 31.564, de 28 de março de 2016. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 219, de 25 de novembro de 2016, p.11.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.605, de 24 de janeiro de 2017.** Dispõe sobre a organização do Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro (LTCLD), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 17, de 24 de janeiro de 2017, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.686, de 8 de março de 2017.** Cria a Coordenadoria das Delegacias de Atendimento e Enfrentamento à Violência contra a Mulher - CODEVIM no âmbito da Polícia Civil do Estado do Maranhão.

Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 46, de 9 de março de 2017, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.578, de 10 de abril de 2017.** Cria o Departamento de Feminicídio, no âmbito da estrutura organizacional da Polícia Civil do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 71, de 17 de abril de 2017, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 243, de 04 de agosto de 2017.** Dispõe sobre alterações em dispositivos da Lei nº 6.513 (Estatuto dos Policiais e Bombeiros Militares), da Lei nº 4.717, de 17 de abril de 1986 que dispõe sobre o ingresso e promoções nos Quadros de Oficiais de Administração (QOA) e de Oficial Especialista (QOE) e da Lei nº 7.764, de 17 de julho de 2002, que dispõe sobre o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão, Lei nº 10.281 de 15 de julho de 2015, Lei de Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar, Lei nº 7.856 de 31 de janeiro de 2003, que dispõe sobre o efetivo da Polícia Militar do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 144, de 4 de agosto de 2017, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 244, de 04 de agosto de 2017.** Altera dispositivo da Lei nº 6.513, de 30 de novembro de 1995, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 144, de 4 de agosto de 2017, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.669, de 29 de agosto de 2017.** Dispõe sobre a criação e transformação de Organização Policial Militar (OPM) da Polícia Militar e

dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 161, de 29 de agosto de 2017, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.670, de 31 de agosto de 2017.** Dispõe sobre alterações em dispositivos da Lei nº 6.513 (Estatuto dos Policiais e Bombeiros Militares), da Lei nº 4.717, de 17 de abril de 1986 que dispõe sobre o ingresso e promoções nos Quadros de Oficiais de Administração (QOA) e de Oficial Especialista (QOE) e da Lei nº 7.764, de 17 de julho de 2002, que dispõe sobre o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão, Lei nº 10.281 de 15 de julho de 2015, Lei de Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar, Lei nº 7.856 de 31 de janeiro de 2003, que dispõe sobre o efetivo da Polícia Militar do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 163, de 31 de agosto de 2017, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.680, de 14 de setembro de 2017.** Altera dispositivos da Lei nº 6.513, de 30 de novembro de 1995, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 173, de 18 de setembro de 2017, p.27.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 264, de 18 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre a criação e transformação de Organizações Policiais Militares da Polícia Militar do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 234, de 18 de dezembro de 2017, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 33.791, de 6 de fevereiro de 2018.** Dispõe sobre a criação de serviço na Polícia Militar

do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 26, de 6 de fevereiro de 2018, p.20.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.824, de 28 de março de 2018.** Altera a Lei nº 8.058, de 27 de novembro de 2006 e a Lei nº 10.238, de 13 de maio de 2015, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 60, de 2 de abril de 2018, p.1. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 86, de 9 de maio de 2018, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 280, de 15 de junho de 2018.** Dispõe sobre a criação e transformação de Organizações Policiais Militares da Polícia Militar do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 111, de 15 de junho de 2018, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.938, de 23 de outubro de 2018.** Dispõe sobre a criação e transformação de Organizações Policiais Militares da Polícia Militar do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 202, de 25 de outubro de 2018, p.32.

**SECRETARIA DE
ESTADO DE
ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA – SEAP**

13 SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - SEAP

13.1 NATUREZA

Administração Direta.

13.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei Orçamentária nº 657, de 27 de dezembro de 1914.

13.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA (SEAP) tem como finalidade cumprir as decisões judiciais de aplicação da Lei de Execução Penal, a organização, a administração, a coordenação e a fiscalização dos estabelecimentos prisionais, o acompanhamento e a supervisão do cumprimento de progressões de penas, o exame e pronunciamento sobre livramento condicional, indulto e comutação de penas, objetivando, especialmente, a ressocialização dos sentenciados, por meio de programas, projetos e ações destinados à sua capacitação profissional, à assistência às suas famílias e à inclusão ou reinclusão social dos egressos do sistema carcerário, conforme o disposto na Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e na Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.

13.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

2014

O Decreto nº 29.757, de 10 de janeiro de 2014 cria o Comitê de Gestão Integrada de Pacificação das Prisões em São Luís do Maranhão.

A Medida Provisória nº 163, de 31 de janeiro de 2014 convertida na Lei nº 10.014, de 17 de março de 2014 organiza a Escola de Gestão Penitenciária no Estado do Maranhão.

A Medida Provisória nº 180, de 29 de julho de 2014, convertida na Lei nº 10.145, de 15 de outubro de 2014 reformula o Regimento Interno do Conselho Penitenciário do Estado do Maranhão.

2015

Por meio da Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, a Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária (SEJAP) passa denominar Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEJAP).

A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEJAP) tem como finalidade cumprir as decisões judiciais de aplicação da Lei de Execução Penal, a organização, a administração, a coordenação e a fiscalização dos estabelecimentos prisionais, o acompanhamento e a supervisão do cumprimento de progressões de penas, o exame e pronunciamento sobre livramento condicional, indulto e comutação de penas, objetivando, especialmente, a ressocialização dos sentenciados, por meio de programas, projetos e ações destinados à sua capacitação profissional, à assistência às suas famílias e à inclusão ou reinclusão social dos egressos do sistema carcerário.

Ficam mantidos o Fundo Penitenciário Estadual (FUNPEN), o Conselho Penitenciário do Estado.

Fica revogada a Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências.

A Medida Provisória nº 193, de 22 de janeiro de 2015, convertida na Lei nº 10.211, de 25 de fevereiro de 2015, organiza a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEJAP).

Fica criado por meio do Decreto nº 30.812, de 27 de maio de 2015 o Comitê de Gestão Integrada do Sistema Penitenciário do Estado do Maranhão, sob a presidência do Governador do Estado, com a finalidade de gerenciar e buscar soluções legais para a melhoria contínua do sistema, com base em diretrizes de ressocialização, humanização e respeito aos direitos humanos.

O Decreto nº 30.880, de 17 de junho de 2015 classifica os locais insalubres da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEJAP).

O Decreto nº 31.105, de 10 de setembro de 2015 dispõe sobre a competência, organização, composição e atribuições do Conselho Disciplinar Penitenciário.

2016

O Decreto nº 31.641, de 19 de abril de 2016 altera o Decreto nº 31.105, de 10 de setembro de 2015, que dispõe sobre a competência, organização, composição e atribuições do Conselho Disciplinar Penitenciário.

A Medida Provisória nº 221, de 22 de abril de 2016, convertida na Lei nº 10.462, de 31 de maio de 2016, reorganiza a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), criando unidades administrativas e cargos em comissão.

O Decreto nº 31.863, de 14 de junho de 2016 altera o Decreto nº 31.105, de 10 de setembro de 2015, que dispõe sobre a competência, organização, composição e atribuições do Conselho Disciplinar Penitenciário.

A Lei nº 10.606, de 30 de junho de 2017 institui o Projeto "Remição pela Leitura" no âmbito dos Estabelecimentos Penais do Estado do Maranhão.

2017

O Decreto nº 33.214, de 10 de agosto de 2017 reorganiza a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP).

O Decreto nº 33.249, de 21 de agosto de 2017 regulamenta a Lei nº 4.540, de 6 de dezembro de 1983, que dispõe sobre a criação do Fundo Penitenciário Estadual (FUNPEN).

O Decreto nº 33.332, de 13 de setembro de 2017 aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP).

A Lei nº 10.738, de 12 de dezembro de 2017 dispõe sobre a composição da guarda prisional e a concessão de indenização para aquisição de fardamento.

2018

A Instrução Normativa nº 006, de 07 de fevereiro de 2018 regulamenta e disciplina os procedimentos a serem seguidos para a realização de casamento de pessoa presa sob custódia da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Maranhão.

O Decreto nº 34.006, de 17 de abril de 2018 dispõe sobre o Regulamento Disciplinar Prisional (REDIPRI) aplicável às Unidades Prisionais da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP).

13.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 29.757, de 10 de janeiro de 2014.** Cria o Comitê de Gestão Integrada de Pacificação das Prisões em São Luís do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 7, de 10 de janeiro de 2014, p.1.



MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 163, de 31 de janeiro de 2014.** Dispõe sobre a organização da Escola de Gestão Penitenciária no Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 22, de 31 de janeiro de 2014, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.014, de 17 de março de 2014.** Dispõe sobre a organização da Escola de Gestão Penitenciária no Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 55, de 20 de março de 2014, p.71.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 180, de 29 de julho de 2014.** Dispõe sobre a reformulação do Regimento Interno do Conselho Penitenciário do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 145, de 30 de julho de 2014, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.145, de 15 de outubro de 2014.** Dispõe sobre a reformulação do Regimento Interno do Conselho Penitenciário do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 205, de 22 de outubro de 2014, p.50.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 02 de janeiro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 193, de 22 de janeiro de 2015.** Dispõe sobre a organização administrativa da Secretaria de Estado de

Administração Penitenciária (SEJAP), cria cargos e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 16, de 23 de janeiro de 2015, p.6. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 22, de 02 de fevereiro de 2015, p.1. Republicado por Incorreção.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.211, de 25 de fevereiro de 2015.** Dispõe sobre a organização administrativa da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEJAP), cria cargos e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 38, de 27 de fevereiro de 2015, p.17. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 63, de 06 de abril de 2016, p.35. Republicado por Incorreção.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 45, de 10 de março de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.812, de 27 de maio de 2015.** Cria o Comitê de Gestão Integrada do Sistema Penitenciário do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 97, de 27 de maio de 2015, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.880, de 17 de junho de 2015.** Dispõe sobre a classificação de locais insalubres da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEJAP). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 111, de 18 de junho de 2015, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.105, de 10 de setembro de 2015.**



Dispõe sobre a competência, organização, composição e atribuições do Conselho Disciplinar Penitenciário e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 168, de 11 de setembro de 2015, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.641, de 19 de abril de 2016.** Acrescenta dispositivo ao Decreto nº 31.105, de 10 de setembro de 2015, que dispõe sobre a competência, organização, composição e atribuições do Conselho Disciplinar Penitenciário e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 72, de 19 de abril de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 221, de 22 de abril de 2016.** Dispõe sobre a reorganização administrativa da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), criação de unidades administrativas e de cargos em comissão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 74, de 22 de abril de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.462, de 31 de maio de 2016.** Dispõe sobre a reorganização administrativa da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), criação de unidades administrativas e de cargos em comissão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 101, de 2 de junho de 2016, p.56.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.863, de 14 de junho de 2016.** Altera o Decreto nº 31.105, de 10 de setembro de 2015, que dispõe sobre a competência, organização, composição e atribuições do Conselho Disciplinar Penitenciário. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 111, de 16 de junho de 2016, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.606, de 30 de junho de 2017.** Institui o Projeto "Remição pela Leitura" no âmbito dos Estabelecimentos Penais do Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 120, de 30 de junho de 2017, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 33.214, de 10 de agosto de 2017.** Dispõe sobre reorganização administrativa da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 149, de 11 de agosto de 2017, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 33.249, de 21 de agosto de 2017.** Regulamenta a Lei nº 4.540, de 6 de dezembro de 1983, que dispõe sobre a criação do Fundo Penitenciário Estadual (FUNPEN), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 156, de 22 de agosto de 2017, p.3. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 162, de 30 de agosto de 2017, p.1. Republicado por Incorreção.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 33.332, de 13 de setembro de 2017.** Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 170, de 13 de setembro de 2017, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.738, de 12 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre a composição da guarda prisional e a concessão de indenização para aquisição de fardamento e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 230, de 12 de dezembro de 2017, p.7.

MARANHÃO (Estado). **Instrução Normativa nº 006, de 07 de fevereiro de 2018.** Regulamenta e disciplina os

procedimentos a serem seguidos para a realização de casamento de pessoa presa sob custódia da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 30, de 15 de fevereiro de 2018, p.39.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 34.006, de 17 de abril de 2018.** Dispõe sobre o Regulamento Disciplinar Prisional (REDIPRI) aplicável às Unidades Prisionais da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 72, de 18 de abril de 2018, p.2.

**SECRETARIA DE
ESTADO DOS DIREITOS
HUMANOS E
PARTICIPAÇÃO
POPULAR - SEDIHPOP**

14 SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR - SEDIHPOP

14.1 NATUREZA

Administração Direta.

14.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Decreto nº 14.417, de 30 de janeiro de 1995.

14.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR (SEDIHPOP) tem como finalidade formular, articular e implementar políticas públicas voltadas para a promoção, defesa e proteção de uma cultura de respeito e garantia dos direitos humanos, promovendo sua transversalidade em outros órgãos públicos, com a participação da sociedade civil, conforme o disposto na Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e na Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.

14.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

2014

A Lei nº 10.004, de 27 de fevereiro de 2014 cria no âmbito da Gerência do Viva Cidadão, órgão desconcentrado da Estrutura da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (SEDIHC), as Unidades Fixas de Coroatá, Santa Inês e Viana.

A Lei Complementar nº 165, de 8 de abril de 2014 altera dispositivo da Lei Complementar nº 73, de 4 de fevereiro de 2004.

A Lei nº 10.045, de 8 de abril de 2014 cria no âmbito da Gerência do Viva Cidadão, órgão desconcentrado da estrutura da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (SEDIHC), as Unidades Fixas de Bacabal e de Pedreiras.

O Decreto nº 30.156, de 26 de junho de 2014 altera dispositivo do Decreto nº 28.124, de 23 de abril de 2012, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (SEDIHC).

A Supervisão de Promoção dos Direitos Humanos e Cidadania passa a ser Supervisão de Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa, a Supervisão de Educação dos Direitos Humanos e Cidadania passa a ser Supervisão de Promoção e Educação em Direitos Humanos e Cidadania e a Supervisão de Intersetorialidade e Descentralização passa a ser Supervisão de Ações Afirmativas e Diversidades Étnico-Racial, Sexual e de Gênero.

2015

Por meio da Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania passa denominar Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP).

A Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular tem como finalidade formular, articular e implementar políticas públicas voltadas para a promoção, defesa e proteção de uma cultura de respeito e garantia dos direitos humanos, promovendo sua transversalidade em outros órgãos

públicos, com a participação da sociedade civil.

A Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Maranhão (FUNAC), fundação pública passa a ser vinculada à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular.

Ficam mantidos o Fundo Estadual de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor (FEDC), o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, o Conselho Permanente de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Maranhão, o Conselho Deliberativo do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas do Maranhão, o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o Conselho Estadual da Juventude, o Conselho Estadual da Política da Igualdade Étnica Racial, o Conselho Estadual dos Direitos do Idoso, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho de Políticas de Inclusão Social.

As Secretarias de Estado Extraordinárias da Juventude e da Igualdade Racial não dispõem de orçamento próprio e de quadro de pessoal efetivo e funcionam com suporte técnico e operacional da Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular.

Fica revogada a Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências.

Fica revogada a Lei nº 9.629, de 19 de junho de 2012 que extingue, altera denominação de órgãos, modifica dispositivos da Lei nº 9.340, de 28 de

fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa do Poder Executivo, e dá outras providências.

Fica reorganizada por meio do Decreto nº 30.655, de 20 de fevereiro de 2015 a Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), sucedendo a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (SEDIHC), que tem como objetivo principal articular, construir, transversalizar e efetivar as políticas públicas necessárias para a promoção, proteção e defesa dos Direitos Humanos, bem como fortalecer os mecanismos e instâncias democráticas de diálogo e atuação conjunta entre a administração pública estadual e a sociedade civil.

O Decreto nº 30.660, de 6 de março de 2015 reorganiza a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) e revoga o Decreto nº 30.655, de 20 de fevereiro de 2015.

Fica excluída da estrutura a Superintendência de Participação Popular, Superintendência de Orçamento Participativo e a Superintendência de Participação Digital da Secretaria-Adjunta de Participação Popular, Superintendência de Acompanhamento de Ações e Resultados e Monitoramento de Indicadores, Superintendência de Projetos Estratégicos e o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (FEDCA) da Secretaria-Adjunta de Promoção do IDH.

Fica acrescentada a Assessoria Especial na Secretaria-Adjunta de Participação Popular e a Assessoria Especial na Secretaria Adjunta de

Promoção do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

A Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) tem como entidade vinculada a Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Maranhão (FUNAC/MA), fundação pública, sendo-lhe vinculado o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (FEDCA).

O Decreto nº 30.824, de 29 de maio de 2015 regulamenta a Ouvidoria de Direitos Humanos da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP).

Fica instituído, por meio do Decreto nº 30.981, de 29 de julho de 2015, o Programa "Maranhão Quilombola", a ser desenvolvido de forma integrada pelos diversos órgãos do Governo Estadual responsáveis pela execução de ações voltadas à ampliação do acesso a bens e serviços públicos em favor das pessoas que vivem em comunidades de quilombos no Estado, sob a coordenação da Secretaria Extraordinária de Igualdade Racial (SEIR).

A Lei nº 10.305, de 4 de setembro de 2015 cria o Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON), autarquia com personalidade jurídica de direito público, vinculado à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), extingue a Gerência de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON/MA), organizada pela Lei nº 9.377, de 17 de maio de 2011 e transfere os bens móveis da Gerência para o Instituto.

O Decreto nº 31.124, de 16 de setembro de 2015 institui o Programa Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, junto à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular.

O Decreto nº 31.126, de 16 de setembro de 2015 altera o Decreto nº 30.824, de 29 de maio de 2015, que regulamenta a Ouvidoria de Direitos Humanos da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP).

Fica criado por meio da Lei nº 10.333, de 2 de outubro de 2015 o Conselho Estadual dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Maranhão, doravante denominado Conselho Estadual LGBT, órgão colegiado, vinculado à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular, que tem por finalidade a defesa dos direitos da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT).

Fica instituído por meio da Lei nº 10.334, de 2 de outubro de 2015, no âmbito da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), o Comitê Estadual de Combate à Tortura do Maranhão (CECT/MA) com a finalidade de erradicar e prevenir a tortura em todo o Estado do Maranhão.

A Medida Provisória nº 210, de 16 de outubro de 2015, convertida na Lei nº 10.363, de 19 de novembro de 2015, acrescenta dispositivo à Lei nº 10.305, de 2 de setembro de 2015, que dispõe sobre a criação do Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Maranhão (PROCON/MA).

O Decreto nº 31.289, de 9 de novembro de 2015 reorganiza a Secretaria de Estado dos Direitos

Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP). Fica acrescentada na estrutura a Secretaria-Adjunta dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SADPCD), a Assessoria Especial de Articulação de Políticas Públicas e a Assessoria Especial de Projetos Estratégicos.

2016

Fica instituído por meio da Lei nº 10.417, de 14 de março de 2016 o Fundo Estadual de Proteção dos Direitos Difusos (FEPDD), no âmbito da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), nos termos do art.13 da Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que tem por finalidade gerir os recursos destinados à reparação, à remediação, à recuperação, à compensação, à conservação e à preservação de bens de valor artístico, estético, cultural, histórico, turístico e paisagístico, bem como de bens, valores e interesses relacionados ao ambiente, natural ou artificial, ao consumidor, à infância e juventude, ao contribuinte, às fundações privadas, à pessoa com deficiência, à habitação e urbanismo, à cidadania, à mobilidade urbana e a qualquer outro interesse transindividual de interesse social no território deste Estado.

A Lei nº 10.438, de 20 de abril de 2016 altera a Lei nº 10.305, de 4 de setembro de 2015, que dispõe sobre a criação do Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Maranhão.

Ficam transferidos para o Instituto os bens móveis da Direção de Proteção e Defesa do Consumidor e órgãos que a integram.

Os bens móveis de outras unidades em uso pela Direção de Proteção e Defesa do Consumidor ficarão à disposição do Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor PROCON/MA.

Ficam transferidos para o Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON)/MA os cargos comissionados e as funções gratificadas da estrutura da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), conforme disposto em Lei.

O Viva Cidadão é fundido e integrará a estrutura do Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Maranhão (PROCON)/MA, que passa a se denominar Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão e Consumidor do Estado do Maranhão (PROCON)/MA.

A Lei nº 10.490, de 18 de julho de 2016 altera a Lei nº 8.360, de 29 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Fica criado, por meio da Lei nº 10.493, de 18 de julho de 2016, o Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (FEDPI), instrumento de natureza contábil, tendo por finalidade a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados a proporcionar o devido suporte financeiro na implantação, na manutenção e no desenvolvimento de programas, projetos e ações voltados à pessoa idosa no âmbito do Estado do Maranhão.

A Lei nº 10.499, de 25 de julho de 2016 designa policiais civis aposentados para a realização de tarefas por prazo certo.

O Decreto nº 32.160, de 6 de setembro de 2016 institui o Grupo Estadual de Articulação e Monitoramento do Compromisso para o Envelhecimento Ativo.

O Decreto nº 32.202, de 21 de setembro de 2016 aprova o Regimento do Conselho Gestor do Fundo Estadual de Proteção e Defesa dos Direitos Difusos.

O Decreto nº 32.434, de 23 de novembro de 2016 aprova o regulamento do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (FEDPI).

O Decreto nº 32.518, de 12 de dezembro de 2016 aprova o regulamento do Fundo Estadual de Proteção dos Direitos Difusos.

2017

O Decreto nº 32.632, de 10 de fevereiro de 2017 altera o Decreto nº 31.794, de 23 de maio de 2016, que institui a Comissão Estadual de Articulação de Políticas Públicas para os Povos Indígenas do Estado do Maranhão.

Fica instituído, por meio do Decreto nº 32.659, de 24 de fevereiro de 2017, o Centro de Referência Especializado Regionalizado de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa do Maranhão (CREAISPI)/MA, entidade com gestão compartilhada entre as Secretarias Estaduais de Desenvolvimento Social (SEDES), de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) e da Saúde (SES).

O Decreto nº 32.692, de 9 de março de 2017 altera o Decreto nº 24.962, de 4 de dezembro de 2008, que institui o Comitê Gestor Estadual para

Erradicação do Subregistro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica.

Fica instituído, por meio da Lei nº 10.579, de 10 de abril de 2017, o Centro Integrado de Justiça Juvenil de São Luís (CIJJUV), vinculado à Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP).

O Decreto nº 32.808, de 19 de abril de 2017 regulamenta a Lei nº 10.334, de 2 de outubro de 2015, que institui o Comitê Estadual de Combate à Tortura no Estado do Maranhão - CECT/ MA e o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura - MEPCT.

Fica instituído, no âmbito Secretaria de Estado Extraordinária da Juventude, por meio do Decreto nº 33.163, de 27 de julho de 2017, o Plano Estadual de Juventude e Sucessão Rural, com o objetivo de orientar, integrar e articular políticas, ações e programas voltados para a garantia dos direitos das juventudes do campo maranhense e a promoção da sucessão rural

A Medida Provisória nº 250, de 21 de agosto de 2017, convertida na Lei nº 10.691, de 26 de setembro de 2017, institui o Programa Cartão Transporte Universitário no âmbito da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) e da Secretaria de Estado Extraordinária da Juventude (SEEJUV).

A Medida Provisória nº 253, de 18 de outubro de 2017, convertida na Lei nº 10.720, de 27 de novembro de 2017, altera a Lei nº 10.691, de 26 de setembro de 2017, que institui o Programa Cartão Transporte

Universitário no âmbito da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) e da Secretaria de Estado Extraordinária da Juventude (SEEJUV).

A Lei nº 10.711, de 8 de novembro de 2017 regulamenta o Fundo Estadual da Pessoa com Deficiência (FEPD) e cria o Comitê Gestor do Fundo Estadual da Pessoa com Deficiência.

A Lei nº 10.714, de 14 de novembro de 2017 cria a Escola dos Conselhos no âmbito da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP).

Fica instituída, por meio Decreto nº 33.661, de 27 de novembro de 2017, a Política Estadual de Saúde Integral da População Negra e das Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Quilombola do Maranhão e o seu 1º Plano Operativo com base nos princípios, diretrizes, objetivos e missão da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

Fica instituído, por meio Decreto nº 33.711, de 14 de dezembro de 2017, o Prêmio "Magno Cruz" de Direitos Humanos, a ser concedido anualmente, pelo Governo do Estado, às pessoas físicas e às pessoas jurídicas - instituições estatais e organizações da sociedade civil - que mereçam destaque nas áreas de promoção e defesa dos direitos humanos no Maranhão.

2018

O Decreto nº 34.569, de 19 de novembro de 2018 institui o Programa Estadual de Enfrentamento ao Trabalho em Condições Análogas à de Escravo.

14.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Lei Complementar nº 165, de 8 de abril de 2014.** Altera dispositivo da Lei Complementar nº 73, de 4 de fevereiro de 2004. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 68, de 8 de abril de 2014, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.045, de 8 de abril de 2014.** Dispõe sobre a criação de Unidades Fixas e de cargos em comissão para a Gerência do Viva Cidadão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 68, de 8 de abril de 2014, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.156, de 26 de junho de 2014.** Altera dispositivo do Decreto nº 28.124, de 23 de abril de 2012, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania - SEDIHC, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 121, de 26 de junho de 2014, p.16.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 02 de janeiro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.655, de 20 de fevereiro de 2015.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão,



Poder Executivo, Maranhão, 33, de 20 de fevereiro de 2015, p.7.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.660, de 6 de março de 2015.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 43, de 6 de março de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 45, de 10 de março de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.824, de 29 de maio de 2015.** Regulamenta a alínea 'e', do inciso II, do art. 3º do Decreto nº 30.655, de 20 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 99, de 29 de maio de 2015, p.19. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 110, de 17 de junho de 2015, p.1. Republicado por Incorreção.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.981, de 29 de julho de 2015.** Dispõe sobre a criação do Programa "Maranhão Quilombola" e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 139, de 30 de julho de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.305, de 4 de setembro de 2015.** Dispõe sobre a criação do Instituto de Proteção

e Defesa do Consumidor do Estado do Maranhão (PROCON/MA). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 165, de 4 de setembro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.124, de 16 de setembro de 2015.** Institui o Programa Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, junto à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 172, de 17 de setembro de 2015, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.126, de 16 de setembro de 2015.** Altera a redação do Decreto nº 30.824, de 29 de maio de 2015, que regulamenta a alínea "e", do inciso II, do art. 3º do Decreto 30.655, de 20 de fevereiro de 2015. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 172, de 17 de setembro de 2015, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.333, de 2 de outubro de 2015.** Dispõe sobre a criação do Conselho Estadual dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 183, de 2 de outubro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.334, de 2 de outubro de 2015.** Institui o Comitê Estadual de Combate à Tortura no Estado do Maranhão (CECT/ MA) e o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 183, de 2 de outubro de 2015, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 210, de 16 de outubro**



de 2015. Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.305, de 2 de setembro de 2015, que dispõe sobre a criação do Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Maranhão (PROCON/MA). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 192, de 16 de outubro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.289, de 9 de novembro de 2015.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 206, de 9 de novembro de 2015, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.289, de 9 de novembro de 2015.** Altera o Decreto nº 30.660, de 06 de março de 2015, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 216, de 23 de novembro de 2015, p.1 Republicado por Incorreção.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.363, de 19 de novembro de 2015.** Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.305, de 2 de setembro de 2015, que dispõe sobre a criação do Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Maranhão - PROCON/MA. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 216, de 23 de novembro de 2015, p.18.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.417, de 14 de março de 2016.** Cria o Fundo Estadual de Proteção dos Direitos Difusos (FEPDD), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo,

Maranhão, 48, de 14 de março de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.438, de 20 de abril de 2016.** Altera a Lei nº 10.305, de 4 de setembro de 2015, que dispõe sobre a criação do Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 73, de 20 de abril de 2016, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.490, de 18 de julho de 2016.** Altera a Lei nº 8.360, de 29 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 134, de 20 de julho de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.493, de 18 de julho de 2016.** Cria o Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (FEDPI), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 134, de 20 de julho de 2016, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.499, de 25 de julho de 2016.** Dispõe sobre a designação de policiais civis aposentados para a realização de tarefas por prazo certo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 138, de 26 de julho de 2016, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.160, de 6 de setembro de 2016.** Institui o Grupo Estadual de Articulação e Monitoramento do Compromisso para o Envelhecimento Ativo. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder



Executivo, Maranhão, 167, de 6 de setembro de 2016, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.202, de 21 de setembro de 2016.** Aprova o Regimento do Conselho Gestor do Fundo Estadual de Proteção e Defesa dos Direitos Difusos, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 177, de 22 de setembro de 2016, p.12.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.434, de 23 de novembro de 2016.** Aprova o regulamento do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (FEDPI), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 219, de 25 de novembro de 2016, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.518, de 12 de dezembro de 2016.** Aprova o regulamento do Fundo Estadual de Proteção dos Direitos Difusos e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 230, de 13 de dezembro de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.632, de 10 de fevereiro de 2017.** Altera o Decreto nº 31.794, de 23 de maio de 2016, que institui a Comissão Estadual de Articulação de Políticas Públicas para os Povos Indígenas do Estado do Maranhão - MA. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 31, de 13 de fevereiro de 2017, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.659, de 24 de fevereiro de 2017.** Institui o Centro de Referência Especializado Regionalizado de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa do Maranhão (CREAISPI/MA), e dá outras providências. Diário Oficial

do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 43, de 6 de março de 2017, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.692, de 9 de março de 2017.** Altera o Decreto nº 24.962, de 4 de dezembro de 2008, que institui o Comitê Gestor Estadual para Erradicação do Subregistro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 48, de 13 de março de 2017, p. 2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.579, de 10 de abril de 2017.** Institui o Centro Integrado de Justiça Juvenil de São Luís - CIJJUV. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 71, de 17 de abril de 2017, p. 3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.808, de 19 de abril de 2017.** Regulamenta a Lei nº 10.334, de 2 de outubro de 2015, que institui o Comitê Estadual de Combate à Tortura no Estado do Maranhão - CECT/ MA e o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura - MEPCT, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 73, de 19 de abril de 2017, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 33.163, de 27 de julho de 2017.** Institui o Plano Estadual de Juventude e Sucessão Rural. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 139, de 27 de julho de 2017, p.11.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 250, de 21 de agosto de 2017.** Institui o Programa Cartão Transporte Universitário no âmbito da



Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) e da Secretaria de Estado Extraordinária da Juventude (SEEJUV). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 155, de 21 de agosto de 2017, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.691, de 26 de setembro de 2017.** Institui o Programa Cartão Transporte Universitário no âmbito da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) e da Secretaria de Estado Extraordinária da Juventude (SEEJUV). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 180, de 27 de setembro de 2017, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 253, de 18 de outubro de 2017.** Altera a Lei nº 10.691, de 26 de setembro de 2017, que institui o Programa Cartão Transporte Universitário no âmbito da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) e da Secretaria de Estado Extraordinária da Juventude (SEEJUV). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 194, de 18 de outubro de 2017, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.711, de 8 de novembro de 2017.** Regulamenta o Fundo Estadual da Pessoa com Deficiência (FEPD), cria o Comitê Gestor do Fundo Estadual da Pessoa com Deficiência, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 208, de 8 de novembro de 2017, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.714, de 14 de novembro de 2017.** Cria a Escola dos Conselhos no âmbito da Secretaria de Estado dos Direitos

Humanos e Participação Popular - SEDIHPOP. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 212, de 14 de novembro de 2017, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 33.661, de 27 de novembro de 2017.** Institui a Política Estadual de Saúde Integral da População Negra e das Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Quilombola do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 220, de 27 de novembro de 2017, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.720, de 27 de novembro de 2017.** Altera a Lei nº 10.691, de 26 de setembro de 2017, que institui o Programa Cartão Transporte Universitário no âmbito da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) e da Secretaria de Estado Extraordinária da Juventude (SEEJUV). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 223, de 30 de novembro de 2017, p.57.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 33.711, de 14 de dezembro de 2017.** Institui o Prêmio "Magno Cruz" de Direitos Humanos do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 233, de 15 de dezembro de 2017, p.33.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 34.569, de 19 de novembro de 2018.** Institui o Programa Estadual de Enfrentamento ao Trabalho em Condições Análogas à de Escravo. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 217, de 19 de novembro de 2018, p.17.

**SECRETARIA DE ESTADO
DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E
INOVAÇÃO – SECTI**

15 SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SECTI

15.1 NATUREZA

Administração Direta.

15.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei nº 6.272, de 06 de fevereiro de 1995.

15.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (SECTI) tem a finalidade de formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações voltados para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, do ensino superior, técnico e profissional, e da pesquisa básica e aplicada, conforme o disposto na Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.

15.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

2014

O Decreto nº 29.860, de 13 de março de 2014 acrescenta e altera dispositivos do Decreto nº 27.223, de 3 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTEC).

A estrutura da SECTEC passa a ter o Centro de Documentação, Informação, Preservação e Restauração de Acervos com Departamento de Documentação e Informação e Departamento de Preservação e Restauração. O Centro de Documentação, Informação, Preservação e Restauração de Acervos tem por finalidade a preservação da memória, o apoio a pesquisa institucional, acadêmica ou

individual e o intercâmbio sistemático com instituições similares.

O Decreto nº 30.574, de 5 de dezembro de 2014 altera dispositivos do Decreto nº 13.819, de 25 de abril de 1994, que dispõe sobre a reorganização da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e dá outras providências.

2015

Por meio da Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015 a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior passa denominar Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação.

A Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação tem a finalidade de formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações voltados para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, do ensino superior, técnico e profissional, e da pesquisa básica e aplicada.

A Universidade Virtual do Maranhão (UNIVIMA) passa denominar-se Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA).

A Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), autarquia, o Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA), autarquia e a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), fundação pública passam a ser vinculados à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Os bens, os direitos e as obrigações da Universidade Virtual do Maranhão (UNIVIMA) são transferidos para o

Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA).

Os servidores efetivos lotados na Universidade Virtual do Maranhão (UNIVIMA) ficam redistribuídos para o Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA).

Fica revogada a Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências.

O Decreto nº 30.679, de 16 de março de 2015 reorganiza a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI).

Fica acrescentado o Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação e o Comitê de Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação.

A Assessoria de Assuntos Internacionais fica vinculada à Unidade de Assessoramento Direto ao Secretário de Estado.

A Secretaria-Adjunta de Ensino Profissionalizante e Inclusão Social passa a ser denominada Secretaria-Adjunta de Educação Profissional, Tecnológica e Inclusão Social.

A Secretaria-Adjunta da UNIVIMA e Ensino Superior passa a ser denominada de Secretaria-Adjunta de Inovação e Cidadania Digital.

A Superintendência de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico passa a ser denominada de Superintendência de Políticas de Inovação e Cidadania Digital.

A Superintendência de Educação Superior e Profissional passa a ser denominada de Superintendência de

Políticas de Educação Profissional, Tecnológica e Inclusão Social.

A Supervisão do Centro de Vocação Tecnológica - Estaleiro-Escola de São Luís fica vinculado à Superintendência de Políticas de Educação Profissional, Tecnológica e Inclusão Social.

Ficam vinculadas à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), autarquia, o Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA), autarquia, e a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), fundação pública.

Fica criado, por meio da Lei nº 10.286, de 21 de julho de 2015, o Programa Estadual "Cidadão do Mundo", que consiste na concessão de bolsas de estudo a jovens entre 18 e 24 anos para realização de intercâmbio internacional em cursos de ensino médio no exterior ou cursos de idioma estrangeiro.

Fica regulamentado o Programa Estadual "Cidadão do Mundo" por meio do Decreto nº 30.959, de 21 de julho de 2015.

Fica instituído por meio Decreto nº 30.980, de 29 de julho de 2015 o Prêmio Mais IDH para a Ciência, Tecnologia e Inovação e a Medalha Eduardo Campos no âmbito das atividades da Semana Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Fica reorganizado por meio da Lei nº 10.385, de 21 de dezembro de 2015 o Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA), autarquia vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI).

2016

O Decreto nº 31.499, de 16 de fevereiro de 2016 transfere para a Secretaria de Estado da Infraestrutura (SINFRA) a competência para a execução, direta ou indireta, de obras e serviços de engenharia voltados ao atendimento das políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação, educação, esporte e lazer, saúde e segurança, inclusive as contempladas no Programa Escola Digna e as decorrentes de convênios ou instrumentos congêneres celebrados com órgãos e entidades da administração pública federal.

A Lei nº 10.463, de 6 de junho de 2016 altera a Lei nº 10.286, de 21 de julho de 2015, que dispõe sobre a criação do Programa Estadual "Cidadão do Mundo".

O Decreto nº 31.847, de 7 de junho de 2016 institui o Selo Empresa Inovadora e o Prêmio Inova Maranhão.

O Decreto nº 31.895, de 22 de junho de 2016 cria no âmbito do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA) as Unidades Plenas de São Luís, Bacabeira e Pindaré-Mirim.

A Lei nº 10.525, de 3 de novembro de 2016 cria a Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), autarquia vinculada à Secretaria de Estado da Ciência Tecnologia e Inovação (SECTI), com sede na cidade de Imperatriz e atuação nos municípios a serem fixados por Decreto”.

O Decreto nº 32.396, de 11 de novembro de 2016 dispõe sobre a área de atuação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), nos termos do art. 1º da Lei nº 10.525, de 3 de novembro de 2016.

A Medida Provisória nº 227, de 21 de dezembro de 2016, convertida na Lei nº 10.558, de 06 de março de 2017 organiza a Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL).

Cria o Conselho Universitário da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), órgão máximo superior consultivo, deliberativo, normativo e recursal que terá suas competências, atribuições, funcionamento e composição definidos em legislação específica.

Cria o Conselho Estratégico Social da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), órgão consultivo que terá suas competências, atribuições, funcionamento e composição definidas em legislação específica.

2017

A Lei nº 10.694, de 5 de outubro de 2017 cria e acrescenta dispositivos à Lei nº 10.558, de 06 de março de 2017, que dispõe sobre a organização administrativa da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), cria cargos efetivos e cargos em comissão.

A Lei nº 10.703, de 27 de outubro de 2017 cria o Conselho Universitário do Maranhão. A Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação fornecerá o suporte técnico e administrativo para as reuniões do CONUNI.

A Lei nº 10.736, de 11 de dezembro de 2017 dispõe sobre o Programa Bolsa-Formação do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA).

A Medida Provisória nº 267, de 20, de dezembro de 2017 altera a Lei nº 10.358, de 21 de dezembro de 2015, que

dispõe sobre a reorganização do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA).

O Decreto nº 33.727, de 21 de dezembro de 2017 reestrutura o Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA).

2018

A Lei nº 10.833, de 16 de abril de 2018 altera a Lei nº 10.385, de 21 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a reorganização do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA).

A Lei nº 10.880, de 5 de julho de 2018 cria o Centro de Ciências da Saúde (CCS) na estrutura organizacional da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) - Campus Imperatriz, altera a Lei nº 10.558, de 6 de março de 2017.

O Decreto nº 34.629, de 21 de dezembro de 2018 altera a estrutura da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e reorganiza cargos comissionados. Ficam extintas a Pró-Reitoria de Administração e a Pró-Reitoria de Planejamento e ficam criadas a Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAD), a Pró-Reitoria de Infraestrutura (PROINFRA) e a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP).

15.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 29.860, de 13 de março de 2014.** Acrescenta e altera dispositivos do Decreto nº 27.223, de 3 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTEC), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 50, 13 de março de 2014, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.574, de 5 de dezembro de 2014.** Altera dispositivos do Decreto nº 13.819, de 25 de abril de 1994, que dispõe sobre a reorganização da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 239, 09 de dezembro de 2014, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 02 de janeiro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 45, de 10 de março de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.679, de 16 de março de 2015.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 50, de 17 de março de 2015, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.959, de 21 de julho de 2015.** Regulamenta o Programa Estadual "Cidadão do Mundo", e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 133, de 21 de julho de 2015, p.14.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.286, de 21 de julho de 2015.** Cria o Programa Estadual "Cidadão do Mundo" e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do

Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 133, de 21 de julho de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.980, de 29 de julho de 2015.** Institui o Prêmio Mais IDH para a Ciência, Tecnologia e Inovação e a Medalha Eduardo Campos no âmbito das atividades da Semana Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 139, de 30 de julho de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.385, DE 21 de dezembro de 2015.** Dispõe sobre a reorganização do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 235, de 21 de dezembro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.499, de 16 de fevereiro de 2016.** Transfere para a Secretaria de Estado da Infraestrutura (SINFRA) a competência para a execução de obras e serviços de engenharia voltados ao atendimento das políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação, educação, esporte e lazer, saúde e segurança, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 32, de 19 de fevereiro de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.463, de 6 de junho de 2016.** Altera a Lei nº 10.286, de 21 de julho de 2015, que dispõe sobre a criação do Programa Estadual "Cidadão do Mundo". Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 105, de 8 de junho de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.847, de 7 de junho de 2016.** Institui o Selo Empresa Inovadora e o Prêmio Inova Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder

Executivo, Maranhão, 106, de 9 de junho de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.895, de 22 de junho de 2016.** Dispõe sobre a criação no âmbito do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA) as Unidades Plenas de São Luís, Bacabeira e Pindaré-Mirim, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 116, de 23 de junho de 2016, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.525, de 3 de novembro de 2016.** Dispõe sobre a criação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), com sede na cidade de Imperatriz. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 205, de 04 de novembro de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.396, de 11 de novembro de 2016.** Dispõe sobre a área de atuação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), nos termos do art. 1º da Lei nº 10.525, de 3 de novembro de 2016. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 211, de 14 de novembro de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 227, de 21 de dezembro de 2016.** Dispõe sobre a organização administrativa da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), criação de cargos em comissão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 236, de 21 de dezembro de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.558, de 06 de março de 2017.** Dispõe sobre a organização administrativa da Universidade Estadual da Região

Tocantina do Maranhão (UEMASUL), criação de cargos em comissão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 46, de 9 de março de 2017, p.36.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.694, de 5 de outubro de 2017.** Cria e acrescenta dispositivos à Lei nº 10.558, de 06 de março de 2017, que dispõe sobre a organização administrativa da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), cria cargos efetivos e cargos em comissão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 187, de 6 de outubro de 2017, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.703, de 27 de outubro de 2017.** Cria o Conselho Universitário do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 202, de 30 de outubro de 2017, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.736, de 11 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre o Programa Bolsa-Formação do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 230, de 12 de dezembro de 2017, p.7.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 267, de 20, de dezembro de 2017.** Altera a Lei nº 10.358, de 21 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a reorganização do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 236, de 20 de dezembro de 2017, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 33.727, de 21 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre a reestruturação do Instituto

Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 237, de 21 de dezembro de 2017, p.11.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.833, de 16 de abril de 2018.** Altera a Lei nº 10.385, de 21 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a reorganização do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 70, de 16 de abril de 2018, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.880, de 5 de julho de 2018.** Cria o Centro de Ciências da Saúde (CCS) na estrutura organizacional da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) - Campus Imperatriz, altera a Lei nº 10.558, de 6 de março de 2017, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 124, de 5 de julho de 2018, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 34.629, de 21 de dezembro de 2018.** Altera a estrutura da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, reorganiza cargos comissionados e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 241, de 24 de dezembro de 2018, p.12.

**SECRETARIA DE ESTADO
DA CULTURA – SECMA**



16 SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - SECMA

16.1 NATUREZA

Administração Direta.

16.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Decreto Lei nº 934, de 31 de julho de 1953.

16.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA (SECMA) tem por finalidade de planejar, coordenar e executar a política estadual de cultura bem como administrar os espaços culturais, promover, assessorar e defender, sob a ótica educacional e comunitária, formas de produções culturais, a partir da realidade local, estimulando a incorporação de hábitos na população, visando à promoção da qualidade de vida, e estabelecer calendário integrado de eventos com secretarias afins, conforme o disposto na Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e na Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.

16.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

2014

O Decreto nº 29.815, de 21 de fevereiro de 2014 altera dispositivos do Decreto nº 27.234, de 3 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Cultura. Cria a Secretaria-Adjunta de Articulação e Fomento à Economia Criativa na estrutura.

Fica instituído, por meio da Lei nº 10.159, de 24 de novembro de 2014, o Sistema Estadual de Cultura do Estado do Maranhão, composto da Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão (SECMA), criada pela Lei nº 7.844/2003, Conselho

Estadual de Cultura do Maranhão e o Fundo de Desenvolvimento da Cultura Maranhense (FUNDECMA), criados pela Lei nº 8.912/2008, Lei de Incentivo à Cultura, criada pela Lei nº 9.437/2011, destinado à articulação, à promoção, à gestão integrada e à participação popular nas políticas públicas culturais.

2015

Por meio da Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, a Secretaria de Estado da Cultura passa ter a finalidade de planejar, coordenar e executar a política estadual de cultura bem como administrar os espaços culturais, promover, assessorar e defender, sob a ótica educacional e comunitária, formas de produções culturais, a partir da realidade local, estimulando a incorporação de hábitos na população, visando à promoção da qualidade de vida, e estabelecer calendário integrado de eventos com secretarias afins.

A Fundação da Memória Republicana, fundação pública passa a ser vinculada à Secretaria de Estado da Cultura.

Fica mantido o Fundo Estadual de Cultura Maranhense (FUNDECMA) e o Conselho Estadual de Cultura.

Fica revogada a Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências.

O Decreto nº 30.677, de 13 de março de 2015 reorganiza a Fundação da Memória Republicana Brasileira.

2016

Por meio da Medida Provisória nº 214, de 2 de fevereiro de 2016, convertida na Lei nº 10.416, de 10 de março de 2016, a Secretaria de Estado do Turismo (SETUR) e a Secretaria de Estado da Cultura (SECMA) ficam transformadas em Secretaria de Estado da Cultura e Turismo (SECTUR).

16.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 29.815, de 21 de fevereiro de 2014.** Altera dispositivos do Decreto nº 27.234, de 3 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Cultura e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 37, de 21 de fevereiro de 2014, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.159, de 24 de novembro de 2014.** Institui o Sistema Estadual de Cultura do Estado do Maranhão (SEC). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 228, de 24 de novembro de 2014, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 02 de janeiro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder

Executivo, Maranhão, 45, de 10 de março de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.677, de 13 de março de 2015.** Dispõe sobre a reorganização da Fundação da Memória Republicana Brasileira e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 50, de 17 de março de 2015, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 214, de 2 de fevereiro de 2016.** Altera estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 22, de 2 de fevereiro de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.416, de 10 de março de 2016.** Altera estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 46, de 10 de março de 2016, p.1.

**SECRETARIA DE ESTADO
DO TURISMO - SETUR**

17 SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO - SETUR

2016

17.1 NATUREZA

Administração Direta.

17.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei nº 8.559 de 28 de dezembro de 2006.

17.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO (SETUR) tem por finalidade de formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações de turismo, articulando com órgãos de outras esferas de governo, visando à sustentabilidade do turismo e a promoção do desenvolvimento local e regional, conforme o disposto na Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e na Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.

17.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

2015

Por meio da Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, a Secretaria de Estado do Turismo passa ter a finalidade de formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações de turismo, articulando com órgãos de outras esferas de governo, visando à sustentabilidade do turismo e a promoção do desenvolvimento local e regional.

Fica mantido o Conselho Estadual de Turismo do Estado do Maranhão.

Fica revogada a Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências.

Por meio da Medida Provisória nº 214, de 2 de fevereiro de 2016, convertida na Lei nº 10.416, de 10 de março de 2016, a Secretaria de Estado do Turismo (SETUR) e a Secretaria de Estado da Cultura (SECMA) ficam transformadas em Secretaria de Estado da Cultura e Turismo (SECTUR).

17.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 02 de janeiro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 45, de 10 de março de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 214, de 2 de fevereiro de 2016.** Altera estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 22, de 2 de fevereiro de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.416, de 10 de março de 2016.** Altera estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 46, de 10 de março de 2016, p.1.

**SECRETARIA DE ESTADO
DA CULTURA E TURISMO-
SECTUR**

18 SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO – SECTUR

18.1 NATUREZA

Administração Direta.

18.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Medida Provisória nº 214, de 2 de fevereiro de 2016 / Lei nº 10.416, de 10 de março de 2016.

18.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO (SECTUR) tem a finalidade de planejar, coordenar e executar a política estadual de cultura bem como administrar os espaços culturais, promover, assessorar e defender, sob a ótica educacional e comunitária, formas de produções culturais, a partir da realidade local, estimulando a incorporação de hábitos na população, visando à promoção da qualidade de vida, bem como formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações de turismo, articulando com órgãos de outras esferas de governo, visando à sustentabilidade do turismo e a promoção do desenvolvimento local e regional, conforme o disposto na Medida Provisória nº 214, de 2 de fevereiro de 2016, convertida na Lei nº 10.416, de 10 de março de 2016.

18.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

2016

Por meio da Medida Provisória nº 214, de 2 de fevereiro de 2016, convertida na Lei nº 10.416, de 10 de março de 2016, a Secretaria de Estado do Turismo (SETUR) fica incorporada à Secretaria de Estado da Cultura (SECMA) e passa a ser denominada Secretaria de Estado da Cultura e Turismo (SECTUR).

A Secretaria de Estado da Cultura e Turismo tem por finalidade planejar, coordenar e executar a política estadual de cultura bem como administrar os espaços culturais, promover, assessorar e defender, sob a ótica educacional e comunitária, formas de produções culturais, a partir da realidade local, estimulando a incorporação de hábitos na população, visando à promoção da qualidade de vida, bem como formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações de turismo, articulando com órgãos de outras esferas de governo, visando à sustentabilidade do turismo e a promoção do desenvolvimento local e regional.

O Decreto nº 31.506, de 19 de fevereiro de 2016 instituiu, junto à Secretaria de Estado da Cultura e Turismo (SECTUR), a Rede Estadual de Bibliotecas "Farois do Saber", com a finalidade de servir de suporte aos programas de cultura e conhecimento, integrando-se aos processos culturais e educativos desenvolvidos no âmbito do Poder Executivo.

O Decreto nº 31.602, de 8 de abril de 2016 organiza a Secretaria de Estado da Cultura e Turismo (SECTUR).

O Decreto nº 31.892, de 21 de junho de 2016 regulamenta o Fundo de Desenvolvimento da Cultura Maranhense (FUNDECMA), instituído pela Lei nº 8.912, de 23 de dezembro de 2008.

A Lei nº 10.487, de 14 de julho de 2016 dispõe sobre a política de arquivos públicos e privados do Estado do Maranhão.

Fica instituído, por meio da Lei nº 10.509, de 16 de setembro de 2016, o Programa Estadual de Proteção e Promoção dos Mestres e Mestras da Cultura Popular do Maranhão, a ser executado pela

Secretaria de Estado da Cultura e Turismo do Maranhão, de forma intersetorial, integrada, coordenada e sistemática com outros órgãos da Administração Pública Estadual, tendo por finalidade ações, projetos, programas e políticas públicas de idêntico teor.

A Lei nº 10.514, de 5 de outubro de 2016 dispõe sobre a Proteção de Bens Culturais de Natureza Imaterial.

Fica criado, por meio da Lei nº 10.550, de 28 de dezembro de 2016, o Memorial João do Vale, com a finalidade de guardar, preservar, proteger, restaurar, ordenar, classificar e divulgar todos os registros referentes à vida e obra do músico, cantor e compositor maranhense João Batista do Vale.

2017

O Decreto nº 32.606, de 25 de janeiro de 2017 regulamenta a Lei nº 10.487, de 14 de julho de 2016, que dispõe sobre a Política de Arquivos Públicos e Privados do Estado do Maranhão.

O Decreto nº 32.607, de 25 de janeiro de 2017 dispõe sobre os documentos de arquivo e sua gestão, os planos de classificação, as tabelas de temporalidade de documentos da Administração Pública do Estado do Maranhão, as comissões de avaliação de documentos de arquivo e define normas para a avaliação, guarda e eliminação de documentos de arquivo.

Fica instituído, por meio do Decreto nº 32.796, de 10 de abril de 2017, o Conselho Consultivo do Patrimônio Imaterial do Estado do Maranhão, vinculado à Superintendência de Patrimônio Cultural (SPC) da Secretaria de Estado da Cultura e Turismo do Maranhão (SECTUR)/MA.

Fica criado, por meio da Lei nº 10.613, de 5 de julho de 2017, o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Estado do Maranhão, com vistas a proporcionar à população o acesso a bibliotecas públicas racionalmente estruturadas e favorecer a formação do hábito de leitura, estimulando a comunidade ao acompanhamento do desenvolvimento sociocultural do Estado.

A Lei nº 10.756, de 19 de dezembro de 2017 altera a Lei nº 8.912, de 23 de dezembro de 2008, que altera e consolida o Sistema de Gestão e de Incentivo à Cultura do Estado do Maranhão (SEGIC).

2018

Fica criada, por meio do Decreto nº 34.143, de 17 de maio de 2018, na estrutura da Secretaria de Estado da Cultura e Turismo (SECTUR), a Superintendência de Turismo da Região Lençóis/Delta, instalada na cidade de Barreirinhas.

Fica criada, por meio do Decreto nº 34.245, de 20 de junho de 2018, na estrutura da Secretaria de Estado da Cultura e Turismo (SECTUR), a Superintendência de Cultura e Turismo da Região Metropolitana de Imperatriz e do Polo Chapada das Mesas.

18.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 214, de 2 de fevereiro de 2016.** Altera estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 22, de 2 de fevereiro de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.506, de 19 de fevereiro de 2016.** Institui a Rede Estadual de Bibliotecas "Farois do Saber" no Âmbito da Secretaria de Estado da Cultura e Turismo, e dá outras

providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 32, de 19 de fevereiro de 2016, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.416, de 10 de março de 2016.** Altera estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 46, de 10 de março de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.602, de 8 de abril de 2016.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado da Cultura e Turismo (SECTUR) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 65, de 08 de abril de 2016, p.14.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.892, de 21 de junho de 2016.** Regulamenta o Fundo de Desenvolvimento da Cultura Maranhense (FUNDECMA), instituído pela Lei nº 8.912, de 23 de dezembro de 2008, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 116, de 23 de junho de 2016, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.487, de 14 de julho de 2016.** Dispõe sobre a política de arquivos públicos e privados do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 131, de 15 de julho de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.509, de 16 de setembro de 2016.** Institui o Programa Estadual de Proteção e Promoção dos Mestres e Mestras da Cultura Popular do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 174, de 19 de setembro de 2016, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.514, de 5 de outubro de 2016.** Dispõe sobre a Proteção de Bens Culturais de Natureza

Imaterial, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 187, de 06 de outubro de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.550, de 28 de dezembro de 2016.** Dispõe sobre a criação do Memorial João do Vale e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 242, de 29 de dezembro de 2016, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.606, de 25 de janeiro de 2017.** Regulamenta a Lei nº 10.487, de 14 de julho de 2016, que dispõe sobre a Política de Arquivos Públicos e Privados do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 18, de 25 de janeiro de 2017, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.607, de 25 de janeiro de 2017.** Dispõe sobre os documentos de arquivo e sua gestão, os planos de classificação, as tabelas de temporalidade de documentos da Administração Pública do Estado do Maranhão, as comissões de avaliação de documentos de arquivo e define normas para a avaliação, guarda e eliminação de documentos de arquivo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 18, de 25 de janeiro de 2017, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.796, de 10 de abril de 2017.** Institui o Conselho Consultivo do Patrimônio Imaterial do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 71, de 17 de abril de 2017, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.613, de 5 de julho de 2017.** Cria o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Estado do Maranhão e dá outras providências.

Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 125, de 7 de julho de 2017, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.756, de 19 de dezembro de 2017.** Altera a Lei nº 8.912, de 23 de dezembro de 2008, que altera e consolida o Sistema de Gestão e de Incentivo à Cultura do Estado do Maranhão (SEGIC), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 235, de 19 de dezembro de 2017, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 34.143, de 17 de maio de 2018.** Cria a Superintendência de Turismo da Região Lençóis/Delta. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 93, de 18 de maio de 2018, p.11.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 34.245, de 20 de junho de 2018.** Cria a Superintendência de Cultura e Turismo da Região Metropolitana de Imperatriz e do Polo Chapada das Mesas. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 115, de 21 de junho de 2018, p.3.



**SECRETARIA DE ESTADO
DA EDUCAÇÃO - SEDUC**

19 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDUC

19.1 NATUREZA

Administração Direta.

19.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Decreto nº 1.435, de 30 de dezembro de 1946.

19.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEDUC) tem por finalidade formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações de educação básica, primando pela universalização do acesso à escola e pela melhoria da qualidade do ensino, conforme o disposto na Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.

19.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

2014

O Decreto nº 30.046, de 23 de maio de 2014 regulamenta os arts. 44 a 50 da Lei nº 9.860/2013, Estatuto do Educador, que dispõem sobre remoção dos integrantes do Subgrupo Magistério da Educação Básica da Secretaria de Estado da Educação.

A Lei nº 10.099, de 11 de junho de 2014 aprova o Plano Estadual de Educação do Estado do Maranhão.

A Medida Provisória nº 179, de 1º de julho de 2014, convertida em Lei nº 10.140, de 02 de setembro de 2014 altera e dá nova redação a dispositivos da Lei nº 5.774, de 15 de outubro de 1993, que dispõe sobre a criação da Fundação Nice Lobão.

A Lei nº 10.117, de 11 de julho de 2014 altera a Lei nº 9.479, de 21 de outubro de 2011, que instituiu a Fundação da Memória Republicana Brasileira.

O Decreto nº 30.231, de 22 de julho de 2014 altera dispositivos do Decreto nº 22.905, de 02 de janeiro de 2007, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC).

2015

Por meio da Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, a Secretaria de Estado da Educação passa ter a finalidade de formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações de educação básica, primando pela universalização do acesso à escola e pela melhoria da qualidade do ensino.

A Fundação Nice Lobão, fundação pública passa a ser vinculada à Secretaria de Estado da Educação.

Ficam mantidos o Fundo Estadual de Educação (FEE), o Conselho Estadual de Educação e o Conselho de Educação Escolar Indigenista do Maranhão.

Fica revogada a Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências.

Fica instituído, por meio do Decreto nº 30.620, de 02 de janeiro de 2015, o Programa "Escola Digna" com o objetivo de propiciar, às crianças, jovens, adultos e idosos atendidos pelo Sistema Estadual de Ensino e pelo Sistema Público de Ensino dos Municípios, o acesso à infraestrutura necessária para as suas formações como cidadãos livres, conscientes e preparados para atuar

profissionalmente nos mais diversos campos da atividade social.

A Lei nº 10.221, de 1º de abril de 2015 dispõe sobre o Programa Estadual "Mais Bolsa Família - Escola".

O Decreto nº 30.707, de 6 de abril de 2015 altera o art. 3º do Decreto nº 14.558, de 22 de maio de 1995, que dispõe sobre a instituição de Colegiado nas Unidades de Ensino, modificado pelos Decretos nº 24.528, de 5 de setembro de 2008 e pelo Decreto nº 30.275, de 18 de agosto de 2014.

O Decreto nº 30.736, de 23 de abril de 2015 altera dispositivos do Decreto nº 22.905, de 2 janeiro de 2007, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Educação. Fica acrescentada na estrutura a Secretaria-Adjunta de Assuntos Jurídicos com a Assessoria Especial, a Assessoria Jurídica, a Supervisão Jurídica de Licitações e Contratos, a Supervisão Jurídica de Convênios, a Supervisão Jurídica de Processo Administrativo Disciplinar, a Supervisão Jurídica de Assuntos Administrativos e a Supervisão de Assuntos Judiciais.

A Lei nº 10.269, de 26 de junho de 2015 altera a Lei Estadual nº 9.860, de 1º de julho de 2013, que dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração dos integrantes do Subgrupo Magistério da Educação Básica.

A Lei nº 10.270, de 26 de junho de 2015 estabelece diretrizes para o Programa Escola Sustentável e do selo de mesmo nome na rede escolar do Estado.

A Medida Provisória nº 204, de 2 de julho de 2015, convertida na Lei nº 10.294 de 19 de agosto de 2015, altera a Lei nº 10.221, de 1º de abril de 2015, que dispõe sobre o Programa Estadual "Mais Bolsa Família - Escola".

O Decreto nº 30.926, de 9 de julho de 2015 regulamenta a Lei nº 10.221, de 1º de abril de 2015, que dispõe sobre o Programa Estadual "Mais Bolsa Família - Escola".

O Decreto nº 31.110, de 11 de setembro de 2015 altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 30.620, de 02 de janeiro de 2015, que instituiu o Programa "Escola Digna".

O Decreto nº 31.139, de 22 de setembro de 2015 regulamenta a instituição do Fundo Escola Digna, criado pela Lei nº 10.307, de 10 de setembro de 2015.

Fica criado, na estrutura da Secretaria de Estado da Educação, por meio da Medida Provisória nº 212, de 17 de dezembro de 2015 convertida na Lei nº 10.414, de 7 de março de 2016, o Programa de Educação Integral (PROEIN), com a finalidade de planejar e executar ações educacionais focadas em conteúdo, método e gestão, direcionadas para a melhoria da oferta e qualidade do ensino no Sistema Estadual de Ensino, segundo princípios da corresponsabilidade e coparticipação, envolvendo Estado, municípios, comunidades, entidades civis e classe empresarial.

O Decreto nº 31.435, de 29 de dezembro de 2015 regulamenta a Medida Provisória nº 212, que cria o Programa de Educação Integral (PROEIN), no Sistema Estadual de Ensino.

2016

O Decreto nº 31.469, de 4 de janeiro de 2016 altera o nome das escolas da rede pública estadual de ensino.

O Decreto nº 31.520, de 29 de fevereiro de 2016 altera o Decreto nº 31.435, de 29 de dezembro de 2015, que regulamenta a Medida Provisória nº 212,

que cria o Programa de Educação Integral (PROEIN), no Sistema Estadual de Ensino.

O Decreto nº 31.515, de 29 de fevereiro de 2016 dispõe sobre a coordenação da Mobilização de Alfabetização do Maranhão.

A coordenação da Mobilização de Alfabetização do Maranhão nos municípios integrantes do Plano "Mais IDH" compete à Secretaria de Estado da Educação (SEDUC).

A Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), órgão coordenador do Plano "Mais IDH", nos termos do Decreto nº 30.612, de 02 de janeiro de 2015, deverá acompanhar todas as ações da Mobilização de Alfabetização, quando desenvolvidas nas 30 cidades definidas como âmbito territorial do citado plano.

O Decreto nº 31.643, de 19 de abril de 2016 altera o Decreto nº 31.538, de 11 de março de 2016, que dispõe sobre o Regime de Trabalho dos Servidores do Subgrupo Magistério da Educação Básica do Sistema Estadual de Ensino.

O Decreto nº 31.677, de 29 de abril de 2016 altera o Decreto nº 31.358, de 20 de novembro de 2015, que dispõe sobre enquadramento das Unidades Regionais de Educação em módulos regionais de Grande Porte, Médio Porte e Porte Básico.

O Decreto nº 31.861, de 14 de junho de 2016 extingue da estrutura da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) a Supervisão da Folha de Pagamento das Unidades Regionais, a Supervisão de Cadastro de Pessoal das Unidades Regionais e a Supervisão de Acompanhamento do Exercício Funcional.

O Decreto nº 32.090, de 15 de agosto de 2016 regulamenta os artigos 60 e

61 da Lei nº 9.860, de 1º de julho de 2013, que dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração dos integrantes do Subgrupo Magistério da Educação Básica.

O Decreto nº 32.182, de 16 de setembro de 2016 estabelece critérios para locação de imóveis de terceiros pelo Governo do Estado do Maranhão, através da Secretaria de Estado da Educação e da Secretaria de Estado da Saúde.

O Decreto nº 32.288, de 25 de outubro de 2016 altera o Decreto nº 22.929, de 23 de janeiro de 2007, que dispõe sobre a composição das Unidades Regionais.

A Medida Provisória nº 226, de 25 de novembro de 2016 altera a Lei nº 9.860, de 1º de julho de 2013, que dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração dos integrantes do Subgrupo Magistério da Educação Básica.

O Decreto nº 32.288, de 25 de outubro de 2016 altera o Decreto nº 22.929, de 23 de janeiro de 2007, que dispõe sobre a composição das Unidades Regionais.

O Decreto nº 32.298, de 31 de outubro de 2016 organiza a Rede Estadual de Ensino do Estado do Maranhão.

O Decreto nº 32.546, de 19 de dezembro de 2016 altera nomenclatura de Escolas da Rede Pública Estadual de Ensino. O Centro de Ensino Fortunado Moreira Neto, localizado no Município de Lajeado Novo, da Unidade Regional de Ensino (URE) de Imperatriz, passa a denominar-se Centro de Ensino Professor Carlos Alberto Monteiro de Macedo e o Centro de Ensino Livino de Sousa Rezende, localizado no Município de Itaipava do Grajaú, da Unidade Regional de Ensino (URE) de Barra do Corda, passa

a denominar-se Centro de Ensino Gregório Alves Torres.

O Decreto nº 32.555, de 19 de dezembro de 2016 transforma em Centros de Ensino de Tempo Integral escolas da Rede Estadual de Ensino do Estado do Maranhão.

2017

O Decreto nº 32.596, de 19 de janeiro de 2017 altera o Decreto nº 30.620, de 2 de janeiro de 2015, que Institui o Programa "Escola Digna".

A Medida Provisória nº 230, de 9 de fevereiro de 2017, convertida na Lei nº 10.568, de 15 de março de 2017 altera a Lei nº 9.860, de 1º de julho de 2013, que dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração dos integrantes do Subgrupo Magistério da Educação Básica.

O Decreto nº 32.672-B, de 6 de março de 2017 altera o Decreto nº 31.538, de 11 de março de 2016, que dispõe sobre o Regime de Trabalho dos Servidores do Subgrupo Magistério da Educação Básica do Sistema Estadual de Ensino.

O Decreto nº 32.683, de 8 de março de 2017 reorganiza a Rede Estadual de Ensino do Estado do Maranhão e revoga o Decreto nº 32.298, de 31 de outubro de 2016.

O Decreto nº 32.685, de 8 de março de 2017 regulamenta o processo de Estágio Não-Obrigatório para estudantes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Ensino Médio Regular e nas suas Modalidades das Escolas da Rede Pública Estadual do Maranhão.

A Lei nº 10.572, de 22 de março de 2017 altera a Lei nº 9.860, de 1º de julho de 2013, que dispõe sobre o Estatuto e o

Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração dos integrantes do Subgrupo Magistério da Educação Básica.

O Decreto nº 32.882, de 5 de maio de 2017 altera o Decreto nº 31.538, de 11 de março de 2016, que dispõe sobre o Regime de Trabalho dos Servidores do Subgrupo Magistério da Educação Básica do Sistema Estadual de Ensino.

A Lei nº 10.606, de 30 de junho de 2017 institui o Projeto "Remição pela Leitura" no âmbito dos Estabelecimentos Penais do Estado do Maranhão.

A Lei nº 10.614, de 5 de julho de 2017 institui o Programa Estadual "Mais Alfabetização".

A Medida Provisória nº 242, de 04 de agosto de 2017, convertida na Lei nº 10.679, de 13 de setembro de 2017, institui o Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar Indígena no Estado do Maranhão - PEATEIND/MA, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), com o objetivo de propiciar acesso aos meios de transporte e transferir recursos financeiros diretamente aos Municípios que realizem, nos seus respectivos territórios, o transporte escolar de alunos indígenas da rede pública estadual, em caráter complementar ao repasse do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar.

O Decreto nº 33.222, de 11 de agosto de 2017 regulamenta o art. 40 da Lei Estadual nº 9.860, de 1º de julho de 2013, que dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração dos integrantes do Subgrupo Magistério da Educação Básica.

A Lei nº 10.664, de 28 de agosto de 2017 normaliza a estruturação e o funcionamento dos Colégios Militares Tiradentes, criação da Unidade V, em

Timon, regulamentação da Unidade IV, em Caxias.

O Decreto nº 33.344, de 14 de setembro de 2017 reorganiza a rede estadual de Ensino do Estado do Maranhão.

O Decreto nº 33.631, de 14 de novembro de 2017 altera o Decreto nº 30.620, de 2 de Janeiro de 2015, que institui o Programa "Escola Digna".

O Decreto nº 33.708, de 14 de dezembro de 2017 reorganiza a Rede Estadual de Ensino do Estado do Maranhão.

2018

A Medida Provisória nº 269, de 02 de fevereiro de 2018 altera a Lei nº 9.860, de julho de 2013, que dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração dos integrantes do Subgrupo Magistério da Educação Básica.

O Decreto nº 33.824, de 23 de fevereiro de 2018 regulamenta o art. 3º da Lei Estadual nº 10.414, de 7 de março de 2016, que cria o Programa de Educação Integral, no Sistema Estadual de Ensino.

O Decreto nº 33.825, de 23 de fevereiro de 2018 transforma em Centros de Ensino de Tempo Integral Escolas da Rede Estadual de Ensino do Estado do Maranhão.

O Decreto nº 33.854, de 5 de março de 2018 altera o Decreto nº 14.558, de 22 de maio de 1995, que dispõe sobre instituição de Colegiado nas Unidades Estaduais de Ensino.

O Decreto nº 33.979, de 3 de abril de 2018 denomina Centro de Ensino Dep. Humberto Coutinho, a escola estadual no

Bairro Bacuri, localizado no Município de Caxias, no Estado do Maranhão.

Fica instituído, por meio do Decreto nº 34.016, de 18 de abril de 2018, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), o Cartão de Pagamento do Estado do Maranhão para pagamento de despesas contratadas para prestação de serviços, fornecimento de bens de consumo e despesas de capital.

O Decreto nº 34.257, de 22 de junho de 2018 altera o Decreto nº 22.905, de 2 de janeiro de 2007, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC).

O Decreto nº 34.546, de 7 de novembro de 2018 institui o Programa Estadual de Formação de Lideranças na Área de Educação.

O Decreto nº 34.555, de 12 de novembro de 2018 dispõe sobre o exercício de garantias constitucionais no ambiente escolar da rede estadual do Maranhão.

19.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.046, de 23 de maio de 2014.** Regulamenta os arts. 44 a 50 da Lei nº 9.860/2013, Estatuto do Educador, que dispõem sobre remoção dos integrantes do Subgrupo Magistério da Educação Básica da Secretaria de Estado da Educação. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 98, de 23 de maio de 2014, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.099, de 11 de junho de 2014.** Aprova o Plano Estadual de Educação do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 111, de 11 de junho de 2014, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 179, de 1º de julho de 2014.** Altera e dá nova redação a dispositivos da Lei nº 5.774, de 15 de outubro de 1993, que dispõe sobre a criação da Fundação Nice Lobão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 126, de 03 de julho de 2014, p.1

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.117, de 11 de julho de 2014.** Altera a Lei nº 9.479, de 21 de outubro de 2011, que instituiu a Fundação da Memória Republicana Brasileira. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 132, de 11 de julho de 2014, p.1

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.231, de 22 de julho de 2014.** Altera dispositivos do Decreto nº 22.905, de 02 de janeiro de 2007, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 139, de 22 de julho de 2014, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.140, de 02 de setembro de 2014.** Altera e dá nova redação a dispositivos da Lei nº 5.774, de 15 de outubro de 1993, que dispõe sobre a criação da Fundação Nice Lobão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 171, de 04 de setembro de 2014, p.33.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 02 de janeiro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.620, de 02 de janeiro de 2015.** Institui o Programa "Escola Digna", e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do

Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 02 de janeiro de 2015, p.29.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 45, de 10 de março de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.221, de 1º de abril de 2015.** Dispõe sobre o Programa Estadual "Mais Bolsa Família - Escola". Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 63, de 07 de abril de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.707, de 6 de abril de 2015.** Altera o art. 3º do Decreto nº 14.558, de 22 de maio de 1995, que dispõe sobre a instituição de Colegiado nas Unidades de Ensino, modificado pelos Decretos nº 24.528, de 5 de setembro de 2008 e pelo Decreto nº 30.275, de 18 de agosto de 2014, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 63, de 07 de abril de 2015, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.736, de 23 de abril de 2015.** Altera dispositivos do Decreto nº 22.905, de 2 de janeiro de 2007, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Educação e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 75, de 24 de abril de 2015, p.15.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.269, de 26 de junho de 2015.** Altera a Lei Estadual nº 9.860, de 1º de julho de 2013, que dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração dos integrantes do Subgrupo Magistério da Educação Básica e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão,

Poder Executivo, Maranhão, 117, de 26 de junho de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.270, de 26 de junho de 2015.** Estabelece diretrizes para o Programa Escola Sustentável e do selo de mesmo nome na rede escolar do Estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 117, de 26 de junho de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 204, de 2 de julho de 2015.** Altera dispositivo da Lei nº 10.221, de 1º de abril de 2015, que dispõe sobre o Programa Estadual "Mais Bolsa Família - Escola". Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 120, de 2 de julho de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.926, de 9 de julho de 2015.** Regulamenta a Lei nº 10.221, de 1º de abril de 2015, que dispõe sobre o Programa Estadual "Mais Bolsa Família - Escola", e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 126, de 10 de julho de 2015, p.7.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.294 de 19 de agosto de 2015.** Altera dispositivo da Lei nº 10.221, de 1º de abril de 2015, que dispõe sobre o Programa Estadual "Mais Bolsa Família - Escola". Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 156, de 24 de agosto de 2015, p.53.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.110, de 11 de setembro de 2015.** Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 30.620, de 02 de janeiro de 2015, que instituiu o Programa "Escola Digna". Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 168, de 11 de setembro de 2015, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.139, de 22 de setembro de 2015.** Regulamenta a instituição do Fundo Escola Digna, criado pela Lei nº 10.307, de 10 de setembro de 2015, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 175, de 22 de setembro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 212, de 17 de dezembro de 2015.** Cria o Programa de Educação Integral, no Sistema Estadual de Ensino e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 233, de 17 de dezembro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.435, de 29 de dezembro de 2015.** Regulamenta a Medida Provisória nº 212, que cria o Programa de Educação Integral (PROEIN), no Sistema Estadual de Ensino e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 239, de 29 de dezembro de 2015, p.21.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.469, de 4 de janeiro de 2016.** Altera o nome das escolas da rede pública estadual de ensino. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 34, de 23 de fevereiro de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.520, de 29 de fevereiro de 2016.** Altera o Decreto nº 31.435, de 29 de dezembro de 2015, que regulamenta a Medida Provisória nº 212, que cria o Programa de Educação Integral (PROEIN), no Sistema Estadual de Ensino e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 38, de 29 de fevereiro de 2016, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.515, de 29 de fevereiro de 2016.** Dispõe sobre a coordenação da

Mobilização de Alfabetização do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 38, de 29 de fevereiro de 2016, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.414, de 7 de março de 2016.** Cria o Programa de Educação Integral, no Sistema Estadual de Ensino e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 46, de 10 de março de 2016, p.53.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.643, de 19 de abril de 2016.** Altera o art. 1º do Decreto nº 31.538, de 11 de março de 2016, que dispõe sobre o Regime de Trabalho dos Servidores do Subgrupo Magistério da Educação Básica do Sistema Estadual de Ensino, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 72, de 19 de abril de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.677, de 29 de abril de 2016.** Altera o Decreto nº 31.358, de 20 de novembro de 2015, que dispõe sobre enquadramento das Unidades Regionais de Educação em módulos regionais de Grande Porte, Médio Porte e Porte Básico e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 79, de 29 de abril de 2016, p.12.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.861, de 14 de junho de 2016.** Extingue setores e altera a nomenclatura de cargos comissionados da estrutura da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 111, de 16 de junho de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.090, de 15 de agosto de 2016.** Regulamenta os artigos 60 e 61 da Lei nº 9.860, de 1º de julho de 2013, que dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Carreiras,

Cargos e Remuneração dos integrantes do Subgrupo Magistério da Educação Básica, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 151, de 15 de agosto de 2016, p.22.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.182, de 16 de setembro de 2016.** Estabelece critérios para locação de imóveis de terceiros pelo Governo do Estado do Maranhão, através da Secretaria de Estado da Educação e da Secretaria de Estado da Saúde. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 174, de 19 de setembro de 2016, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.288, de 25 de outubro de 2016.** Altera o Decreto nº 22.929, de 23 de janeiro de 2007, que dispõe sobre a composição das Unidades Regionais. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 200, de 26 de outubro de 2016, p.3. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 219, de 25 de novembro de 2016, p.2. Republicado por Incorreção. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 14, de 19 de janeiro de 2017, p.1. Republicado por Incorreção.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.298, de 31 de outubro de 2016.** Organiza a Rede Estadual de Ensino do Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 202, de 31 de outubro de 2016, p.7.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 226, de 25 de novembro de 2016.** Altera a Lei nº 9.860, de 1º de julho de 2013, que dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração dos integrantes do Subgrupo Magistério da Educação Básica, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão,

Poder Executivo, Maranhão, 219, de 25 de novembro de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.546, de 19 de dezembro de 2016.** Altera nomenclatura de Escolas da Rede Pública Estadual de Ensino, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 234, de 19 de dezembro de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.555, de 19 de dezembro de 2016.** Transforma em Centros de Ensino de Tempo Integral escolas da Rede Estadual de Ensino do Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 235, de 20 de dezembro de 2016, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.596, de 19 de janeiro de 2017.** Altera o Decreto nº 30.620, de 2 de janeiro de 2015, que Institui o Programa "Escola Digna", e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 14, de 19 de janeiro de 2017, p.7.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 230, de 9 de fevereiro de 2017.** Altera a Lei nº 9.860, de 1º de julho de 2013, que dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração dos integrantes do Subgrupo Magistério da Educação Básica, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 29, de 9 de fevereiro de 2017, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.672-B, de 6 de março de 2017.** Altera o Decreto nº 31.538, de 11 de março de 2016. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 44, de 07 de março de 2017, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.683, de 8 de março de 2017.**

Reorganiza a Rede Estadual de Ensino do Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 45, de 08 de março de 2017, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.685, de 8 de março de 2017.** Dispõe sobre o regulamento do processo de Estágio Não-Obrigatório para estudantes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Ensino Médio Regular e nas suas Modalidades das Escolas da Rede Pública Estadual do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 46, de 09 de março de 2017, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.568, de 15 de março de 2017.** Altera a Lei nº 9.860, de 1º de julho de 2013, que dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração dos integrantes do Subgrupo Magistério da Educação Básica, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 52, de 17 de março de 2017, p.25.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.572, de 22 de março de 2017.** Altera a Lei nº 9.860, de 1º de julho de 2013, que dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração dos integrantes do Subgrupo Magistério da Educação Básica, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 56, de 23 de março de 2017, p.1

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.882, de 5 de maio de 2017.** Altera o Decreto nº 31.538, de 11 de março de 2016, que dispõe sobre o Regime de Trabalho dos Servidores do Subgrupo Magistério da Educação Básica do Sistema Estadual de Ensino, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 84, de 8 de maio de 2017, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.606, de 30 de junho de 2017.** Institui o Projeto "Remição pela Leitura" no âmbito dos Estabelecimentos Penais do Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 120, de 30 de junho de 2017, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.614, de 5 de julho de 2017.** Institui o Programa Estadual "Mais Alfabetização" e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 125, de 07 de julho de 2017, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 33.222, de 11 de agosto de 2017.** Regulamenta o art. 40 da Lei Estadual nº 9.860, de 1º de julho de 2013, que dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração dos integrantes do Subgrupo Magistério da Educação Básica e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 149, de 11 de agosto de 2017, p.19.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.664, de 28 de agosto de 2017.** Dispõe sobre a normalização, estruturação e o funcionamento dos Colégios Militares Tiradentes, criação da Unidade V, em Timon, regulamentação da Unidade IV, em Caxias e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 160, de 28 de agosto de 2017, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 33.344, de 14 de setembro de 2017.** Reorganiza a rede estadual de Ensino do Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 171, de 14 de setembro de 2017, p.15.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.679, DE 13 de setembro de 2017.** Institui o Programa Estadual de Apoio ao Transporte

Escolar Indígena - PEATEIND/ MA no Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 172, de 15 de setembro de 2017, p.35.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 33.631, de 14 de novembro de 2017.** Altera o Decreto nº 30.620, de 2 de Janeiro de 2015, que institui o Programa "Escola Digna". Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 213, de 16 de novembro de 2017, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 33.708, de 14 de dezembro de 2017.** Reorganiza a Rede Estadual de Ensino do Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 233, de 15 de dezembro de 2017, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 269, de 02 de fevereiro de 2018.** Altera a Lei nº 9.860, de julho de 2013, que dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração dos integrantes do Subgrupo Magistério da Educação Básica e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 24, de 02 de fevereiro de 2018, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 33.824, de 23 de fevereiro de 2018.** Regulamenta o art. 3º da Lei Estadual nº 10.414, de 7 de março de 2016, que cria o Programa de Educação Integral, no Sistema Estadual de Ensino, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 36, de 23 de fevereiro de 2018, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 33.825, de 23 de fevereiro de 2018.** Transforma em Centros de Ensino de Tempo Integral Escolas da Rede Estadual de Ensino do Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder

Executivo, Maranhão, 36, de 23 de fevereiro de 2018, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 33.854, de 5 de março de 2018.** Altera o Decreto nº 14.558, de 22 de maio de 1995, que dispõe sobre instituição de Colegiado nas Unidades Estaduais de Ensino, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 42, de 5 de março de 2018, p.38.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 33.979, de 3 de abril de 2018.** Denomina Centro de Ensino Dep. Humberto Coutinho escola estadual no Bairro Bacuri no Município de Caxias - MA. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 61, de 3 de abril de 2018, p.36.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 34.016, de 18 de abril de 2018.** Institui o Cartão de Pagamento do Estado do Maranhão no âmbito da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 73, de 19 de abril de 2018, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 34.257, de 22 de junho de 2018.** Altera o Decreto nº 22.905, de 2 de janeiro de 2007, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 117, de 25 de junho de 2018, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 34.546, de 7 de novembro de 2018.** Institui o Programa Estadual de Formação de Lideranças na Área de Educação e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 211, de 08 de novembro de 2018, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 34.555, de 12 de novembro de 2018.** Dispõe sobre o exercício de garantias constitucionais no ambiente escolar da rede estadual do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 213, de 12 de novembro de 2018, p.7.

**SECRETARIA DE ESTADO
DA INFRAESTRUTURA –
SINFRA**

20 SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA - SINFRA

20.1 NATUREZA

Administração Direta.

20.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei nº 1.703, de 31 de dezembro de 1958.

20.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA (SINFRA) tem por finalidade de formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar as políticas públicas, programas e projetos de obras de infraestrutura e de transportes, conforme disposto na Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e na Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.

20.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

2014

A Lei nº 9.985, de 11 de fevereiro de 2014 dispõe sobre o Sistema de Serviço Público de Transporte Aquaviário Intermunicipal de Passageiros, Veículos e Cargas do Estado do Maranhão (SPTAI). Os serviços do SPTAI serão operacionalmente planejados, coordenados, controlados, concedidos, permitidos, regulados e fiscalizados pela SINFRA, ressalvada a competência da autoridade marítima e demais órgãos de fiscalização.

2015

Por meio da Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, a Secretaria de Estado da Infraestrutura passa ter a finalidade de formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar as

políticas públicas, programas e projetos de obras de infraestrutura e de transportes.

O Departamento Estadual de Infraestrutura e Transporte (DEINT) passa denominar Agência Estadual de Mobilidade Urbana (MOB) vinculada à Secretaria de Estado da Infraestrutura.

Fica mantido o Conselho de Transportes Intermunicipais de Passageiros e Terminais.

Os bens, os direitos e as obrigações do Departamento Estadual de Infraestrutura e Transporte (DEINT) passa para a Agência Estadual de Mobilidade Urbana (MOB).

Os servidores efetivos lotados do Departamento Estadual de Infraestrutura e Transporte (DEINT) ficam redistribuídos para a Agência Estadual de Transporte e Mobilidade Urbana (MOB).

Fica revogada a Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências.

A Medida Provisória nº 195, de 17 de março de 2015 convertida na Lei nº 10.225, de 15 de abril de 2015 define as atribuições da Agência Estadual de Mobilidade Urbana (MOB); mantém as atribuições do Departamento Estadual de Infraestrutura e Transporte - DEINT a Secretaria de Estado da Infraestrutura (SINFRA); dá nova finalidade a Secretaria de Estado da Infraestrutura; transferem os contratos, convênios e obrigações contraídos pelo Departamento Estadual de Infraestrutura e Transportes (DEINT) para a Secretaria de Estado da Infraestrutura (SINFRA); e transferem os contratos, convênios e obrigações relativos às políticas de transportes ferroviário, rodoviário e aquaviário, bem como seus respectivos modais da Secretaria de Estado

da Infraestrutura (SINFRA) para a Agência Estadual de Mobilidade Urbana (MOB).

Decreto nº 30.765, de 13 de maio de 2015 altera o Decreto nº 28.528, de 17 de agosto de 2013, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Infraestrutura (SINFRA).

Fica incluída na estrutura a Secretaria-Adjunta de Manutenção de Obras Rodoviárias (SEAMOR) com a Superintendência de Manutenção e Conservação com Supervisão de Regionais, a Supervisão de Cadastro e Fiscalização, a Superintendência de Planejamento e Gerenciamento de Rodovias com a Supervisão de Banco de Dados, a Supervisão de Custos de Manutenção e Uso de Faixas de Domínio, a Supervisão de Gerenciamento de Pavimentos e a Superintendência de Faixa de Domínio com Supervisão de Fiscalização e Supervisão de Cadastro.

Fica criado por meio da Lei Complementar nº 179, de 29 de dezembro de 2015 o Fundo de Transporte e Mobilidade Urbana (FTMU), de natureza orçamentária e dotado de autonomia administrativa, financeira e contábil.

2016

O Decreto nº 31.489, de 4 de fevereiro de 2016 transfere as obrigações e responsabilidades das obras e reformas realizadas no âmbito das Secretarias de Estado da Saúde (SES), da Segurança Pública (SSP) e da Educação (SEDUC) para a Secretaria de Estado da Infraestrutura (SINFRA).

O Decreto nº 31.499, de 16 de fevereiro de 2016 transfere para a Secretaria de Estado da Infraestrutura (SINFRA) a competência para a execução, direta ou indireta, de obras e serviços de engenharia voltados ao atendimento das

políticas públicas de educação, saúde e segurança, inclusive as contempladas no Programa Escola Digna e as decorrentes de convênios ou instrumentos congêneres celebrados com órgãos e entidades da administração pública federal.

O Decreto nº 31.600, de 8 de abril de 2016 regulamenta o Fundo Estadual de Transporte e Mobilidade Urbana – FTMU criado pela Lei Complementar nº 179, de 29 de dezembro de 2015.

O Decreto nº 31.601, de 8 de abril de 2016 aprova o Regimento Interno da Agência Estadual de Transporte e Mobilidade Urbana (MOB).

Fica criado por meio da Lei nº 10.538, de 12 de dezembro de 2016 o Sistema Estadual de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Maranhão (STRP/MA).

O Estado do Maranhão por meio da Agência Estadual de Transporte e Mobilidade Urbana (MOB) terá a competência de explorar, organizar, dirigir, coordenar, fiscalizar, executar, delegar, extinguir, reverter, encampar e controlar a prestação de serviços públicos relativos ao STRP/MA.

2017

O Decreto nº 32.733, de 22 de março de 2017 organiza a Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos (MOB).

A Lei nº 10.582, de 24 de abril de 2017 institui o Programa Estadual de Apoio à Pavimentação das Vias Públicas Municipais (Programa Mais Asfalto) no âmbito do Estado do Maranhão.

O Decreto nº 33.446, de 13 de outubro de 2017 altera o art. 1º do Decreto nº 31.499, de 16 de fevereiro de 2016 que

transfere para a Secretaria de Estado da Infraestrutura (SINFRA) a competência para a execução de obras e serviços de engenharia voltados ao atendimento das políticas públicas de educação, saúde e segurança.

20.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.985, de 11 de fevereiro de 2014.** Dispõe sobre o Sistema de Serviço Público de Transporte Aquaviário Intermunicipal de Passageiros, Veículos e Cargas do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 29, de 11 de fevereiro de 2014, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 02 de janeiro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 45, de 10 de março de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 195, de 17 de março de 2015.** Dispõe sobre as atribuições da Agência Estadual de Mobilidade Urbana (MOB) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 50, de 17 de março de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.225, de 15 de abril de 2015.** Dispõe sobre as atribuições da Agência Estadual de Mobilidade Urbana (MOB) e dá outras

providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 71, de 17 de abril de 2015, p.31.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.765, de 13 de maio de 2015.** Altera o Decreto nº 28.528, de 17 de agosto de 2013, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Infraestrutura (SINFRA) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 87, de 13 de maio de 2015, p.24.

MARANHÃO (Estado). **Lei Complementar nº 179, de 29 de dezembro de 2015.** Cria o Fundo Estadual de Transporte e Mobilidade Urbana e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 239, de 29 de dezembro de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.489, de 4 de fevereiro de 2016.** Dispõe sobre a transferência das obrigações e responsabilidades das obras e reformas realizadas no âmbito das Secretarias de Estado da Saúde (SES), da Segurança Pública (SSP) e da Educação (SEDUC) para a Secretaria de Estado da Infraestrutura (SINFRA). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 24, de 04 de fevereiro de 2016, p.49.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.499, de 16 de fevereiro de 2016.** Transfere para a Secretaria de Estado da Infraestrutura (SINFRA) a competência para a execução de obras e serviços de engenharia voltados ao atendimento das políticas públicas de educação, saúde e segurança, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 29, de 16 de fevereiro de 2016, p.5. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo,

Maranhão, 32, de 19 de fevereiro de 2016, p.1. Republicado por Incorreção.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.600, de 8 de abril de 2016.** Regulamenta o Fundo Estadual de Transporte e Mobilidade Urbana (FTMU), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 65, de 8 de abril de 2016, p.7.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.601, de 8 de abril de 2016.** Aprova o Regimento Interno da Agência Estadual de Transporte e Mobilidade Urbana (MOB). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 65, de 8 de abril de 2016, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.538, DE 12 de dezembro de 2016.** Dispõe sobre a Estruturação do Sistema de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Maranhão (STRP), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 229, de 12 de dezembro de 2016, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.733, de 22 de março de 2017.** Dispõe sobre a organização da Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos - MOB, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 63, de 3 de abril de 2017, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.582, de 24 de abril de 2017.** Institui o Programa Estadual de Apoio à Pavimentação das Vias Públicas Municipais (Programa Mais Asfalto) no âmbito do Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 76, de 25 de abril de 2017, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 33.446, de 13 de outubro de 2017.** Altera

o art. 1º do Decreto nº 31.499, de 16 de fevereiro de 2016. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 191, de 13 de outubro de 2017, p.10.

**SECRETARIA DE ESTADO
DO MEIO AMBIENTE E
RECURSOS NATURAIS -
SEMA**

21 SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS (SEMA)

21.1 NATUREZA

Administração Direta.

21.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei nº 4.014, de 26 de abril de 1979.

21.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS (SEMA) tem por finalidade planejar e coordenar a execução das políticas relativas à promoção, organização, normatização, fiscalização e controle das ações relativas à exploração e preservação do meio ambiente e dos recursos naturais, conforme disposto na Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.

21.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

2014

O Decreto nº 29.929, de 4 de abril de 2014 atribui à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA) a competência de que trata o art. 1º da Lei nº 9.707, de 10 de outubro de 2012 - Código de Licitações e Contratos do Estado do Maranhão.

A Lei nº 10.107, de 25 de junho de 2014 aprova o Regimento da SEMA.

2015

Por meio da Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais passa ter a finalidade de planejar e coordenar a execução das políticas relativas à promoção,

organização, normatização, fiscalização e controle das ações relativas à exploração e preservação do meio ambiente e dos recursos naturais.

Fica mantido o Fundo Especial do Meio Ambiente (FEMA), o Fundo Estadual de Recursos Hídricos, o Fundo Estadual de Unidades de Conservação (FEUC) o Conselho Estadual do Meio Ambiente e o Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

Fica revogada a Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências.

Fica revogada a Lei nº 9.505, de 23 de novembro de 2011, que acrescenta dispositivo à Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo.

2016

A Resolução nº 009/2015 aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA).

A Resolução CIEA nº 02, de 12 de abril de 2016 aprova o regimento interno da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado do Maranhão CIEA/MA.

A Resolução CONERH nº 018/2016 institui a Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos (CTEM).

A Resolução CIEA nº 03, de 12 de julho de 2016 institui as Subcomissões Temporárias de Educação Ambiental Formal, não - Formal e de normas e legislações criadas por meio do regimento interno da Comissão Interinstitucional de

Educação Ambiental do Maranhão (CIEA/MA).

A Lei nº 10.535, de 7 de dezembro de 2016 dispõe sobre a gestão da fauna silvestre brasileira e exótica no âmbito do Estado.

2017

A Lei nº 10.595, de 24 de maio de 2017 institui o Programa Maranhão Verde, destinado a fomentar e desenvolver projetos voltados para apoio à conservação e recuperação ambiental.

O Decreto nº 32.969, de 5 de junho de 2017 regulamenta o Programa "Maranhão Verde", instituído pela Lei Estadual nº 10.595, de 24 de maio de 2017, destinado a fomentar e desenvolver Projetos de Apoio à Conservação e à Recuperação Ambiental.

O Decreto nº 33.569, de 3 de novembro de 2017 dispõe sobre a Adesão do Estado do Maranhão ao Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas - PROCOMITÊS.

21.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 29.929, de 4 de abril de 2014.** Atribui à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA competência para a finalidade que especifica. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 66, de 4 de abril de 2014, p.12.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.107, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Regimento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 120, de 25 de junho de 2014, p.11.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 02 de janeiro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 45, de 10 de março de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Resolução nº 009/2015.** Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 13, de 20 de janeiro de 2016, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Resolução CIEA nº 02, de 12 de abril de 2016.** Aprova o Regimento Interno da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado do Maranhão CIEA/MA. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 138, de 26 de julho de 2016, p.25.

MARANHÃO (Estado). **Resolução CONERH nº 018/2016.** Institui a Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos - CTEM. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 66, de 11 de abril de 2016, p.49.

MARANHÃO (Estado). **Resolução CIEA nº 03, de 12 de julho de 2016.** Institui as Subcomissões Temporárias de Educação Ambiental Formal, não - Formal e de normas e legislações criadas por meio do regimento interno da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Maranhão - CIEA/MA. Diário Oficial do

Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 138, de 26 de julho de 2016, p.28.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.535, de 7 de dezembro de 2016.** Dispõe sobre a gestão da fauna silvestre brasileira e exótica no âmbito do Estado e estabelece outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 227, de 7 de dezembro de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.595, de 24 de maio de 2017.** Institui o Programa Maranhão Verde, destinado a fomentar e desenvolver projetos voltados para apoio à conservação e recuperação ambiental. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 97, de 25 de maio de 2017, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.969, de 5 de junho de 2017.** Regulamenta o Programa "Maranhão Verde", instituído pela Lei Estadual nº 10.595, de 24 de maio de 2017, destinado a fomentar e desenvolver Projetos de Apoio à Conservação e à Recuperação Ambiental. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 105, de 6 de junho de 2017, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 33.569, de 3 de novembro de 2017.** Dispõe sobre a Adesão do Estado do Maranhão ao Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas - PROCOMITÊS e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 206, de 6 de novembro de 2017, p.12.

**SECRETARIA DE ESTADO
DA MULHER - SEMU**

22 SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER - SEMU

22.1 NATUREZA

Administração Direta.

22.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei nº 8.559 de 28 de dezembro de 2006.

22.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER (SEMUR) tem por finalidade planejar, organizar, dirigir e controlar planos, programas, projetos e ações que visem à defesa dos direitos da mulher, assegurando sua plena participação na vida socioeconômica, política e cultural do Estado bem como articular com setores da sociedade civil e órgãos públicos e privados para o desenvolvimento de ações e campanhas educativas relacionadas às suas atribuições, conforme o disposto na Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.

22.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

2014

O Decreto nº 29.764, de 17 de janeiro de 2014 aprova o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres (PEPM) e institui o Comitê de Articulação.

A Medida Provisória nº 160, de 17 de dezembro de 2013 convertida na Lei nº 9.992, de 13 de fevereiro de 2014 dispõe sobre o Programa Viva Mulher. O Programa fica vinculado à Secretaria de Estado da Mulher, a ser desenvolvido, de forma continuada, nos municípios do Estado do Maranhão e tem por finalidade contribuir para a promoção da igualdade de

gênero no âmbito do Estado do Maranhão, na perspectiva do empoderamento das mulheres, por meio do desenvolvimento de suas autonomias.

2015

Por meio da Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, a Secretaria de Estado da Mulher passa ter a finalidade de planejar, organizar, dirigir e controlar planos, programas, projetos e ações que visem à defesa dos direitos da mulher, assegurando sua plena participação na vida socioeconômica, política e cultural do Estado bem como articular com setores da sociedade civil e órgãos públicos e privados para o desenvolvimento de ações e campanhas educativas relacionadas às suas atribuições.

Fica mantido o Conselho Estadual da Mulher.

Fica revogada a Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências.

2016

O Decreto nº 31.531, de 11 de março de 2016 institui o Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre feminicídios, junto à Secretaria de Estado da Mulher.

2017

Fica instituída, por meio Decreto nº 33.661, de 27 de novembro de 2017, a Política Estadual de Saúde Integral da População Negra e das Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Quilombola do Maranhão e o seu 1º Plano

Operativo com base nos princípios, diretrizes, objetivos e missão da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

2018

Fica instituído por meio do Decreto nº 33.872, de 9 de março de 2018, o Selo Amigo da Mulher com o objetivo de contribuir para a igualdade de gênero no mundo do trabalho.

A Lei Complementar nº 209, de 30 de abril de 2018 regulamenta o Fundo Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

A Lei nº 10.852, de 16 de maio de 2018 institui o Programa de Atendimento Integral à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar.

22.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 29.764, de 17 de janeiro de 2014.** Aprova o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres - PEPM, institui o Comitê de Articulação e Monitoramento e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 12, de 17 de janeiro de 2014, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9. 992, de 13 de fevereiro de 2014.** Dispõe sobre o Programa Viva Mulher e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 34, de 18 de fevereiro de 2014, p.35.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras

providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 02 de janeiro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 45, de 10 de março de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.531, de 11 de março de 2016.** Institui o Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre feminicídios, junto à Secretaria de Estado da Mulher, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 47, de 11 de março de 2016, p.7.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 33.661, de 27 de novembro de 2017.** Institui a Política Estadual de Saúde Integral da População Negra e das Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Quilombola do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 220, de 27 de novembro de 2017, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 33.872, de 9 de março de 2018.** Cria o Selo Amigo da Mulher. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 46, de 9 de março de 2018, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei Complementar nº 209, de 30 de abril de 2018.** Regulamenta o Fundo Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 81, de 2 de maio de 2018, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.852, de 16 de maio de 2018**. Institui o Programa de Atendimento Integral à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 93, de 18 de maio de 2018, p.5.

**SECRETARIA DE ESTADO
DA SAÚDE - SES**

23 SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SES

23.1 NATUREZA

Administração Direta.

23.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Decreto nº 1.435, de 30 de dezembro de 1946.

23.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES) por meio da Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, passa ter a finalidade de formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações de saúde e saneamento.

23.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

2014

A Lei nº 9.995, de 17 de fevereiro de 2014 denomina Hospital Luiz Oliveira Carvalho, ao novo Hospital Estadual do Município de Ribamar Fiquene, Estado do Maranhão.

A Lei nº 10.011, de 11 de março de 2014 altera a redação do art. 7º da Lei nº 2.653, de 6 de junho de 1966, alterada pela Lei nº 3.886, de 3 de outubro de 1977. A Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA) será administrada por uma Diretoria composta de cinco membros, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de dois anos.

A Lei nº 10.042, de 7 de abril de 2014 dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado teste da linguinha, no Estado do Maranhão.

A Lei nº 10.085, de 20 de maio de 2014 denomina o Hospital Doutor Isaías de Jesus Cavalcante Pereira, ao Hospital Estadual do Município de Zé Doca-Maranhão.

O Decreto nº 30.190, de 9 de julho de 2014 altera dispositivos do Decreto nº 27.257, de 16 de fevereiro de 2011 que dispõe sobre a reorganização da SES.

Fica acrescentado na estrutura da SES o Hospital de Alta Complexidade do Maranhão "Dr. Carlos Macieira".

O Hospital de Referência Estadual de Alta Complexidade "Dr. Tarquínio Lopes Filho" passa a denominar-se Hospital de Câncer do Maranhão "Dr. Tarquínio Lopes Filho".

O Decreto nº 30.466, de 12 de novembro de 2014 altera denominação do Centro de Especialidades Médicas e Diagnóstico do Diamante, em São Luís. O Centro passa a denominar-se "Centro de Especialidades Médicas e Diagnóstico Luiz Alfredo Netto Guterres Soares Junior".

A Lei nº 10.188, de 30 de dezembro de 2014 denomina o Hospital Regional de Balsas de "Hospital Santos Martins" no Município de Balsas, no Estado do Maranhão.

A Lei nº 10.189, de 30 de dezembro de 2014 denomina o Hospital Regional de Caxias de "Hospital Doutor Everaldo Ferreira Aragão", no Município de Caxias, Estado do Maranhão.

2015

Por meio da Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº

10.213, de 9 de março de 2015, a Secretaria de Estado da Saúde passa ter a finalidade de formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações de saúde e saneamento.

A Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA), sociedade de economia mista, a Fundação de Saúde do Estado do Maranhão (FESMA), fundação pública e a Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares (EMSERH), empresa pública passam a ser vinculadas à Secretaria de Estado da Saúde.

Ficam mantidos o Fundo Estadual de Saúde (FES), o Fundo Estadual Antidrogas (FEAD), o Fundo Estadual de Combate ao Câncer, o Conselho Estadual de Saúde, o Conselho Estadual de Saneamento e o Conselho Estadual Antidrogas.

Fica revogada a Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências.

Fica instituída por meio do Decreto nº 30.616, de 02 de janeiro de 2015 a Força Estadual da Saúde do Maranhão (FESMA) como programa de cooperação voltado à execução de medidas de prevenção, assistência e combate a situações de risco epidemiológico.

A Lei nº 10.304, de 02 de setembro de 2015 altera a nomenclatura do Hospital Regional de Santa Inês, Maranhão para Hospital Tomás Martins localizado na Zona Urbana de Santa Inês.

Por meio da Medida Provisória nº 209, de 16 de setembro de 2015 convertida na Lei nº 10.336, de 13 de outubro de 2015 as atribuições contidas na Lei nº 8.923, de 12 de janeiro de 2009, que pertenciam à Secretaria de Estado de Saúde (SES), passam a ser da Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID), por força do disposto no art. 9º da Lei nº 10.225, de 15 de abril de 2015.

O Decreto nº 31.138, de 22 de setembro de 2015 altera a nomenclatura do Hospital Regional da Baixada Maranhense para Hospital Regional Dr. Jackson Lago.

O Decreto nº 31.259, de 29 de outubro de 2015 altera a nomenclatura do Hospital Regional de Caxias para Hospital Dr. Everaldo Ferreira Aragão.

2016

A Medida Provisória nº 215, de 4 de fevereiro de 2016, convertida na Lei nº 10.418, de 15 de março de 2016, dispõe sobre os procedimentos a serem tomados para a adoção de medidas de vigilância sanitária e epidemiológica sempre que se verificar situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor do vírus da dengue, do vírus chikungunya e do zika vírus.

O Decreto nº 31.505, de 19 de fevereiro de 2016 altera o Decreto nº 28.889, de 21 de fevereiro de 2013, que aprova o Estatuto Social da Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares (EMSERH).

A Resolução nº 31/2016 - CIB/MA, de 19 de fevereiro de 2016 dispõe sobre a reabilitação do Serviço de Oncologia do Instituto Maranhense de Oncologia Aldenora Belo (IMOAB), como Centro de

Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (CACON).

A Resolução nº 32/2016 - CIB/MA, de 19 de fevereiro de 2016 dispõe sobre reabilitação do Serviço de Oncologia do Hospital de Câncer do Maranhão Dr. Tarquínio Lopes como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON) com serviço de hematologia.

O Decreto nº 31.523-A, de 3 de março de 2016 altera o Decreto nº 27.257, de 16 de fevereiro de 2011 que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Saúde.

As competências administrativas desenvolvidas pela Secretaria-Adjunta de Engenharia e Administração passam a ser desempenhadas pela Subsecretaria de Estado da Saúde.

As unidades, superintendências e departamentos vinculados à Secretaria-Adjunta de Engenharia e Administração passam a subordinar-se a Subsecretaria de Estado da Saúde.

O Decreto nº 31.577, de 31 de março de 2016 classifica o Consultório Odontológico da Maternidade Maria do Amparo, vinculado à Secretaria de Estado da Saúde (SES) como local para fins de percepção de adicional de insalubridade.

O Decreto nº 31.806, de 30 de maio de 2016 determina a requisição administrativa de funcionários e grupos médicos que prestam serviço ao Instituto Corpore para o Desenvolvimento da Qualidade de Vida, no âmbito do Estado do Maranhão.

O Decreto nº 31.891, de 21 de junho de 2016 altera o Decreto nº 30.616/2015, que institui a Força Estadual da Saúde do Maranhão (FESMA).

O Decreto nº 31.912, de 28 de junho de 2016 altera a nomenclatura do Hospital Estadual de Alto Alegre do Pindaré passa a ser denominado Hospital Estadual Doutor William Moreira Lima.

Fica criado, por meio da Lei nº 10.492, de 18 de julho de 2016, o Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas (CEPD)-MA, órgão da estrutura administrativa da Secretaria de Estado da Saúde (SES) e integrante do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD).

O Decreto nº 32.009, de 27 de julho de 2016 denomina o Hospital Macrorregional da Cidade de Imperatriz de Dra. Ruth de Aquino Noleto.

O Decreto nº 32.061, de 5 de agosto de 2016 altera o Decreto nº 31.806, de 30 de maio de 2016, que determina a requisição administrativa de funcionários e grupos médicos que prestam serviço ao Instituto Corpore para o Desenvolvimento da Qualidade de Vida, no âmbito do Estado do Maranhão.

O Decreto nº 32.182, de 16 de setembro de 2016 estabelece critérios para locação de imóveis de terceiros pelo Governo do Estado do Maranhão, através da Secretaria de Estado da Educação e da Secretaria de Estado da Saúde.

2017

Fica instituído por meio do Decreto nº 32.659, de 24 de fevereiro de 2017 o Centro de Referência Especializado

Regionalizado de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa do Maranhão (CREAISPI/MA), entidade com gestão compartilhada entre as Secretarias Estaduais de Desenvolvimento Social (SEDES), de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) e da Saúde (SES).

A Lei nº 10.583, de 24 de abril de 2017 institui a Política Estadual de Cofinanciamento da Atenção Primária em Saúde do Estado do Maranhão – PECAPS.

O Decreto nº 32.912, de 15 de maio de 2017 altera o nome da Maternidade Estadual Marly Sarney. Passando denominar-se Maternidade de Alta Complexidade do Maranhão.

A Lei Complementar nº 191, de 21 de agosto de 2017 altera dispositivo da Lei Complementar nº 170, de 15 de dezembro de 2014, que regulamenta o Fundo Estadual de Combate ao Câncer.

O Decreto nº 33.269, de 28 de agosto de 2017 inclui na estrutura da Secretaria de Estado da Saúde o Hospital Macrorregional de Imperatriz "Dra. Ruth de Aquino Noletto".

Fica instituída, por meio Decreto nº 33.661, de 27 de novembro de 2017, a Política Estadual de Saúde Integral da População Negra e das Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Quilombola do Maranhão e o seu 1º Plano Operativo com base nos princípios, diretrizes, objetivos e missão da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

2018

O Decreto nº 34.147, de 18 de maio de 2018 denomina de Maternidade Humberto Coutinho a maternidade estadual localizada no Município de Colinas.

A Medida Provisória nº 282, de 13, de agosto de 2018, convertida na Lei nº 10.957 de 06 de dezembro de 2018, altera a estrutura da Secretaria de Estado da Saúde (SES). Passam a compor a estrutura da Secretaria de Estado da Saúde (SES) o Hospital de Traumatologia e Ortopedia do Maranhão (HTO), localizado no Município de São Luís, a Casa de Apoio Ninar, localizada no Município de São Luís, a Unidade de Especialidades Odontológicas - SORRIR, localizada no Município de São Luís, a Maternidade Estadual Humberto Coutinho, localizada no Município de Colinas e o Hospital Regional de Chapadinha, localizado no Município de Chapadinha.

23.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.987, de 12 de fevereiro de 2014.** Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.637/ 1993, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 32, de 14 de fevereiro de 2014, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.988, de 13 de fevereiro de 2014.** Altera dispositivo da Lei nº 9.332, de 22 de fevereiro de 2011. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 34, de 18 de fevereiro de 2014, p.22.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.995, de 17 de fevereiro de 2014.** Denomina Hospital Luiz Oliveira Carvalho, ao novo

Hospital Estadual do Município de Ribamar Fiquene, Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 38, de 24 de fevereiro de 2014, p.12.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.011, de 11 de março de 2014.** Altera a redação do art. 7º da Lei nº 2.653, de 6 de junho de 1966, alterada pela Lei nº 3.886, de 3 de outubro de 1977, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 48, de 11 de março de 2014, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.042, de 7 de abril de 2014.** Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado teste da linguinha, no Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 67, de 7 de abril de 2014, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.085, de 20 de maio de 2014.** Denomina Hospital Doutor Isaías de Jesus Cavalcante Pereira, ao Hospital Estadual do Município de Zé Doca-Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 95, de 20 de maio de 2014, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.190, de 9 de julho de 2014.** Altera dispositivos do Decreto nº 27.257, de 16 de fevereiro de 2011 que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Saúde (SES) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 130, de 9 de julho de 2014, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.466, de 12 de novembro de 2014.** Altera denominação do Centro de Especialidades Médicas e Diagnóstico do Diamante, em São Luís. Diário Oficial do

Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 220, de 12 de novembro de 2014, p.20.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.188, de 30 de dezembro de 2014.** Denomina o Hospital Regional de Balsas e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 253, de 30 de dezembro de 2014, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.189, de 30 de dezembro de 2014.** Denomina o Hospital Regional de Caxias e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 253, de 30 de dezembro de 2014, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 02 de janeiro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.616, de 02 de janeiro de 2015.** Institui a Força Estadual da Saúde do Maranhão (FESMA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 02 de janeiro de 2015, p.25.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 45, de 10 de março de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.304, de 02 de setembro de 2015.** Denomina o

Hospital Regional de Santa Inês, Maranhão de "Hospital Tomás Martins". Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 165, de 4 de setembro de 2015, p.56.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 209, de 16 de setembro de 2015.** Altera o art. 26 da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 171, de 16 de setembro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.138, de 22 de setembro de 2015.** Altera a nomenclatura do Hospital Regional da Baixada Maranhense. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 175, de 22 de setembro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.336, de 13 de outubro de 2015.** Altera o art. 26 da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, que dispõe sobre a Estrutura Orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 191, de 15 de outubro de 2015, p.35.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.259, de 29 de outubro de 2015.** Denomina o Hospital Regional de Caxias de "Hospital Dr. Everaldo Ferreira Aragão". Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 202, de 03 de novembro de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 215, de 4 de fevereiro de 2016.** Dispõe sobre os procedimentos a

serem tomados para a adoção de medidas de vigilância sanitária e epidemiológica sempre que se verificar situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor do vírus da dengue, do vírus chikungunya e do zika vírus. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 24, de 04 de fevereiro de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.505, de 19 de fevereiro de 2016.** Altera o Decreto nº 28.889, de 21 de fevereiro de 2013, que aprova o Estatuto Social da Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares (EMSERH), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 32, de 19 de fevereiro de 2016, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.523-A, de 3 de março de 2016.** Altera Decreto nº 27.257, de 16 de fevereiro de 2011 que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Saúde e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 43, de 07 de março de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.418, de 15 de março de 2016.** Dispõe sobre os procedimentos a serem tomados para a adoção de medidas de vigilância sanitária e epidemiológica sempre que se verificar situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor do vírus da dengue, do vírus chikungunya e do zika vírus. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 51, de 17 de março de 2016, p.46.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.577, de 31 de março de 2016.** Dispõe sobre a classificação de local insalubre do Consultório Odontológico da Maternidade

Maria do Amparo, vinculado à Secretaria de Estado da Saúde (SES), para fins de percepção de adicional de insalubridade. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 59, de 31 de março de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Resolução nº 31/2016 - CIB/MA, de 19 de fevereiro de 2016.** Dispõe sobre reabilitação do Serviço de Oncologia do Instituto Maranhense de Oncologia Aldenora Belo (IMOAB), como Centro de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (CACON). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 60, de 1 de abril de 2016, p.31.

MARANHÃO (Estado). **Resolução nº 32/2016 - CIB/MA, de 19 de fevereiro de 2016.** Dispõe sobre reabilitação do Serviço de Oncologia do Hospital de Câncer do Maranhão Dr. Tarquínio Lopes como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON) com serviço de hematologia. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 60, de 1 de abril de 2016, p.32.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.806, de 30 de maio de 2016.** Determina a requisição administrativa de funcionários e grupos médicos que prestam serviço ao Instituto Corpore para o Desenvolvimento da Qualidade de Vida, no âmbito do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 101, de 2 de junho de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.891, de 21 de junho de 2016.** Altera o Decreto nº 30.616/2015, que institui a Força Estadual da Saúde do Maranhão - FESMA, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder

Executivo, Maranhão, 116, de 23 de junho de 2016, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.912, de 28 de junho de 2016.** Dispõe sobre a nomenclatura do Hospital Estadual de Alto Alegre do Pindaré. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 120, de 30 de junho de 2016, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.492, de 18 de julho de 2016.** Institui o Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas (CEPD), cria o Fundo Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas (FEPD), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 134, de 20 de julho de 2016, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.009, de 27 de julho de 2016.** Denomina de Dra. Ruth de Aquino Noletto o Hospital Macrorregional da Cidade de Imperatriz. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 141, de 1 de agosto de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.061, de 5 de agosto de 2016.** Altera o Decreto nº 31.806, de 30 de maio de 2016, que determina a requisição administrativa de funcionários e grupos médicos que prestam serviço ao Instituto Corpore para o Desenvolvimento da Qualidade de Vida, no âmbito do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 145, de 5 de agosto de 2016, p.2. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 187, de 6 de outubro de 2016, p.2. Republicado por Incorreção.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.182, de 16 de setembro de 2016.** Estabelece critérios para locação de imóveis de terceiros pelo Governo do Estado do Maranhão, através da Secretaria de Estado da Educação e da Secretaria de Estado da Saúde. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 174, de 19 de setembro de 2016, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.659, de 24 de fevereiro de 2017.** Institui o Centro de Referência Especializado Regionalizado de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa do Maranhão (CREAISPI/MA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 43, de 06 de março de 2017, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.583, de 24 de abril de 2017.** Institui a Política Estadual de Cofinanciamento da Atenção Primária em Saúde do Estado do Maranhão - PECAPS e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 76, de 25 de abril de 2017, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.912, de 15 de maio de 2017.** Altera o nome da Maternidade Estadual Marly Sarney. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 89, de 15 de maio de 2017, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Lei Complementar nº 191, de 21 de agosto de 2017.** Altera dispositivo da Lei Complementar nº 170, de 15 de dezembro de 2014, que regulamenta o Fundo Estadual de Combate ao Câncer. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 156, de 22 de agosto de 2017, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 33.269, de 28 de agosto de 2017.** Inclui na estrutura da Secretaria de Estado da Saúde o Hospital Macrorregional de Imperatriz "Dra. Ruth de Aquino Noletto", e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 160, de 28 de agosto de 2017, p.11.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 33.661, de 27 de novembro de 2017.** Institui a Política Estadual de Saúde Integral da População Negra e das Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Quilombola do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 220, de 27 de novembro de 2017, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 34.147, de 18 de maio de 2018.** Denomina de Maternidade Humberto Coutinho a maternidade estadual localizada no Município de Colinas. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 93, de 18 de maio de 2018, p.13.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 282, de 13, de agosto de 2018.** Altera a estrutura da Secretaria de Estado da Saúde (SES) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 151, de 13 de agosto de 2018, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.957 de 06 de dezembro de 2018.** Altera a estrutura da Secretaria de Estado da Saúde (SES) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 231, de 10 de dezembro de 2018, p.54.

**SECRETARIA DE ESTADO
DAS CIDADES E
DESENVOLVIMENTO
URBANO - SECID**

24 SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO - SECID

24.1 NATUREZA

Administração Direta.

24.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003.

24.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO (SECID) tem por finalidade formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações voltados para o desenvolvimento urbano, notadamente nas áreas de habitação e saneamento, conforme o disposto na Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.

24.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

2015

Por meio da Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, a Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano passa ter a finalidade de formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações voltados para o desenvolvimento urbano, notadamente nas áreas de habitação e saneamento.

Ficam mantidos o Fundo Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano (FEDHU), o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (FHIS), o Conselho Estadual de Política Habitacional, o

Conselho Estadual das Cidades e o Conselho Gestor do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social.

Fica revogada a Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências.

Por meio da Medida Provisória nº 195, de 17 de março de 2015, convertida na Lei nº 10.225, de 15 de abril de 2015, a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA), sociedade de economia mista e o Conselho Estadual de Saneamento, passam a ser vinculados à Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID).

Por meio da Medida Provisória nº 209, de 16 de setembro de 2015, convertida na Lei nº 10.336, de 13 de outubro de 2015, as atribuições contidas na Lei nº 8.923, de 12 de janeiro de 2009, que pertenciam à Secretaria de Estado de Saúde (SES), passam a ser da Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID), por força do disposto no art. 9º da Lei nº 10.225, de 15 de abril de 2015.

Fica atribuída à Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID), por meio desta Medida Provisória a competência para representar o Estado do Maranhão em convênios, contratos, termos de compromisso, declarações, portarias, resoluções e demais documentos em que a CAEMA figure como parte ou órgão interveniente.

2016

O Decreto nº 31.471, de 13 de janeiro de 2016 autoriza a Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano, por intermédio de sua Comissão Setorial de Licitação, realizar procedimento licitatório para contratação

de empresa de Engenharia para execução das 500 (quinhentas) unidades habitacionais rurais do Programa Mais IDH para os municípios de: Lagoa Grande do Maranhão, Água Doce do Maranhão, Araíoses, Conceição do Lago Açu e Satubinha, sendo 100 (cem) unidades para cada município.

Fica criado, por meio da Lei nº 10.506, de 6 de setembro de 2016, no âmbito do Programa "Minha Casa, Meu Maranhão", o "Cheque-Minha Casa", que tem por objetivo a redução da inadequação habitacional no Estado do Maranhão, complementando outros programas do Governo Federal e do Governo do Estado.

A Secretaria de Estado das Cidades realizará fiscalizações presenciais nas residências dos beneficiários e identificando desvios ou mau uso do programa deverá determinar a cassação do direito ao "Cheque-Minha Casa", além de outras sanções cabíveis, de natureza criminal e civil, nos termos da Lei.

O Decreto nº 32.198, de 21 de setembro de 2016 regulamenta a Lei nº 10.506, de 6 de setembro de 2016, que instituiu, no âmbito do Programa "Minha Casa, Meu Maranhão", o "Cheque-Minha Casa" e concede incentivo fiscal do ICMS nas operações internas, com mercadorias destinadas às obras vinculadas ao referido programa.

O Decreto nº 32.459, de 1º de dezembro de 2016 altera o Decreto nº 30.928, de 10 de julho de 2015, que institui o Programa de Demarcação Urbanística para a regularização fundiária de áreas do Estado do Maranhão, declaradas de interesse social, constituídas de assentamentos irregulares ocupados, predominantemente, por população de baixa renda, em área urbana e para fins de moradia.

2017

O Decreto nº 32.825, de 24 de abril de 2017 autoriza a Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano, a promover a retificação e desmembramento da área onde será implantado o Residencial Parque Independência, no âmbito dos Programas "Minha Casa Minha Vida" e "Minha Casa Maranhão" do Governo do Estado do Maranhão.

2018

A Medida Provisória nº 270, de 21 de fevereiro de 2018, convertida na Lei nº 10.856, de 17 de maio de 2018, altera a Lei nº 7.936, de 14 de julho de 2003, que cria o Fundo Estadual para Habitação e Desenvolvimento Urbano.

24.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 02 de janeiro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 45, de 10 de março de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 195, de 17 de março de 2015.** Dispõe sobre as atribuições da Agência Estadual de Mobilidade Urbana (MOB) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 50, de 17 de março de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.225, de 15 de abril de 2015.** Dispõe sobre as atribuições da Agência Estadual de Mobilidade Urbana (MOB) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 71, de 17 de abril de 2015, p.31.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 209, de 16 de setembro de 2015.** Altera o art. 26 da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 171, de 16 de setembro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.336, de 13 de outubro de 2015.** Altera o art. 26 da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, que dispõe sobre a Estrutura Orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 191, de 15 de outubro de 2015, p.35.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.471, de 13 de janeiro de 2016.** Autoriza a Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano, por intermédio de sua Comissão Setorial de Licitação, autorizada a realizar procedimento licitatório para contratação de empresa de Engenharia para execução das 500 (quinhentas) unidades habitacionais rurais do Programa Mais IDH. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 9, de 14 de janeiro de 2016, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.506, de 6 de setembro de 2016.** Institui, no âmbito do Programa "Minha Casa, Meu Maranhão", o "Cheque-Minha Casa" e concede incentivo fiscal do ICMS nas operações internas, com mercadorias destinadas às obras vinculadas ao referido

programa. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 167, de 6 de setembro de 2016, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.198, de 21 de setembro de 2016.** Regulamenta a Lei nº 10.506, de 6 de setembro de 2016, que instituiu, no âmbito do Programa "Minha Casa, Meu Maranhão", o "Cheque-Minha Casa" e concede incentivo fiscal do ICMS nas operações internas, com mercadorias destinadas às obras vinculadas ao referido programa. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 177, de 22 de setembro de 2016, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.459, de 1º de dezembro de 2016.** Altera o Decreto nº 30.928, de 10 de julho de 2015, que institui o Programa de Demarcação Urbanística para a regularização fundiária de áreas do Estado do Maranhão, declaradas de interesse social, constituídas de assentamentos irregulares ocupados, predominantemente, por população de baixa renda, em área urbana e para fins de moradia. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 223, de 1 de dezembro de 2016, p.15.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.825, de 24 de abril de 2017.** Autoriza a Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano, a promover a retificação e desmembramento da área onde será implantado o Residencial Parque Independência, no âmbito dos Programas "Minha Casa Minha Vida" e "Minha Casa Maranhão" do Governo do Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 75, de 24 de abril de 2017, p.17.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 270, de 21 de fevereiro de 2018.** Altera a Lei nº 7.936, de 14 de julho de 2003, que cria o Fundo Estadual para

Habitação e Desenvolvimento Urbano, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 34, de 21 de fevereiro de 2018, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.856, de 17 de maio de 2018.** Altera a Lei nº 7.936, de 14 de julho de 2003, que cria o Fundo Estadual para Habitação e Desenvolvimento Urbano, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 93, de 18 de maio de 2018, p.9. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 95, de 22 de maio de 2018, p.1.

**SECRETARIA DE ESTADO
DA PESCA E
AQUICULTURA - SEPAQ**

25 SECRETARIA DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA - SEPAQ

25.1 NATUREZA

Administração Direta.

25.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Medida Provisória nº 139, de 13 de dezembro de 2012 / Decreto nº 14.417, de 30 de janeiro de 1995.

25.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA (SEPAQ) tem por finalidade fomentar a pesca e a aquicultura sustentáveis, promovendo o ordenamento, a regulação, o incentivo, o monitoramento e a fiscalização de suas atividades, compreendendo todo processo de exploração e aproveitamento destes recursos, abrangendo as operações de captura, cultivo, conservação, processamento, transporte, armazenagem e comercialização dos produtos delas decorrentes, objetivando a promoção do desenvolvimento sustentável do setor, bem como dar suporte institucional e técnico às ações e atividades a ele inerentes, conforme o disposto na Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e na Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.

25.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

2015

Por meio da Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, a Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura passa ter a finalidade de fomentar a pesca e a aquicultura sustentáveis, promovendo o ordenamento, a regulação, o incentivo, o monitoramento

e a fiscalização de suas atividades, compreendendo todo processo de exploração e aproveitamento destes recursos, abrangendo as operações de captura, cultivo, conservação, processamento, transporte, armazenagem e comercialização dos produtos delas decorrentes, objetivando a promoção do desenvolvimento sustentável do setor, bem como dar suporte institucional e técnico às ações e atividades a ele inerentes.

Fica revogada a Lei nº 9.764, de 5 de março de 2013, que cria a Secretaria de Estado da Pesca e Aquicultura (SEPAQ), modifica dispositivos da Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa do Poder Executivo.

Fica criado por meio Decreto nº 30.851, de 11 de junho de 2015, o Sistema Estadual de Produção e Abastecimento (SEPAB) com o objetivo de coordenar o conjunto de ações integradas na agricultura, pecuária, pesca e aquicultura, com foco no abastecimento, em todo o território estadual.

2016

Por meio da Medida Provisória nº 214, de 2 de fevereiro de 2016, convertida na Lei nº 10.416, de 10 de março de 2016, a Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (SAGRIMA) e a Secretaria de Estado da Pesca e Aquicultura (SEPAQ) ficam transformadas em Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca (SAGRIMA).

25.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da

Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 02 de janeiro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 45, de 10 de março de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.851, de 11 de junho de 2015.** Dispõe sobre a criação do Sistema Estadual de Produção e Abastecimento (SEPAB), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 107, de 12 de junho de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 214, de 2 de fevereiro de 2016.** Altera estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 22, de 2 de fevereiro de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.416, de 10 de março de 2016.** Altera estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 46, de 10 de março de 2016, p.1.

**SECRETARIA DE
ESTADO DA
AGRICULTURA,
PECUÁRIA E PESCA -
SAGRIMA**

26 SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA - SAGRIMA

26.1 NATUREZA

Administração Direta.

26.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei nº 1.704, de 31 de dezembro de 1958.

26.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA (SAGRIMA) tem por finalidade formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações voltados para o crescimento da produção agropecuária, estimulando o agronegócio, a agricultura, o extrativismo vegetal e florestal, a exploração florestal, o abastecimento, o armazenamento, o associativismo e o cooperativismo, a defesa e inspeção animal e vegetal, a pesquisa, o aproveitamento dos recursos naturais renováveis e a comercialização e distribuição de alimentos, bem como fomentar a pesca e a aquicultura sustentáveis, promovendo o ordenamento, a regulação, o incentivo, o monitoramento e a fiscalização de suas atividades, compreendendo todo processo de exploração e aproveitamento destes recursos, abrangendo as operações de captura, cultivo, conservação, processamento, transporte, armazenagem e comercialização dos produtos delas decorrentes, objetivando a promoção do desenvolvimento sustentável do setor, conforme o disposto na Medida Provisória nº 214, de 2 de fevereiro de 2016 convertida na Lei nº 10.416, de 10 de março de 2016.

26.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

2014

A Lei nº 9.984, de 11 de fevereiro de 2014 altera dispositivos da Lei nº 7.386, de 16 de junho de 1999, que dispõe sobre a Defesa Sanitária Animal. A inobservância das normas desta Lei implicará ao infrator, consoante a gravidade da infração, as penalidades: advertência e multa no valor de R\$ 1,00 (um real) a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Responderá pela infração quem, por ação ou omissão, lhe der causa, concorra para sua prática ou dela beneficie.

O Decreto nº 30.608, de 30 de dezembro de 2014 regulamenta a Lei nº 7.386, de 16 de junho de 1999, e a Lei nº 9.984, de 11 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre a Defesa Sanitária Animal.

2015

Por meio da Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento passa denominar Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária.

A Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária passa ter a finalidade de formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações voltados para o crescimento da produção agropecuária, estimulando o agronegócio, a agricultura, o extrativismo vegetal e florestal, a exploração florestal, o abastecimento, o armazenamento, o associativismo e o cooperativismo, a defesa e inspeção animal e vegetal, a pesquisa, o

aproveitamento dos recursos naturais renováveis e a comercialização e distribuição de alimentos.

A Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED), autarquia passa a ser vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária.

Ficam mantidos o Fundo de Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial e o Conselho Estadual de Defesa Agropecuária.

Fica revogada a Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências.

Fica revogada a Lei nº 9.629, de 19 de junho de 2012 que extingue, altera denominação de órgãos, modifica dispositivos da Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa do Poder Executivo, e dá outras providências.

Fica criado por meio Decreto nº 30.851, de 11 de junho de 2015, o Sistema Estadual de Produção e Abastecimento (SEPAB) com o objetivo de coordenar o conjunto de ações integradas na agricultura, pecuária, pesca e aquicultura, com foco no abastecimento, em todo o território estadual.

O Decreto nº 31.109, de 11 de setembro de 2015 regulamenta a Lei nº 10.276/2015, que institui o Programa de Adequação Ambiental de Propriedade e Atividade Rural do Estado do Maranhão.

2016

A Medida Provisória nº 214, de 2 de fevereiro de 2016 convertida na Lei nº 10.416, de 10 de março de 2016 transforma a Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (SAGRIMA) e a Secretaria de Estado da Pesca e Aquicultura (SEPAQ) em Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca (SAGRIMA).

A Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca tem por finalidade formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações voltados para o crescimento da produção agropecuária, estimulando o agronegócio, a agricultura, o extrativismo vegetal e florestal, a exploração florestal, o abastecimento, o armazenamento, o associativismo e o cooperativismo, a defesa e inspeção animal e vegetal, a pesquisa, o aproveitamento dos recursos naturais renováveis e a comercialização e distribuição de alimentos, bem como fomentar a pesca e a aquicultura sustentáveis, promovendo o ordenamento, a regulação, o incentivo, o monitoramento e a fiscalização de suas atividades, compreendendo todo processo de exploração e aproveitamento destes recursos, abrangendo as operações de captura, cultivo, conservação, processamento, transporte, armazenagem e comercialização dos produtos delas decorrentes, objetivando a promoção do desenvolvimento sustentável do setor.

O Decreto nº 31.930, de 30 de junho de 2016 dispõe sobre autorização para a realização de certame licitatório. Fica atribuída à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca (SAGRIMA) competência para realizar,

por meio da sua Comissão Setorial de Licitação, procedimentos licitatórios tendo por objeto a contratação de empresas especializadas na prestação de serviços relativos ao implemento e desenvolvimento das cadeias produtivas através do SEPAB (Sistema Estadual de Produção e Abastecimento), fomentando o agronegócio no Estado do Maranhão.

O Decreto nº 32.295, de 27 de outubro de 2016 altera o Decreto nº 31.930, de 30 de junho de 2016. Fica atribuída à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca (SAGRIMA) competência para realizar, por meio da sua Comissão Setorial de Licitação, procedimentos licitatórios acima do seu valor de alçada, tendo por objeto a contratação de empresas especializadas na prestação de serviços relativos ao implemento e desenvolvimento das cadeias produtivas através do SEPAB (Sistema Estadual de Produção e Abastecimento), fomentando o agronegócio no Estado do Maranhão.

2017

A Lei nº 10.757, de 19 de dezembro de 2017 dispõe sobre o Programa Mais Produção e Abastecimento. O programa, vinculado às ações do Sistema Estadual de Produção e Abastecimento (SEPAB), tem por finalidade precípua o aumento e a otimização da produção agropecuária no Estado do Maranhão, promovendo o adensamento das cadeias produtivas e dos arranjos produtivos locais em diferentes escalas, em todo o território maranhense, agregando valor aos produtos locais e gerando riqueza, emprego e renda.

26.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.984, de 11 de fevereiro de 2014.** Altera dispositivos da Lei nº 7.386, de 16 de junho de 1999, que dispõe sobre a Defesa Sanitária Animal e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 29, de 11 de fevereiro de 2014, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.608, de 30 de dezembro de 2014.** Regulamenta a Lei nº 7.386, de 16 de junho de 1999, e a Lei nº 9.984, de 11 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre a Defesa Sanitária Animal, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 253, de 30 de dezembro de 2014, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 02 de janeiro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 45, de 10 de março de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.851, de 11 de junho de 2015.** Dispõe sobre a criação do Sistema Estadual de Produção e Abastecimento (SEPAB), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão,



Poder Executivo, Maranhão, 107, de 12 de junho de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.109, de 11 de setembro de 2015.** Regulamenta a Lei nº 10.276/2015, que institui o Programa de Adequação Ambiental de Propriedade e Atividade Rural do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 168, de 11 de setembro de 2015, p.7.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 214, de 2 de fevereiro de 2016.** Altera estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 22, de 2 de fevereiro de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.416, de 10 de março de 2016.** Altera estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 46, de 10 de março de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.930, de 30 de junho de 2016.** Dispõe sobre autorização para a realização de certame licitatório. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 121, de 01 de julho de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.295, de 27 de outubro de 2016.** Altera o Decreto nº 31.930, de 30 de junho de 2016. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 202, de 31 de outubro de 2016, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.757, de 19 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre o Programa Mais Produção e Abastecimento e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 235, de 19 de dezembro de 2017, p.4.

**SECRETARIA DE ESTADO
DA AGRICULTURA
FAMILIAR - SAF**

27 SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR (SAF)

27.1 NATUREZA

Administração Direta.

27.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015.

27.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR (SAF) tem por finalidade o desenvolvimento da agricultura familiar, o combate à pobreza rural, a facilitação do acesso ao crédito e aos instrumentos de assistência técnica, a inclusão social dos beneficiários dos processos de ordenamento e reordenamento agrário, a promoção da cidadania no campo, a regularização fundiária das terras públicas, a assistência técnica e extensão rural, a ampliação das oportunidades de capacitação profissional e de geração de trabalho e renda, como instrumentos de melhoria da qualidade de vida dos agricultores e familiares e de estímulo ao desenvolvimento rural sustentável do Estado, conforme disposto nas Medidas Provisórias nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e nº 187, de 02 de janeiro de 2015 e nas Leis nº 10.213, de 9 de março de 2015 e nº 10.205, de 23 de fevereiro de 2015.

27.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

2015

As Medidas Provisórias nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e nº 187, de 02 de janeiro de 2015 e as Leis nº 10.213, de 9 de março de 2015 e nº 10.205, de 23 de fevereiro de 2015, criam a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF).

A Secretaria de Estado da Agricultura Familiar tem por finalidade o desenvolvimento da agricultura familiar, o

combate à pobreza rural, a facilitação do acesso ao crédito e aos instrumentos de assistência técnica, a inclusão social dos beneficiários dos processos de ordenamento e reordenamento agrário, a promoção da cidadania no campo, a regularização fundiária das terras públicas, a assistência técnica e extensão rural, a ampliação das oportunidades de capacitação profissional e de geração de trabalho e renda, como instrumentos de melhoria da qualidade de vida dos agricultores e familiares e de estímulo ao desenvolvimento rural sustentável do Estado.

O Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA), autarquia e a Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão (AGERP), autarquia passam a ser vinculados à Secretaria de Estado da Agricultura Familiar.

Fica mantido o Fundo Especial de Desenvolvimento da Agricultura Familiar.

Fica revogada a Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências.

O Decreto nº 30.664, de 9 de março de 2015 reorganiza a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar.

O Decreto nº 30.665, de 9 de março de 2015 aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (SAF).

Fica criado por meio Decreto nº 30.851, de 11 de junho de 2015, o Sistema Estadual de Produção e Abastecimento (SEPAB) com o objetivo de coordenar o conjunto de ações integradas na agricultura, pecuária, pesca e aquicultura, com foco no abastecimento, em todo o território estadual.

Fica instituído no âmbito do Estado do Maranhão por meio Decreto nº 31.106, de 10 de setembro de 2015 o Núcleo Estadual de Gestão do Programa Água Doce, vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF).

A Lei nº 10.322, de 24 de setembro de 2015 cria, no âmbito do Estado do Maranhão, o Programa de Transferência de Renda na Agricultura Familiar, por meio do Sistema Integrado de Produção de Tecnologias Sociais (SISTECS), tendo por finalidade a execução das ações do Programa Mais IDH direcionadas à Agricultura Familiar e aos Empreendimentos Familiares Rurais.

Fica criado, por meio da Lei nº 10.327, de 28 de setembro de 2015, o Programa de Compras da Agricultura Familiar (PROCAF)/MA, com a finalidade de garantir a aquisição direta de produtos agropecuários e extrativistas, in natura ou manufaturados, e de artesanato produzidos por agricultores familiares ou suas organizações sociais rurais e urbanas, por povos e comunidades tradicionais e pelos beneficiários da reforma agrária.

Fica atribuída à Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (SAF) a competência para organizar e apoiar os procedimentos necessários à aquisição direta dos produtos de que trata esta Lei.

2016

O Decreto nº 31.549, de 15 de março de 2016 regulamenta a Lei nº 10.327, de 28 de setembro de 2015, que dispõe sobre o Programa de Compras da Agricultura Familiar (PROCAF)/MA.

Fica instituída, por meio da Lei nº 10.444, de 5 de maio de 2016, a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Estado do Maranhão

(PEATER)/MA, cuja formulação e supervisão competem à Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (SAF).

Fica criado, por meio da Lei nº 10.451, de 12 de maio de 2016, o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Extrativismo com o objetivo geral o reconhecimento, com celeridade, da importância de povos e comunidades tradicionais existentes no Estado do Maranhão, bem como a promoção do desenvolvimento sustentável que lhes permita a manutenção dos seus modos de vida em condições dignas.

O Decreto nº 31.747, de 16 de maio de 2016 delega competências para a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF) para execução das ações de inscrição de imóveis rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR) no âmbito do Estado do Maranhão.

A Lei nº 10.491, de 18 de julho de 2016 cria o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CEDRUS)/MA, vinculado a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF).

Ficam delegadas à Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF), por meio do Decreto nº 32.361, de 9 de novembro de 2016, as competências previstas no art. 4º da Lei Estadual nº 10.276, de 7 de julho de 2015, para execução, gestão, análise e validação das ações que envolvem a inscrição de imóveis rurais de até 04 (quatro) módulos fiscais no Cadastro Ambiental Rural (CAR), no âmbito do Estado do Maranhão.

O Decreto nº 32.433, de 23 de novembro de 2016 regulamenta a Lei Estadual nº 9.169, de 16 de abril de 2010, que dispõe sobre a legitimação de terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos.

Fica criada, por meio do Decreto nº 34.254, de 22 de junho de 2018, na estrutura da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF) a Secretaria-Adjunta de Articulação Institucional de Políticas Públicas.

27.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 02 de janeiro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 187, de 02 de janeiro de 2015.** Dispõe sobre a criação da Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (SAF) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 02 de janeiro de 2015, p.18.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.205, de 23 de fevereiro de 2015.** Dispõe sobre a criação da Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (SAF) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 37, de 26 de fevereiro de 2015, p.17.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 45, de 10 de março de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.664, de 9 de março de 2015.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do

Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 45, de 10 de março de 2015, p.16.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.665, de 9 de março de 2015.** Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (SAF), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 45, de 10 de março de 2015, p.17.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.851, de 11 de junho de 2015.** Dispõe sobre a criação do Sistema Estadual de Produção e Abastecimento (SEPAB), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 107, de 12 de junho de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.106, de 10 de setembro de 2015.** Institui o Núcleo Estadual de Gestão do Programa Água Doce no âmbito do Estado do Maranhão, sua coordenação e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 168, de 11 de setembro de 2015, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.322, de 24 de setembro de 2015.** Dispõe sobre a criação do Programa de Transferência de Renda na Agricultura Familiar, no âmbito do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 178, de 25 de setembro de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.327, de 28 de setembro de 2015.** Dispõe sobre o Programa de Compras da Agricultura Familiar (PROCAF). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 179, de 28 de setembro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.549, de 15 de março de 2016.** Regulamenta a Lei nº 10.327, de 28 de

setembro de 2015, que dispõe sobre o Programa de Compras da Agricultura Familiar (PROCAF)/MA. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 49, de 15 de março de 2016, p.10.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.444, de 5 de maio de 2016.** Institui a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PEATER)/ MA e o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PROATER)/ MA no Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 83, de 5 de maio de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.451, de 12 de maio de 2016.** Cria o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Extrativismo no âmbito do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 88, de 12 de maio de 2016, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.747, de 16 de maio de 2016.** Delega competências para a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF) para execução das ações de inscrição de imóveis rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR) no âmbito do Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 90, de 16 de maio de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.491, de 18 de julho de 2016.** Dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CEDRUS) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 134, de 20 de julho de 2016, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.361, de 9 de novembro de 2016.** Delega competências para a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF) relacionadas às ações do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 209, de 10 de novembro de 2016, p.7.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.433, de 23 de novembro de 2016.** Regulamenta a Lei Estadual nº 9.169, de 16 de abril de 2010, que dispõe sobre a legitimação de terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 220, de 28 de novembro de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 34.254, de 22 de junho de 2018.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 117, de 25 de junho de 2018, p.1.

**SECRETARIA DE ESTADO
DO DESENVOLVIMENTO
SOCIAL - SEDES**

28 SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDES

28.1 NATUREZA

Administração Direta.

28.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei Delegada nº 127, de 21 de novembro de 1977.

28.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRICULTURA FAMILIAR (SEDES) tem por finalidade de coordenação e operacionalização das Políticas Públicas de Assistência Social, de Segurança Alimentar e Nutricional e programas de transferência de renda, incentivos a empreendimentos econômicos em áreas urbanas e rurais, implantação de infraestrutura, de natureza social, produtiva e equipamentos de proteção e desenvolvimento social, assessorando, supervisionando e implementando as ações dirigidas aos segmentos populacionais em situação de risco e vulnerabilizados pela pobreza e exclusão social, com o objetivo de proteger e contribuir para sua inclusão e promoção social, conforme o disposto na Medida Provisória nº 209, de 16 de setembro de 2015, convertida na Lei nº 10.336, de 13 de outubro de 2015.

28.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

2015

Por meio da Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar (SEDES) passa a

denominar Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDES).

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social tem por finalidade a coordenação e operacionalização das políticas públicas de assistência social, de segurança alimentar e nutricional e programas de transferência de renda, atendimento ao cidadão na aquisição de documentos civis e outros, assessorando e supervisionando as ações dirigidas à criança, ao adolescente, ao jovem, ao idoso, às pessoas com deficiência e suas famílias, com o objetivo de proteger e contribuir para a inclusão e promoção social dos segmentos populacionais vulnerabilizados pela pobreza e exclusão social.

Fica mantido o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS).

Fica revogada a Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências.

Fica revogada a Lei nº 9.629, de 19 de junho de 2012 que extingue, altera denominação de órgãos, modifica dispositivos da Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa do Poder Executivo, e dá outras providências.

Fica revogada a Lei nº 9.940, de 24 de outubro de 2013, que modifica dispositivo da Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa do Poder Executivo, e dá outras providências.

O Decreto nº 30.656, de 23 de fevereiro de 2015 reorganiza a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social

(SEDES) e revoga o Decreto nº 28.123, de 23 de abril de 2012.

Fica acrescentado na estrutura o Conselho Estadual de Assistência Social, a Secretaria-Adjunta de Assistência Social, a Superintendência de Comercialização e Distribuição de Alimentos, a Secretaria-Adjunta de Renda de Cidadania e a Superintendência de Infraestrutura de Desenvolvimento Social.

Fica excluído da estrutura o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, o Conselho de Políticas de Inclusão Social, a Superintendência de Programas de Transferência e Complementação de Renda, a Superintendência de Agricultura Familiar e Pesca Artesanal e a Superintendência de Infraestrutura Rural.

Fica alterada na estrutura a Assessoria Especial de Articulação Institucional, Promoção e Parcerias para Assessoria Especial de Articulação Institucional e Parceria, a Superintendência de Articulação e Interinstitucional para Superintendência de Articulação e Organização Interinstitucional e a Superintendência de Capacitação para o Mercado de Trabalho para Superintendência de Capacitação para Mercado de Trabalho e Empreendedorismo.

Fica criado por meio Decreto nº 30.851, de 11 de junho de 2015, o Sistema Estadual de Produção e Abastecimento (SEPAB) com o objetivo de coordenar o conjunto de ações integradas na agricultura, pecuária, pesca e aquicultura, com foco no abastecimento, em todo o território estadual.

A Lei nº 10.257, de 11 de junho de 2015 cria o Programa de Auxílio

Psicológico a Vítimas de Crimes de Violência Sexual.

O Decreto nº 31.070, de 3 de setembro de 2015 reorganiza a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SEDES).

Ficam excluídos da estrutura a Assessoria Especial de Monitoramento e Avaliação, o Departamento de Regionalização dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade da Supervisão de Proteção Social Especial de Média Complexidade, o Departamento de Regionalização dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Supervisão de Proteção Social Especial de Alta Complexidade e a Superintendência de Comercialização e Distribuição de Alimentos.

Ficam alteradas as denominações da Assessoria Especial de Articulação Institucional e Parceria para Assessoria Especial de Articulação Institucional, Promoção e Parceria, a Superintendência de Elaboração de Projetos de Financiamentos para Superintendência de Elaboração de Projetos de Financiamentos e Captação de Recursos.

Fica acrescentada na estrutura a Assessoria de Apoio Institucional, a Assessoria de Controle Interno e Conformidade, o Departamento de Acolhimento Institucional para Idosos, o Departamento de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, a Secretaria-Adjunta de Transferência de Renda e Cidadania, a Superintendência de Acompanhamento e Monitoramento de Convênios, o Fundo Estadual de Assistência Social, a Unidade Gestora de Fomento às Atividades Produtivas.

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social por meio da Medida Provisória nº 209, de 16 de setembro de 2015, convertida na Lei nº 10.336, de 13 de outubro de 2015 passa ter a finalidade de coordenação e operacionalização das Políticas Públicas de Assistência Social, de Segurança Alimentar e Nutricional e programas de transferência de renda, incentivos a empreendimentos econômicos em áreas urbanas e rurais, implantação de infraestrutura, de natureza social, produtiva e equipamentos de proteção e desenvolvimento social, assessorando, supervisionando e implementando as ações dirigidas aos segmentos populacionais em situação de risco e vulnerabilizados pela pobreza e exclusão social, com o objetivo de proteger e contribuir para sua inclusão e promoção social.

2017

O Decreto nº 32.657, de 24 de fevereiro de 2017 institui junto à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, o Comitê Gestor Estadual do Programa Criança Feliz, de caráter intersetorial, com a finalidade de planejar e articular as ações necessárias para alcançar os objetivos do Programa Criança Feliz, instituído pelo Decreto Federal nº 8.869, de 5 de outubro de 2016, contribuindo na promoção do desenvolvimento integral das crianças na primeira infância.

Fica instituído, por meio do Decreto nº 32.659, de 24 de fevereiro de 2017, o Centro de Referência Especializado Regionalizado de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa do Maranhão (CREAISPI/MA), entidade com gestão compartilhada entre as Secretarias Estaduais de Desenvolvimento Social (SEDES), de Direitos Humanos e

Participação Popular (SEDIHPOP) e da Saúde (SES).

O Decreto nº 32.941, de 24 de maio de 2017 altera o Decreto nº 31.070, de 3 de setembro de 2015, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SEDES). O Departamento de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes passa denominar Departamento de Acolhimento Institucional e o Departamento de Acolhimento Institucional para Idosos passa a compor a Supervisão de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

A Medida Provisória nº 237, de 11 de julho de 2017, convertida na Lei nº 10.649, de 09 de agosto de 2017 autoriza a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SEDES), a fazer doações, conceder contribuições, subvenções e auxílios para atender às ações da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

28.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 02 de janeiro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.656, de 23 de fevereiro de 2015.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SEDES) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 34, de 23 de fevereiro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 45, de 10 de março de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.851, de 11 de junho de 2015.** Dispõe sobre a criação do Sistema Estadual de Produção e Abastecimento (SEPAB), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 107, de 12 de junho de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.257, de 11 de junho de 2015.** Dispõe sobre a criação de Programa de Auxílio Psicológico a Vítimas de Crimes de Violência Sexual. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 107, de 12 de junho de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.070, de 3 de setembro de 2015.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SEDES) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 164, de 03 de setembro de 2015, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 209, de 16 de setembro de 2015.** Altera o art. 26 da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 171, de 16 de setembro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.336, de 13 de outubro de 2015.** Altera o art. 26 da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, que dispõe sobre a Estrutura Orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 191, de 15 de outubro de 2015, p.35.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.657, de 24 de fevereiro de 2017.** Institui, junto à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, o Comitê Gestor Estadual do Programa Criança Feliz, na forma do Decreto Federal nº 8.869, de 5 de outubro de 2016. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 43, de 06 de março de 2017, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.659, de 24 de fevereiro de 2017.** Institui o Centro de Referência Especializado Regionalizado de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa do Maranhão (CREAISPI/MA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 43, de 06 de março de 2017, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.941, de 24 de maio de 2017.** Altera o Decreto nº 31.070, de 3 de setembro de 2015, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SEDES), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 97, de 25 de maio de 2017, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 237, de 11 de julho de 2017.** Autoriza a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SEDES), a fazer doações, conceder contribuições, subvenções e auxílios para atender às ações

da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 127, de 11 de julho de 2017, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.649, de 09 de agosto de 2017.** Autoriza a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SEDES), a fazer doações, conceder contribuições, subvenções e auxílios para atender às ações da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 149, de 11 de agosto de 2017, p.36.

**SECRETARIA DE ESTADO
DE MINAS E ENERGIA -
SEME**

29 SECRETARIA DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA - SEME

correlatos, nos limites da competência do Estado.

29.1 NATUREZA

Administração Direta.

A Companhia Maranhense de Gás (GASMAR), sociedade de economia mista, passa a ser vinculada à Secretaria de Estado de Minas e Energia.

29.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei nº 9.380, de 23 de maio de 2011.

Fica revogada a Lei nº 9.380, de 23 de maio de 2011 que dispõe sobre a criação da Secretaria de Estado de Minas e Energia e dá outras providências.

29.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA (SEME) tem por finalidade formular, implementar, coordenar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações voltados para o desenvolvimento econômico e social do Estado, enfatizando o estímulo à criação e ampliação de empreendimentos industriais e comerciais, bem como executar a política governamental de aproveitamento e exploração dos recursos minerais e energéticos, nos limites da competência do Estado, conforme disposto na Medida Provisória nº 229, de 2 de fevereiro de 2017 convertida na Lei nº 10.567, de 15 de março de 2017.

Fica revogada a Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências.

2017

A Secretaria de Estado de Minas e Energia (SEME) e a Secretaria de Estado de Indústria e Comércio (SEINC) são fundidas e ficam transformadas em Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Energia (SEINC), por meio da Medida Provisória nº 229, de 2 de fevereiro de 2017, convertida na Lei nº 10.567, de 15 de março de 2017, com a finalidade de formular, implementar, coordenar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações voltados para o desenvolvimento econômico e social do Estado, enfatizando o estímulo à criação e ampliação de empreendimentos industriais e comerciais, bem como executar a política governamental de aproveitamento e exploração dos recursos minerais e energéticos, nos limites da competência do Estado.

29.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

2015

Por meio da Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, a Secretaria de Estado de Minas e Energia passa ter a finalidade de formular, implementar, coordenar, acompanhar e executar a política governamental de aproveitamento e exploração dos recursos minerais e energéticos assim como o desenvolvimento dos programas, projetos, processos e atividades relacionados a minas e energia e a outros segmentos industriais e comerciais

29.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da

Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 02 de janeiro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 45, de 10 de março de 2015, p.2 .

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 229, de 2 de fevereiro de 2017.** Altera a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 24, de 02 de fevereiro de 2017, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.567, de 15 de março de 2017.** Altera a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 52, de 17 de março de 2017, p.24.

**SECRETARIA DE ESTADO
DE INDÚSTRIA,
COMÉRCIO E ENERGIA -
SEINC**

30 SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E ENERGIA - SEINC

30.1 NATUREZA

Administração Direta.

30.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei nº 3.347, de 14 de maio de 1973.

30.3 FINALIDADE

A Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Energia (SEINC) tem por finalidade de formular, implementar, coordenar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações voltados para o desenvolvimento econômico e social do Estado, enfatizando o estímulo à criação e ampliação de empreendimentos industriais e comerciais, bem como executar a política governamental de aproveitamento e exploração dos recursos minerais e energéticos, nos limites da competência do Estado, conforme disposto na Medida Provisória nº 229, de 2 de fevereiro de 2017 convertida na Lei nº 10.567, de 15 de março de 2017.

30.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

2014

A Lei nº 10.141, de 10 de setembro de 2014 altera a Lei nº 9.121, de 4 de março de 2010, que instituiu o Programa de Incentivo às Atividades Industriais e Tecnológicas no Estado do Maranhão (PROMARANHÃO).

2015

Por meio da Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, a Secretaria

de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (SEDINC) passa a denominar Secretaria de Estado de Indústria e Comércio (SEINC).

A Secretaria de Estado de Indústria e Comércio tem por finalidade formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações voltados para o desenvolvimento econômico e social do Estado, enfatizando o estímulo à criação e ampliação de empreendimentos industriais e comerciais.

O Instituto de Metrologia e Qualidade Industrial do Maranhão (INMEQ), autarquia, a Junta Comercial do Estado do Maranhão (JUCEMA), autarquia e a Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), empresa pública passam a ser vinculados à Secretaria de Estado de Indústria e Comércio.

Fica mantido o Fundo Estadual de Desenvolvimento Industrial do Maranhão.

Fica revogada a Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências.

O Decreto nº 30.613, de 02 de janeiro de 2015 regulamenta o Conselho Empresarial do Maranhão (CEMA).

Fica criado por meio Decreto nº 30.851, de 11 de junho de 2015, o Sistema Estadual de Produção e Abastecimento (SEPAB) com o objetivo de coordenar o conjunto de ações integradas na agricultura, pecuária, pesca e aquicultura, com foco no abastecimento, em todo o território estadual.

A Lei nº 10.259, de 16 de junho de 2015 institui o Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado do Maranhão - MAIS EMPRESAS e revoga a Lei nº 9.121, de 4 de março de 2010.

2016

Fica autorizada, por meio do Decreto nº 31.606, de 8 de abril de 2016, a Secretaria de Estado da Indústria e Comércio (SEINC), por intermédio da sua Comissão Setorial de Licitação, a realizar licitação para a contratação de empresa especializada no fornecimento de ferramenta tecnológica para a implantação e o gerenciamento de Portal de Compras Governamentais do Estado do Maranhão.

A Lei nº 10.443, de 2 de maio de 2016 altera a Lei nº 8.246, de maio de 2005, que dispõe sobre o Fundo Estadual de Desenvolvimento Industrial do Estado do Maranhão.

O Decreto nº 31.803, de 30 de maio de 2016 dá nova redação ao Estatuto Social da Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP).

2017

A Secretaria de Estado de Minas e Energia (SEME) e a Secretaria de Estado da Indústria e Comércio (SEINC) são fundidas e ficam transformadas em Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Energia (SEINC), por meio da Medida Provisória nº 229, de 2 de fevereiro de 2017 convertida na Lei nº 10.567, de 15 de março de 2017, com a finalidade de formular, implementar, coordenar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações voltados para o desenvolvimento econômico e social do Estado, enfatizando

o estímulo à criação e ampliação de empreendimentos industriais e comerciais, bem como executar a política governamental de aproveitamento e exploração dos recursos minerais e energéticos, nos limites da competência do Estado.

O Decreto nº 32.691, de 9 de março de 2017 altera o Decreto nº 30.613, de 2 de janeiro de 2015, que regulamenta o Conselho Empresarial do Maranhão (CEMA).

O Decreto nº 32.797, de 10 de abril de 2017 organiza a Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Energia (SEINC).

O Decreto nº 32.871, de 2 de maio de 2017 estabelece, no âmbito da Administração Pública Estadual, a utilização da sistemática de compras eletrônica denominada "Portal de Compras Governamentais do Maranhão", para aquisição de bens e serviços comuns.

30.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.141, de 10 de setembro de 2014.** Altera a Lei nº 9.121, de 4 de março de 2010, que instituiu o Programa de Incentivo às Atividades Industriais e Tecnológicas no Estado do Maranhão - PROMARANHÃO. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 175, de 10 de setembro de 2014, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 02 de janeiro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 45, de 10 de março de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.851, de 11 de junho de 2015.** Dispõe sobre a criação do Sistema Estadual de Produção e Abastecimento (SEPAB), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 107, de 12 de junho de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.259, de 16 de junho de 2015.** Institui o Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado do Maranhão - MAIS EMPRESAS, revoga a Lei nº 9.121, de 4 de março de 2010, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 109, de 16 de junho de 2015, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.606, de 8 de abril de 2016.** Autoriza a Secretaria de Estado da Indústria e Comércio (SEINC), a realizar licitação, por intermédio da sua Comissão Setorial de Licitação. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 66, de 11 de abril de 2016, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.443, de 2 de maio de 2016.** Altera a Lei nº 8.246, de maio de 2005, que dispõe sobre o Fundo Estadual de Desenvolvimento Industrial do Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 81, de 3 de maio de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.803, de 30 de maio de 2016.** Dá nova redação ao Estatuto Social da Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 98, de 30 de maio de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 229, de 2 de fevereiro de 2017.** Altera a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 24, de 02 de fevereiro de 2017, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.691, de 9 de março de 2017.** Altera o Decreto nº 30.613, de 2 de janeiro de 2015, que regulamenta o Conselho Empresarial do Maranhão (CEMA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 48, de 13 de março de 2017, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.567, de 15 de março de 2017.** Altera a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 52, de 17 de março de 2017, p.24.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.797, de 10 de abril de 2017.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Energia (SEINC), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 71, de 17 de abril de 2017, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.871, de 2 de maio de 2017.** Estabelece, no âmbito da Administração Pública

Estadual, a utilização da sistemática de compras eletrônica denominada "Portal de Compras Governamentais do Maranhão", para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 82, de 4 de maio de 2017, p.1.

**SECRETARIA DE ESTADO
DE ESPORTE E LAZER -
SEDEL**

31 SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E LAZER - SEDEL

31.1 NATUREZA

Administração Direta.

31.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei nº 4.012, de 26 de abril de 1958.

31.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E LAZER (SEDEL) tem por finalidade de formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações voltados para o desenvolvimento do esporte e do lazer bem como administrar e conservar as praças de esporte, promover, assessorar e defender, sob a ótica educacional e comunitária, formas de produções esportivas, de lazer e recreativas, a partir da realidade local, estimulando a incorporação de hábitos na população, visando à melhoria da qualidade de vida, conforme o disposto na Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.

31.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

2014

A Medida Provisória nº 159, de 17 de dezembro de 2013 convertida na Lei nº 9.991, de 13 de fevereiro de 2014 dispõe sobre os projetos e ações desenvolvidos no âmbito da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer.

2015

Por meio da Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, a Secretaria

de Estado do Esporte e Lazer passa ter a finalidade de formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações voltados para o desenvolvimento do esporte e do lazer bem como administrar e conservar as praças de esporte, promover, assessorar e defender, sob a ótica educacional e comunitária, formas de produções esportivas, de lazer e recreativas, a partir da realidade local, estimulando a incorporação de hábitos na população, visando à melhoria da qualidade de vida.

Fica mantido o Fundo Estadual de Esportes e o Conselho Estadual de Esporte.

Fica revogada a Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências.

2016

O Decreto nº 31.499, de 16 de fevereiro de 2016 transfere para a Secretaria de Estado da Infraestrutura (SINFRA) a competência para a execução de obras e serviços de engenharia voltados ao atendimento das políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação, educação, esporte e lazer, saúde e segurança.

Fica aprovada por meio do Decreto nº 31.739, de 12 de maio de 2016 a classificação de locais insalubres das unidades administrativas da estrutura da Secretaria de Estado do Esporte e Lazer (SEDEL), em específico o Arquivo e os setores de Almoxarifado e Xerox, conforme Laudo nº 008/2016 - SPME, expedido pela Superintendência de Perícias Médicas da Secretaria de Estado da Gestão e Previdência, em 12 de abril de 2016, no

grau médio, referente ao percentual de 30% (trinta por cento).

2017

A Medida Provisória nº 263, de 18 de dezembro de 2017 altera a Lei nº 9.878, de 18 de julho de 2013, que cria o Conselho Estadual de Esporte e Lazer do Maranhão e a Lei nº 8.702, de 05 de novembro de 2007, que cria o Fundo Estadual de Esportes.

2018

O Decreto nº 33.817, de 20 de fevereiro de 2018 regulamenta a Lei nº 9.878, de 18 de julho de 2013, que criou o Conselho Estadual de Esporte e Lazer do Maranhão e a Lei nº 8.702, de 5 de novembro de 2007, que criou o Fundo Estadual de Esportes.

A Lei nº 10.816, de 26 de março de 2018 altera a Lei nº 9.878, de 18 de julho de 2013, que cria o Conselho Estadual de Esporte e Lazer do Maranhão e a Lei nº 8.702, de 5 de novembro de 2007, que cria o Fundo Estadual de Esportes.

31.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Lei Nº 9.991, de 13 de fevereiro de 2014.** Dispõe sobre os projetos e ações desenvolvidos no âmbito da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 34, de 18 de fevereiro de 2014, p.35.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do

Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 02 de janeiro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 45, de 10 de março de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.499, de 16 de fevereiro de 2016.** Transfere para a Secretaria de Estado da Infraestrutura (SINFRA) a competência para a execução de obras e serviços de engenharia voltados ao atendimento das políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação, educação, esporte e lazer, saúde e segurança, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 32, de 19 de fevereiro de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.739, de 12 de maio de 2016.** Dispõe sobre a classificação de locais insalubres da Secretaria de Estado do Esporte e Lazer (SEDEL). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 89, de 13 de maio de 2016, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 263, de 18 de dezembro de 2017.** Altera a Lei nº 9.878, de 18 de julho de 2013, que cria o Conselho Estadual de Esporte e Lazer do Maranhão e a Lei nº 8.702, de 05 de novembro de 2007, que cria o Fundo Estadual de Esportes. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 234, de 18 de dezembro de 2017, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 33.817, de 20 de fevereiro de 2018.**

Regulamenta a Lei nº 9.878, de 18 de julho de 2013, que criou o Conselho Estadual de Esporte e Lazer do Maranhão e a Lei nº 8.702, de 5 de novembro de 2007, que criou o Fundo Estadual de Esportes. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 34, de 21 de fevereiro de 2018, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.816, de 26 de março de 2018.** Altera a Lei nº 9.878, de 18 de julho de 2013, que cria o Conselho Estadual de Esporte e Lazer do Maranhão e a Lei nº 8.702, de 5 de novembro de 2007, que cria o Fundo Estadual de Esportes. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 58, de 27 de março de 2018, p.2.

**SECRETARIA DE ESTADO
DO TRABALHO E DA
ECONOMIA SOLIDÁRIA -
SETRES**

32 SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA - SETRES

32.1 NATUREZA

Administração Direta.

32.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei Delegada nº 127, de 21 de novembro de 1977.

32.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA (SETRES) tem por finalidade de formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações de estímulo à geração de oportunidades de trabalho e renda, por meio de capacitação profissional da população economicamente ativa, intermediação de mão-de-obra, apoio ao combate às formas de precarização do trabalho, melhoria da qualidade dos postos de trabalho e estímulo ao desenvolvimento de iniciativa de economia solidária, como instrumentos de inclusão social, desconcentração da renda e melhoria da qualidade e vida, conforme o disposto na Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e na Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.

32.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

2015

Por meio da Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, a Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária passa ter a finalidade de formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações de

estímulo à geração de oportunidades de trabalho e renda, por meio de capacitação profissional da população economicamente ativa, intermediação de mão-de-obra, apoio ao combate às formas de precarização do trabalho, melhoria da qualidade dos postos de trabalho e estímulo ao desenvolvimento de iniciativa de economia solidária, como instrumentos de inclusão social, desconcentração da renda e melhoria da qualidade e vida.

Fica mantido o Conselho Estadual do Trabalho.

Fica revogada a Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências.

Fica criado por meio Decreto nº 30.851, de 11 de junho de 2015, o Sistema Estadual de Produção e Abastecimento (SEPAB) com o objetivo de coordenar o conjunto de ações integradas na agricultura, pecuária, pesca e aquicultura, com foco no abastecimento, em todo o território estadual.

2016

Fica instituído, por meio da Lei nº 10.505, de 6 de setembro de 2016, o "MUTIRÃO RUA DIGNA", destinado ao fomento do trabalho e da iniciativa popular, a ser executado por meio de serviços de pavimentação em vias públicas, bem como da execução de pequenas obras e serviços complementares de infraestrutura.

O Decreto nº 32.197, de 21 de setembro de 2016 regulamenta a Lei nº 10.505, de 6 de setembro de 2016, que instituiu o Programa "Mutirão Rua Digna", destinado à execução de pavimentação em vias públicas.

2017

Fica instituído, por meio da Medida Provisória nº 231, de 9 de fevereiro de 2017, no âmbito do Programa Mais Empregos, apoio financeiro às microempresas e empresas de pequeno porte optantes do Simples Nacional, visando contribuir para a elevação do nível de empregabilidade no Estado.

O Decreto nº 32.697, de 14 de março de 2017 regulamenta a Medida Provisória nº 231, de 09 de fevereiro de 2017, que institui, no âmbito das ações do Programa Mais Empregos, apoio financeiro às microempresas e empresas de pequeno porte optantes do Simples Nacional.

Fica criado, por meio da Lei nº 10.581, de 19 de abril de 2017, o Conselho Estadual de Economia Solidária do Maranhão (CEESOL), órgão colegiado integrante da estrutura da Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária (SETRES), com a finalidade de realizar a interlocução e buscar consensos em torno de políticas e ações de fortalecimento da economia solidária no Estado.

Fica instituído por meio do Decreto nº 34.230, de 18 de junho de 2018 o Centro Estadual de Referência em Economia Solidária do Maranhão (CRESOL)/MA, vinculado à Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária (SETRES), com objetivo de oferecer estratégias de fomento, consolidação, assessoria e articulação aos empreendimentos econômicos solidários, na forma deste Decreto e das disposições da Lei nº 8.524, de 30 de novembro de 2006.

32.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 02 de janeiro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 45, de 10 de março de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 30.851, de 11 de junho de 2015.** Dispõe sobre a criação do Sistema Estadual de Produção e Abastecimento (SEPAB), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 107, de 12 de junho de 2015, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.505, de 6 de setembro de 2016.** Institui o Mutirão Rua Digna, destinado à execução de pavimentação em vias públicas, na forma que especifica. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 167, de 6 de setembro de 2016, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.197, de 21 de setembro de 2016.** Regulamenta a Lei nº 10.505, de 6 de setembro de 2016, que instituiu o Programa "Mutirão Rua Digna", destinado à execução de pavimentação em vias públicas. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 177, de 22 de setembro de 2016, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 231, de 9 de fevereiro de 2017.** Institui, no âmbito do Programa Mais Empregos, apoio financeiro às microempresas e empresas de pequeno porte. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 29, de 9 de fevereiro de 2017, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 32.697, de 14 de março de 2017.** Regulamenta a Medida Provisória nº 231, de 09 de fevereiro de 2017, que institui, no âmbito das ações do Programa Mais Empregos, apoio financeiro às microempresas e empresas de pequeno porte optantes do Simples Nacional. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 51, de 16 de março de 2017, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.581, de 19 de abril de 2017.** Dispõe sobre a criação, composição e o funcionamento do Conselho Estadual de Economia Solidária do Maranhão (CEESOL) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 74, de 20 de abril de 2017, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 34.230, de 18 de junho de 2018.** Institui o Centro Estadual de Referência em Economia Solidária do Maranhão (CRESOL)/MA e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 112, de 18 de junho de 2018, p.2.

**SECRETARIA DE
ESTADO DE ASSUNTOS
ESTRATÉGICOS - SEAE**

33 SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS - SEAE

33.1 NATUREZA

Administração Direta.

33.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei nº 7.844 de 31 de Janeiro de 2003.

33.3 FINALIDADE

A SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS (SEAE) tem por finalidade formular, desenvolver, implementar, coordenar e gerenciar políticas, diretrizes e estratégias de captação de recursos e de parcerias estratégicas, a cooperação e a assistência técnica, recursos logísticos estratégicos e projetos especiais, bem como assuntos estratégicos de interesse do governo, articulando os órgãos da estrutura governamental e instância externas ao Poder Executivo, conforme o disposto na Lei 8.153, de 8 de julho de 2004.

33.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS

A Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e a Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015 revogam a Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a Reforma Administrativa no Poder Executivo e dá outras providências.

Ficam extintos os cargos comissionados da Secretaria de Estado Extraordinária de Assuntos Estratégicos (SEAE).

33.5 LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo

do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 02 de janeiro de 2015, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 45, de 10 de março de 2015, p.2.